

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

TACIANA BEGALLI DE OLIVEIRA RUELLAS

**ALTO DOS BOIS E OS INDÍGENAS NA PROVÍNCIA DE MINAS
GERAIS: CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO NO IDEÁRIO
OITOCENTISTA.**

Diamantina
2015

TACIANA BEGALLI DE OLIVEIRA RUELLAS

**ALTO DOS BOIS E OS INDÍGENAS NA PROVÍNCIA DE MINAS
GERAIS: CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO NO IDEÁRIO
OITOCENTISTA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas – da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Área de Concentração: Ciências Humanas
Linha de Pesquisa: História, Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Fagundes.

Diamantina-MG
UFVJM
Abril-2015

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618.

R921a	<p>Ruellas, Taciana Begalli de Oliveira</p> <p>Alto dos Bois e os indígenas na Província de Minas Gerais: civilização e progresso no ideário oitocentista / Taciana Begalli de Oliveira Ruellas. – Diamantina: UFVJM, 2015. 124p. : il.</p> <p>Orientador: Marcelo Fagundes</p> <p>Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p> <p>1. Alto dos Bois. 2. Indígenas. 3. Civilização. 4. Jequitinhonha. 5. Mucuri. I. Título. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p> <p style="text-align: right;">CDD 981</p>
-------	---

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas – da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

**ALTO DOS BOIS E OS INDÍGENAS NA PROVÍNCIA DE MINAS
GERAIS: CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO NO IDEÁRIO
OITOCENTISTA.**

Prof. Dr. Marcelo Fagundes
Orientador

Profa. Dra. Márcia Angelina Alves
Membro Externo – MAE/USP

Profa. Dra. Ana Cristina Pereira Lage
Membro Interno – MPICH /UFVJM.

Prof. Dr. André Luís Lopes Borges de Mattos
Suplente Interno – MPICH/UFVJM

Diamantina-MG
UFVJM
Abril-2015

AGRADECIMENTOS

A conclusão dessa trajetória não seria possível sem o incentivo e apoio de algumas instituições e amigos.

Agradeço primeiramente aos meus pais: Carlos Ventura Ruellas e Lucia Begalli Ruellas. Ao meu pai, sou grata por compartilhar e impulsionar todos meus sonhos. Obrigada por nunca deixar de acreditar em mim. À minha mãe agradeço por todo carinho e suporte. Não há palavras suficientes para agradecê-los. A vocês, todo o meu amor!

Agradeço à minha irmã Talita Begalli de Freitas Ruellas. Para além do laço de sangue que nos une, você é a família que eu escolho todos os dias da minha vida. Você é meu exemplo e maior orgulho. Ao meu cunhado Leandro Nobre de Freitas, por ser o irmão que a vida me deu.

Sou grata à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri por proporcionar o ensino público de qualidade, o incentivo à pesquisa e à produção de conhecimento.

Agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG-UFVJM) por ter proporcionado auxílio financeiro à pesquisa, através da Bolsa Cota Institucional/UFVJM.

Agradeço ao CNPq pelo financiamento ao Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha (PAAJ), do qual esta pesquisa faz parte.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas- (MPICH-UFVJM) e a todos os professores. Sou grata por toda dedicação e ensinamentos proporcionados. A vocês, minha eterna gratidão.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Ana Paula de Paula Loures de Oliveira (*in memoriam*), minha orientadora ao longo da graduação em História-UFOP, sem a qual minha aproximação com a temática indígena não seria possível.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Fagundes, agradeço por trilhar comigo esse caminho, em todos os momentos. Obrigada pela paciência e pelos ensinamentos. Da nossa relação levo as melhores experiências e lições. Foi uma honra tê-lo como exemplo e mentor.

À Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Pereira Lage agradeço pela oportunidade de aprendizagem na disciplina cursada, na qualificação e no cotidiano do mestrado. Foi um privilégio conviver e aprender com você. Muito obrigada.

Ao Prof. Dr. Marivaldo Aparecido de Carvalho, com quem pude aprender cada vez mais sobre a vivência indígena, especialmente no Vale do Jequitinhonha. Obrigada por todo apoio ao longo desse processo, pelas conversas e reflexões e, também, pelas sugestões em minha qualificação.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Márcia Angelina Alves pelos apontamentos na banca de defesa, os quais foram essenciais para este trabalho.

Aos Profs. Drs. Lúcio do Carmo Moura e Hernando Baggio Filho pelo apoio e ajuda com o mapa histórico que compõe esse trabalho.

À Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha –AMAJE pela disponibilidade do mapa atual do Município de Angelândia.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, e aos amigos feitos nesse processo: Luana Maiara dos Santos, Renata Santos, Daniel Santos da Costa, Valdinei Vieira, Delsa Santos, Léa Vilela Sá Fortes, Douglas Costa e Lilian Oliveira Neves. Sou grata por termos trilhado esse caminho juntos, superando os desafios e compartilhando os momentos de sucesso e alegria. Obrigada por me fazerem sentir em casa.

Ao Matheus Simões Santos agradeço o companheirismo do dia-a-dia.

Ao Instituto Casa da Glória-UFMG e seus funcionários, especialmente Rommel. Obrigada por proporcionar espaço para os estudos, livros, mapas e pela troca de ideias que foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação.

Ao Arquivo Público Mineiro por disponibilizar o acesso a fontes que compõem esse trabalho. Agradeço o espaço agradável para pesquisa e a gentileza de seus funcionários.

À Nadja Garbin e Livia Marques por tornarem minhas semanas de pesquisa em Belo Horizonte muito mais agradáveis. Obrigada pela hospitalidade e pela amizade.

Agradeço imensamente aos amigos Elias Theodoro Matheus, Flavia Salles Ferro e Lucas Sales Furtado. Vocês foram imprescindíveis ao longo dessa trajetória. Agradeço cada leitura atenta da dissertação, cada conversa, cada momento de carinho e amizade imensuráveis. Vocês tornam a vida mais leve.

Ao Vale do Jequitinhonha, o “vale que vale viver” e à cidade de Diamantina. Sou grata a cada pessoa, cada sorriso e cada história encontrada nesse lugar amável.

Saio dessa jornada com a sensação de ser eternamente aprendiz. De cada experiência vivenciada, um novo aprendizado. Agradeço pelo conhecimento desenvolvido ao longo desse processo. Aqui me construí um pouco mais como pessoa e profissional.

Obrigada!

“Somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam. O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário.” (Paul Ricoeur. A memória, a história, o esquecimento).

RESUMO

Este trabalho consiste em compreender as relações entre índios e colonizadores em uma situação de avanço para os sertões de Minas Gerais. Durante o século XIX, a conquista dos Sertões do Leste de Minas foi pautada em um *modelo civilizador* por parte da administração indígena. A implementação desse modelo dialogou com o contexto da época em que se visava pesquisar o estado de civilização dos habitantes do sertão, e que para a consolidação da ideia de nação homogênea era necessário que esses povos fossem incorporados à sociedade considerada civilizada. Nesse sentido, esta dissertação pretende compreender a dinâmica dos grupos indígenas ao longo do processo de colonização na zona do Mucuri, Jequitinhonha e adjacências. Possui como foco principal uma região que se configura enquanto espaço de transição entre vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri, região denominada Alto dos Bois, hoje pertencente ao município de Angelândia, no Alto Jequitinhonha. Esta se caracterizou como aldeia e quartel militar ao longo do século XIX, onde a família de Antônio Gomes Leal, diretor de índios, aquartelou indígenas falantes do Maxacali que, em fuga dos Botocudos, procuraram refúgio na localidade. Almeja-se, assim, analisar de que maneira os indígenas em Alto dos Bois puderam reconfigurar seus espaços e práticas socioculturais, reconstruir suas identidades e se inserir ao contexto posto. As fontes trabalhadas, sendo elas: correspondências do primeiro diretor dos índios da província, Guido Marlière, correspondências da Diretoria Geral dos Índios, Relatórios de Presidente de Província e os relatórios da Companhia do Mucuri, revelam a estrutura administrativa do indigenismo da Província de Minas Gerais e a forma com que o *modelo civilizador* deveria ser realizado. Por outro lado, a situação indígena nos aldeamentos acompanhada, principalmente, através de relatos dos viajantes estrangeiros ilustrados, Saint-Hilaire, Johann Pohl e Spix e Martius, demonstra como esses povos adaptaram seu universo simbólico e sociopolítico ao novo contexto em que se inseriam. As três narrativas, sendo elas a dos viajantes ilustrados, do indigenismo e da Companhia do Mucuri possuem um fio condutor: o da civilização e do progresso. Demonstrem, também, como as populações indígenas deveriam ser vistas neste processo. A pesquisa se desenvolve com preocupação em demonstrar a contribuição indígena no processo sociocultural da região, já que os vales do Jequitinhonha e Mucuri possuem grande concentração de etnias indígenas. Assim, enfatiza-se o papel dos aldeamentos como espaço de reconstrução social, cultural e de identidades, se constituindo, então, como espaço de resistência. Frente às adversidades do avanço colonizador, Alto dos Bois foi visto como espaço de sobrevivência e de menores perdas. Resistir era também se abrir ao novo, assumindo símbolos e discursos dos não-índios quando conveniente. Identidade e cultura passaram a ser vistas, portanto, como construções relacionais, se atualizando na relação com o Outro, sem a conotação de perda, mas sim de reelaborações. Pelo viés de compreensão de povos historicamente excluídos, por meio do diálogo entre a Antropologia e História ressalta-se a importância dos papéis desempenhados pelos índios nos processos históricos, dando visibilidade a esses povos.

Palavras-chave: Alto dos Bois; Indígenas; Civilização; Progresso; Jequitinhonha; Mucuri.

ABSTRACT

‘ALTO DOS BOIS’ AND INDIGENOUS IN THE MINAS GERAIS PROVINCE, BRAZIL: CIVILIZATION AND PROGRESS IN THE IDEAS OF THE NINETEENTH CENTURY

This work is to understand the relationship between Indians and settlers in a forward position for the backlands of Minas Gerais. During the nineteenth century, the conquest of the East in the Minas Gerais Province was based on a civilizing model by indigenous administration. The implementation of this model spoke with the context of the time in which it was intended to find the state of civilization of the inhabitants of the hinterland, and that for the consolidation of the homogeneous nation idea was necessary that these people were incorporated into the considered civilized society. In this sense, this work aims to understand the dynamics of indigenous groups over the colonization process in the area of Mucuri, Jequitinhonha and vicinity. Has focused primarily on a region that is configured as an area of transition between the river valleys Jequitinhonha and Mucuri, region called Alto dos Bois, today in the Angelândia city in Jequitinhonha river valley. This was characterized as village and military barracks throughout the nineteenth century, where Antonio Gomes Leal's family harbored speakers of indigenous Maxacali that were fleeing Botocudo (other indigenous tribe), and they sought refuge in the town. So, this dissertation seek to analyze how the Indians in Alto dos Bois could reconfigure their spaces and cultural practices to reconstruct their identities and to enter the present context. The sources, which were: correspondence from the first director of the province's Indians, Guido Marlière, the General Directorate of Indians correspondence, Province of President reports and the Mucuri Company reports reveal the administrative structure of the indigenous movement of the Province of Minas Gerais and the way the civilizing model should be performed. On the other hand, the indigenous situation in the villages observed through reports of the foreign travelers in the nineteen century: Saint-Hilaire, Johann Pohl and Spix and Martius, demonstrates how these people adapted their symbolic and socio-political universe to the new context in which it operated. The three narratives (the foreign travelers, the indigenous, and the Mucuri's Company) have a common thread: the civilization and the progress. It shows how as indigenous peoples should be seen in this process. The research develops with concern to demonstrate the indigenous contribution to the socio-cultural process in the region, since the Jequitinhonha and Mucuri have large concentration of indigenous groups. Thus, we emphasize the role of settlements as social reconstruction space, and cultural identities, constituting then as space of resistance. Faced with the imminent advance of the colonizer, Alto dos Bois was seen as a survival space and lower losses. Resist was also open to the new, assuming symbols and discourses of non-Indians when convenient. Identity and culture came to be seen as relational constructs, an updating in the relationship with the Other, with no loss of meaning, but of reworkings. From the perspective of understanding people historically excluded, through dialogue between Anthropology and History emphasize the importance of the roles played by the Indians in the historical processes, giving visibility to these people.

Keywords: Alto dos Bois; Indigenous; Civilization; Progress; Jequitinhonha; Mucuri.

SUMÁRIO

Resumo	07
Abstract	08
Introdução	10
CAPÍTULO I Desvendando Segredos: O olhar estrangeiro sobre a vivência indígena.....	22
1.1 As concepções sobre a América e o fazer científico.....	21
1.2. Alteridade em Alto dos Bois: O conhecimento por meio das experiências dos viajantes.....	33
CAPÍTULO II A dinâmica indígena em um projeto de Brasil nos oitocentos.....	52
2.1. A formação da nacionalidade brasileira e populações indígenas.....	52
2.2 Alto dos Bois e a estrutura do indigenismo na Província de Minas.....	65
CAPÍTULO III Teófilo Ottoni e Companhia do Mucuri: uma análise de Alto dos Bois.....	76
3.1 Negócios e política no Brasil e Minas oitocentista: Teófilo Ottoni e Companhia do Mucuri.....	76
3.2 Colonização e civilização: A Companhia do Mucuri e Alto dos Bois.....	86
Considerações finais	103
Fontes	107
Referências bibliográficas	112

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1. *Karte der Brasiliann Provinz Minas Geraes*, encarte de *A província brasileira de Minas Gerais*, de H. G Halfeld J.J von Tschudi, 1998 [1855] , p. 07.

Figura 2: Mapa Sistema Rodoviário do Município de Angelândia- Minas Gerais. Projeto do Engenheiro Agrimensor Sinval A. de N. Rocha. AMAJE- Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha. Maio de 2000.

INTRODUÇÃO

A maneira que essa gente antiga viveu aqui foi deslocada no tempo e também no espaço, para ceder lugar a essa ideia de civilização e essa ideia do Brasil como um projeto. (...) Se o progresso não é partilhado por todo mundo, se o desenvolvimento não enriqueceu e não propiciou acesso à qualidade de vida e ao bem-estar para todo mundo, então que progresso é esse? Parece que nós tínhamos muito mais progresso e muito mais desenvolvimento quando a gente podia beber na água de todos os rios daqui, que podíamos respirar todos os ares daqui (...).

(Ailton Krenak, 1999)

No âmbito das discussões da Assembleia Constituinte, em 1987, um gesto marcou a imprensa da época e comoveu a opinião pública: Ailton Krenak, líder indígena, durante seu discurso no Congresso Nacional, pintou o rosto de preto com pasta de jenipapo em sinal de luto pelo retrocesso na tramitação dos direitos indígenas.¹

O processo que levou a esse ato foi marcado pela ideia do *fim do índio*, ou seja, essas populações estariam em vias de desaparecimento. Tal pensamento esteve presente no Brasil até a década de 1970. Essa atribuição, para alguns, se dava devido à marcha implacável do desenvolvimento e para outros à marcha da própria história. Essas explicações encobriam causas imediatas de responsabilidade humana compreendidas, sobretudo, como políticas governamentais com seus projetos de infraestrutura e incentivos agropecuários.²

Porém, no fim dessa mesma década a questão indígena assumiu a cena como uma importante preocupação nacional. No ano de 1978, uma proposta promovida por um ministro, que previa colocar a terra indígena como passível de ser vendida, marcou o início de uma década de intensa mobilização em torno da luta indígena.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2009), no contexto da ditadura militar em que manifestações políticas eram sufocadas, a insatisfação reprimida encontrou nas questões indígenas uma válvula de escape para se expressar. Nesse sentido, a proibição das manifestações políticas pode ter incentivado a canalização de protestos em um fato até então distante para maioria dos brasileiros.

Com isso, foram fundadas e fortalecidas diversas instituições ativas na questão indígena, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Associação Brasileira de

¹ O gesto de Ailton Krenak foi registrado e encontra-se disponível no Diário da Constituinte. Ver: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6604>.

² Sobre a construção da ideia do desaparecimento do índio até a década de 1970, ver: CARNEIRO DA CUNHA, M. da. Etnicidade, indianidade e política. In: Carneiro da Cunha, M. da. (Org.) *Cultura com aspas e outros ensaios*. Cosac Naify, São Paulo, SP, 2012. pp.223-274.

Antropologia (ABA). Essa intensificação das campanhas voltadas ao assunto referido auxiliou na delimitação das principais ameaças enfrentadas pelas populações indígenas. Também possibilitou que se iniciassem ações judiciais para a demarcação e proteção das terras indígenas.

Essas mobilizações deixaram muito claro que os direitos indígenas deveriam ser assegurados, fato enfatizado e garantido com a Assembleia Constituinte, a partir de 1987. Os direitos indígenas alcançaram capítulo próprio na Constituição de 1988. O artigo 231º referente à terra indígena trouxe uma definição que inclui não somente espaços de habitação e áreas cultivadas, mas todo território “imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”, (art. 231º, § 1º, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.) Os direitos sobre as terras indígenas foram declarados como originários, vinculando-os as suas raízes históricas. Cabe, também, à União demarcá-las, protegê-las e respeitá-las bem como todos os seus bens.

Na mesma medida, reconheceu-se a personalidade jurídica das associações e grupos indígenas cabendo a Procuradoria da República responsabilidade em assisti-los perante os tribunais. Essas medidas passaram a constituir elementos essenciais para a garantia dos direitos indígenas bem como sua salvaguarda.

Por essa perspectiva, as questões postuladas a partir da década de 1970 e intensificadas com a elaboração da Constituição de 1988 introduziram inovações importantes. Segundo John Monteiro (2001) surgiu, de fato, uma nova vertente de estudos visando unir preocupações de cunho teórico referentes às questões da História/Antropologia, com as demandas cada vez mais intensas da emergente mobilização da causa indígena. Abriram-se novas possibilidades para se repensar os pressupostos teóricos a respeito das sociedades indígenas.

Se os índios não desapareceram conforme afirmavam as teorias até então, era necessário repensar os pressupostos de análise desses povos. Além disso, a reconfiguração da noção de direitos indígenas, enquanto direitos históricos, estimulou importantes estudos que buscavam nos documentos coloniais os fundamentos históricos e jurídicos das atuais demandas dos índios e seus defensores.

A ideia do desaparecimento do índio foi consequência do papel que a historiografia desempenhou ao longo dos anos em relação ao lugar desse índio na história. Primeiramente

durante muito tempo, houve por parte dos historiadores certa resistência ao tema por considerarem este de alçada exclusiva de antropólogos.

Entre aqueles que se dedicaram ao assunto, parece que o isolamento do índio no pensamento brasileiro passou a ser construído de maneira mais definitiva a partir da elaboração de uma história nacional em meados do século XIX. Varnhagen (*apud* ALMEIDA, 2010) ao afirmar que “de tais povos na infância não há história: há só etnografia” refletia uma visão consolidada de desqualificação do índio. Devido uma história movida pela civilização europeia, os indígenas eram reduzidos a meros objetos que remetiam às origens da história da humanidade como fósseis vivos de uma época longínqua.³

Na mesma medida o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) fundado em 1838 com a intenção de criar uma história do Brasil que unificasse a população em torno de uma memória comum e heroica, iria reservar, segundo Maria Celestino de Almeida (2010), os índios a um lugar muito bem definido: o passado.

Ambas concepções foram permeadas por uma ideia de cultura vista como pura e imutável, que poderia ser lida a partir de suas características consideradas originais. Nesse sentido, delegando aos índios a posição do passado, ignoravam-se processos históricos de mudança por eles vividos.

Retratados pela historiografia, quando não eram considerados como exterminados já nos primeiros tempos da descoberta do território, eram compreendidos sempre em função dos interesses alheios. Apareciam apenas nos momentos de confronto armado como entrave ou como aliados de portugueses, que se serviam destes de acordo com suas intenções. Assim, através destes trabalhos historiográficos, as populações indígenas acabaram por assumir, obrigatoriamente, uma posição de que ao serem integrados à colonização eram englobados em um processo de aculturação, ou seja, de *mudanças culturais* que os conduziam progressivamente à assimilação e conseqüente perda de identidade étnica.⁴

Nessa perspectiva de *aculturação* bem sucedida, concretizada pela historiografia até então, as relações de contato proporcionadas pela colonização eram vistas como de dominação com conseqüente assimilação à ordem colonial. A partir dessa concepção, diluídos

³ALMEIDA, Maria. R. C. *Os índios na História do Brasil*. FGV Editora. Rio de Janeiro, RJ, 2010. A questão da elaboração de uma história nacional no século XIX englobando a temática indígena será especificamente trabalhada no Capítulo II.

⁴ALMEIDA, 2010, p. 22.

no mundo colonial perdiam sua cultura, sua identidade e toda possibilidade de resistência e desapareciam da história.

Tendo essas noções se estendido sobre o século XX, cabe ressaltar o papel desempenhado pelos estudos mineiros da primeira metade dos novecentos que promoveram abordagens e reflexões sobre a temática indígena. Alguns trabalhos como de Diogo de Vasconcellos, Oiliam José e Nelson de Senna trouxeram as realizações dos *grandes homens* e seus feitos. Estas produções, segundo Adriano Toledo Paiva (2010) encontraram-se permeadas por etnocentrismos e narraram a história dos nativos como fadados à extinção ou à corrupção pela ação dos colonizadores.

Em uma historiografia mineira mais recente, para Paiva (2010), a década de oitenta dos novecentos foi marcada pela revisão de aspectos socioeconômicos da Capitania enfocando a relevância de atividades comerciais e agropecuárias ao longo do período da exploração aurífera. Ao se debruçarem sobre a questão da ocupação de novas terras agricultáveis em fins do século XVIII até meados do século XIX deixaram de levar em consideração as questões relativas a história indígena, já que essas terras não estavam livres, elas eram habitadas por populações nativas.⁵

Portanto, é necessário escrever uma *história a contrapelo*, como defendeu Walter Benjamin. Em uma perspectiva do Materialismo Histórico, Benjamin (1985) apontou que glorificar o papel dos *vencedores* ou daqueles colocados historicamente como os grandes homens, ou grandes heróis, é corroborar, portanto, com a subjugação de outros. É preciso a valorização, não somente dos *grandes gênios*, mas também dos anônimos e dos homens comuns em sua cotidianidade. Ao pentear a história a contrapelo, ao se engajar ao *homem comum*, realiza-se uma luta que se opõe frontalmente às ideias preconizadas de progresso e civilização.⁶

Como já apontado anteriormente, até os anos de 1970 a noção do inevitável desaparecimento do índio predominava entre os intelectuais brasileiros. Contrariando essa previsão, os movimentos emergentes e a elaboração da Constituição de 1988 davam sinais claros de que os indígenas não iriam desaparecer e, também, não seriam *aculturados* como havia preconizado a historiografia.

⁵ PAIVA, 2010, p. 23

⁶ BENJAMIN, Walter. *Teses sobre filosofia da história*. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.

Pela necessidade de novos estudos sobre o tema, a aproximação entre antropólogos e historiadores possibilitou que se reformulassem alguns conceitos fundamentais para analisar a relação entre os povos. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida (2010) nessa aproximação, antropólogos passaram a valorizar os processos de mudança social onde seu objeto de estudo não se constituía mais como imutável. Os historiadores passaram a se interessar por estudos de povos não ocidentais que tiveram importância fundamental na história, como índios. Dessa forma, a noção de cultura em seu sentido antropológico foi adotada por historiadores, e antropólogos reconheceram que as trajetórias históricas vividas pelos povos são essenciais para a compreensão de sua cultura.⁷

A partir dessas novas concepções teóricas, antropólogos e historiadores têm repensado as situações de contato. Para Maria Celestino de Almeida (2010) em recente perspectiva, se permite compreender a mudança cultural não apenas como sobreposição de uma cultura sobre a outra ou como perda. Passa a se levar em consideração seu dinamismo mesmo em situações de extrema violência, como o caso da colonização. Para os estudos de situações em que se enfatizam os interesses indígenas nos processos vivenciados, termos como ressignificação ou apropriação se tornaram mais apropriados.

Logo, ao invés de se integrarem nessa dinâmica de forma passiva os índios passaram a ser “agentes ativos desses processos históricos ao incorporarem elementos da cultura ocidental, dando-lhes significados próprios e mobilizando-os para obtenção de possíveis ganhos.”⁸ Modificavam suas práticas culturais, redefiniam suas identidades e seus ambientes buscando formas de sobreviverem e garantirem melhores condições de vida no novo universo em que se encontravam. No caso da história indígena, “trata-se de deslocar o foco da análise dos colonizadores para os índios, procurando identificar suas formas de compreensão e seus próprios objetivos nas várias situações de contato por eles vividos”⁹

Em consonância, a partir dos anos 1980, houve uma crise dos paradigmas estruturalistas, onde, as abordagens historiográficas sobre o social passaram a priorizar

⁷ ALMEIDA, 2010, p. 22.

⁸ Idem.

⁹ Idem, p.23.

enfoques sobre as identidades coletivas enquanto processos dinâmicos e, principalmente, como processos socioculturais.¹⁰

O que se notava, era a substituição das estruturas sociais pela interação social como problema de pesquisa. Notou-se aqui, segundo Hebe Mattos (2012), uma viragem historiográfica, onde, abordar os processos históricos de construção de identidades era ir além das premissas da história social, ou da história cultural, para fazer, também, história política.

Sendo assim, as aproximações entre História e Antropologia e diálogos interdisciplinares, vêm proporcionando importantes abordagens da interação entre culturas, na compreensão dos índios na sociedade colonial e na abordagem de novas identidades coletivas. É por essa perspectiva que a história indígena assume papel essencial nos recentes trabalhos a partir da década de 1990, que vem dando destaque à historicidade desses sujeitos.

A luta empreendida pelos indígenas na busca por seus direitos alterou um discurso construído historicamente. Discurso que relegou esses índios a uma noção de desaparecimento. Na busca pela solução de seus problemas, a questão indígena acabou por impulsionar estudos históricos que modificaram a forma com que essa história vinha sendo feita e a forma com que esses indígenas vinham sendo vistos. Além disso, ao enfatizar os direitos indígenas na sociedade o *Outro* distante passou a ser encontrado no interior do nosso próprio grupo social. Essa situação propiciou que a própria Antropologia pensasse constantemente seus pressupostos e reformulasse suas concepções de cultura e identidade, por exemplo.¹¹

A elaboração de um capítulo da Constituição Brasileira que visava assegurar os direitos indígenas foi, portanto, uma forma de tentar reparar e quitar uma dívida histórica e moral que temos com esses povos. A forma de se fazer história, obviamente, contribuiu para que os povos indígenas vivessem à margem da sociedade. Mas, além disso, o preconceito reforçado no nosso cotidiano, em nossas práticas diárias, enfatizou a todo o momento o

¹⁰ Ver: MATTOS, H. "História e Movimentos Sociais". In: CARDOSO E VAINFAS. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 95-111.

¹¹ Pierre Sanchis (1997) apontou que a partir dos anos 1950/ 60 a Antropologia passou pela sua grande crise marcada pela descolonização de países africanos onde os *diferentes* passaram a estar próximos do próprio grupo social de onde o antropólogo falava. A partir dessa constatação, Sanchis concluiu que a Antropologia estará sempre em constante mudança de paradigmas na medida em que seus elementos fundamentais como *cultura e identidade*, por exemplo, acabam sendo sempre reformulados, estando sempre em perpétua transformação, acompanhando às mudanças colocadas pelas conjunturas históricas, como no caso dos direitos indígenas na Constituição de 1988. Ver: SANCHIS, Pierre. "A crise dos paradigmas em Antropologia". In: DAYRELL, J. *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Editora UFMG, 1997.

espaço que eles deveriam ocupar. Somos responsáveis pela invisibilidade dos índios ao longo da produção da história, e fomos responsáveis, na prática, pela marginalização e exclusão desses povos na constituição da sociedade e da democracia brasileira.

O artigo 67 do *Ato das disposições constitucionais transitórias* da Constituição de 1988 deu um passo importante na defesa dos direitos indígenas ao estabelecer que a União deveria concluir a demarcação de terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição. Essa decisão histórica propiciou a demarcação e ampliação de reservas indígenas por todo o país. No estado de Minas Gerais foram demarcadas as terras Xacriabá, Krenak e Maxacali.

No que tange este estudo, o grupo indígena Maxacali, pertencente ao tronco Macro-Jê, ganhou maior visibilidade com a aprovação do relatório de delimitação de área indígena pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no ano de 1992.¹² Segundo o relatório, no início do século XX a área de ocupação de povos Maxacali foi marcada pelo fracionamento do latifúndio, crescente entrada de posseiros e incremento à agricultura. Grande parte das terras passou à mão de particulares que aumentaram as áreas de pasto destruindo grande parte da mata. O relatório considerou a atitude como “usurpação do território de domínio histórico Maxacali” que, somado à substituição de características ambientais da região, ocasionou grande diminuição de população desse grupo.

Tal situação exigiu postura mais contundente do Sistema de Proteção ao Índio (SPI), que registrou a necessidade de uma ação sistemática para reunir os Maxacali e demarcar as terras doadas pelo governo de Minas Gerais em 1920. Segundo a antropóloga Maria Hilda Paraíso em laudo antropológico sobre os Maxacali, a doação de terras foi medida adotada pelo governo para áreas de presença indígena e situadas na zona de passagem de estradas de ferro em construção. Além disso, segundo ela, foi uma forma de resolver os constantes conflitos entre índios e moradores nacionais.¹³

O SPI se tornou mais atuante entre os Maxacali na década de 1940 com a criação do *Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira*. O SPI se dedicou à demarcação das terras

¹²BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Despacho nº 17, de 07 de outubro de 1992. Assunto: Processo FUNAI/BSB/1899/88. Referência: Área Indígena MAXAKALI. Interessado: Grupo Indígena MAXAKALI. EMENTA: Aprova o relatório de delimitação da Área Indígena a que se refere, com fulcro no Decreto n 2 22, de 04 de fevereiro de 1991. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 29 de outubro de 1992. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1325019/pg-13-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-29-10-1992/pdfView>

¹³Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Maxacali. Histórico do Contato. In: *Povos Indígenas no Brasil*. 1999. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/maxakali/773>.

Maxacali, entretanto a demora com os procedimentos administrativos e legais da área, bem como a política de arrendamento e parceria das produções efetivadas pelo SPI permitiu ainda mais a ocupação das terras por particulares. Como consequência, foram observadas diversas agressões contra os indígenas, falta de acesso a suas terras e mudança de hábitos alimentares, passando da caça para a pesca devido a degradação daquele meio ambiente por causa da ação de fazendeiros.

A partir de 1975, segundo Maria Hilda Paraíso (1999), a FUNAI retomou a questão da regularização fundiária dos Maxacali. Em 1992 a questão ainda não havia sido resolvida, motivando a elaboração de um laudo visando a reunificação das áreas Maxacali. De acordo com o laudo, “a anômala situação vivida pelos MAXAKALI, divididos em áreas descontínuas, não deixa dúvida quanto à urgência em restituir ao Grupo a integridade de seu território tradicional.”¹⁴ A coordenação¹⁵ responsável pelo laudo concluiu, portanto, que a área reivindicada de território Maxacali constituía terra de ocupação imemorial do grupo, onde sua identidade étnica só poderia ser mantida através da reconquista de suas áreas tradicionais, de garantia de acesso ao rio Umburana, da preservação da mata atlântica ao redor, do controle das invasões e da manutenção de suas práticas culturais. Assim, a coordenação concluiu pela aprovação da proposta de unificação de limites da área indígena Maxacali, sendo que a demarcação foi homologada no ano de 1996.

É, portanto, nítido que temos muito ainda que avançar no que tange a salvaguarda dos direitos indígenas. Partimos da premissa de que fazer história sobre populações historicamente excluídas é ressaltar a importância dos papéis desempenhados pelos índios, e assim dar visibilidade a esses povos a fim de ressaltar sua condição de direitos.

Esta pesquisa, então, segue uma perspectiva que vem proporcionando importantes abordagens das relações geradas pelo contato e que dão destaque à inserção do índio nos processos de conquista. Torna-se relevante, ainda, por se dirigir ao estudo de uma região pouco analisada como é o caso de Alto dos Bois.

¹⁴ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1992, p. 15173.

¹⁵ A antropóloga Silvia Regina Brogiolo Tafuri foi responsável pela Coordenação de Análise e Delimitação, como consta no despacho nº 17, de 7 de outubro de 1992 da Fundação Nacional do Índio, no Diário Oficial da União.

Alto dos Bois se constituiu, ao longo dos oitocentos, como aldeamento e quartel militar localizado nas serras divisoras das águas das bacias do Jequitinhonha e Mucuri¹⁶. Ao longo do século XIX várias frentes de colonização visaram adentrar as regiões desses vales. A criação de Alto dos Bois estava vinculada à elaboração da Carta Régia de 13 de maio de 1808¹⁷ que possuía como um dos objetivos centrais a guerra ofensiva contra os Botocudos, visando à redução desses aos termos de sujeição.

Com a ordenação de 1808 declarando a Guerra Justa¹⁸, a diferença entre índios mansos e bravios se intensificou, mas com relação aos índios aldeados a política incitava o zelo por estes. A ordenação enfatizava:

não é conforme aos meus princípios religiosos e políticos o querer estabelecer minha autoridade [...] por meio de mortandades e crueldades contra os índios, extirpando as suas raças, que antes desejo adiantar, por meio da religião e civilização, [...] e que só desejo usar da força com aqueles que ofendem os meus vassallos, e que resistem aos brandos meios de civilização que lhes mando oferecer

Assim, índios aldeados se tornavam vassallos e, por isso, poderiam ver no Rei alguém a quem recorrer contra as injustiças locais, passando a ter direitos frente ao Estado e a sociedade.

Porém, segundo Izabel Missagia de Mattos (2003) apesar de aparentemente mais condescendente com o índio considerado manso, na prática, a atitude da administração pautada pela Carta Régia, orientava práticas de servidão para os povos já rendidos. Todas as ações empreendidas possuíam fins em comum: o de ocupar os sertões¹⁹ e de transformar seus habitantes em cidadãos eficientes e úteis para servir ao novo Estado.

Antônio Gomes Leal, lavrador da região que foi revestido com o título de diretor de índios²⁰, aquartelou e domesticou os indígenas falantes do Maxacali em Alto dos Bois. A

¹⁶ Segundo Mattos (2003) a região de Alto dos Bois situava-se, no século XIX, a cerca de 60 quilômetros de Minas Novas. Hoje, conhecida como Fazenda Alto dos Bois, pertence ao município de Angelândia no Alto Jequitinhonha.

¹⁷ Carta Régia expedida pelo príncipe regente D. João a Pedro Maria Xavier de Athayde e Mello, Governador e Capitão General da capitania de Minas. 13 de maio de 1808. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, IV.

¹⁸ A chamada Guerra Justa se dava por meio de extermínio ou sujeição, justificada por alguns preceitos. Dentre eles: os índios deveriam ser considerados bravios, não aceitar a catequização e atacar colonos. A Guerra Justa tinha por objetivo, então, propagar a fé cristã aos povos *bárbaros* e angariar mão de obra. Ver: AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro / UFRJ (Tese de doutorado), 2001, p. 68-69.

¹⁹ Sertões compreendidos aqui como um lugar afastado da considerada civilização, território dos *selvagens* e que, por assim ser, necessitava ser conquistado, bem como os seus habitantes dominados.

²⁰ O surgimento da imagem dos diretores dos índios na Província de Minas foi motivado pelo decreto da guerra contra os Botocudos e o início da navegação e colonização da região. Essas medidas envolviam um aparato

localidade propiciou a convivência de indígenas e colonizadores. O que se deve ressaltar, é que essas aldeias, até muito pouco tempo, vinham sendo vistas somente pelo viés de interesses da Coroa, missionários e colonos e se constituindo unicamente como espaço de dominação sobre os índios que, submetidos a uma nova dinâmica, perdiam sua cultura e identidade.

Pautado nas novas perspectivas historiográficas, o questionamento principal desta pesquisa é se na relação entre colonizadores e indígenas em Alto dos Bois, estes últimos encontraram meios para se adaptar ao universo posto, garantindo formas de sobrevivência coletiva e adaptando seu universo simbólico e sociopolítico. Logo, partimos do pressuposto de que apesar dos danos e da posição subalterna na qual se inseriam nas aldeias, os índios tinham interesses por elas, participavam de sua construção, de sua cotidianidade e da ressocialização nelas vivenciada.

Como base nessa problemática, o objetivo principal da pesquisa foi, então, *compreender a dinâmica das relações entre indígenas e colonizadores na localidade*.

Além disso, almejamos analisar de que maneira, e a partir de quais estratégias, os indígenas em Alto dos Bois puderam reconstituir suas identidades e reconfigurar seu universo. Assim, visamos ressaltar o papel de Alto dos Bois como espaço que permitiu a ressocialização e reconstrução de identidades, práticas culturais e, também, políticas. Os aldeamentos se tornaram, então, espaços possíveis de sobrevivência.

A prática de aldear indígenas, reunindo-os e os sedentarizando foi iniciada em meados do século XVI. Além de retirar os povos indígenas de locais disputados por frentes de expansão, os aldeamentos eram vistos como espaços de confinamento desses povos, onde poderiam ser úteis, por exemplo, nas instalações militares ou como fonte de trabalho. Atendiam-se, assim, interesses nacionais, regionais ou puramente locais de colonos e moradores. Ainda, ao aldearem os indígenas, cada aldeia recebia terras. De qualquer modo, os aldeamentos serviam de fonte de abastecimento, infraestrutura e reserva de mão de obra.

A pesquisa se desenvolveu com preocupação em demonstrar a contribuição indígena no processo sociocultural da região. Segundo Marivaldo Carvalho (2010) compreender a história desses povos é delinear alguns dos percursos traçados para que pudessem vivenciar de

institucional que demandava um comando central que se articulasse com as autoridades locais. Em Minas, o primeiro diretor geral dos índios foi o francês Guido Thomaz Marlière. Sobre o assunto, ver: MATTOS, I.M. de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*, EDUSC, ANPOCS, 2003.

forma física e cultural a sua identidade étnica atualmente, já que os vales do Jequitinhonha e Mucuri possuem grande concentração de etnias indígenas que habitam Minas Gerais. Em relação aos povos Maxacali, atualmente se dividem em quatro aldeias no vale do Mucuri: Aldeia Água Boa e Pradinho nos municípios de Santa Helena e Bertópolis; a Aldeia Verde no município de Ladainha; Aldeia Cachoeirinha, em Topázio.

Além disso, a Fazenda Alta dos Bois hoje pertence ao município de Angelândia, no Alto Jequitinhonha e foi tombada como Patrimônio Público Municipal em 1999²¹. A localidade encontra-se em processo de reconhecimento enquanto *Reserva Ecológica e Patrimônio Cultural*, com o intuito de proteção ambiental e cultural da área.

Portanto, salienta-se a importância de estudos históricos sobre região de Alto dos Bois, nome originário da criação de gado vacum na região.²² As relações estabelecidas entre colonizadores e indígenas na localidade trouxeram aspectos particulares da história dos índios da região. A pesquisa se tornou relevante, então, pelas possibilidades que Alto dos Bois fomentou ao estudo sobre as realidades vividas pelos indígenas na região, fato até então não explorado. Logo, “as vivências destes indivíduos nos processos de conquista ainda são segredos recônditos nos sertões e nos acervos documentais, latentes à espera de serem perscrutados pela historiografia.”²³

No primeiro capítulo, *Desvendando segredos: experiência de viagem e olhar estrangeiro sobre a vivência indígena*, analisamos, a partir dos relatos de quatro viajantes, Johann Emanuel Pohl, Johan Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius que vieram ao Brasil na chamada Missão Austríaca, e Auguste de Saint-Hilaire que acompanhou a missão extraordinária do duque de Luxemburgo, a relação entre indígenas e colonizadores em Alto dos Bois.

Embebidos em um contexto que norteou as concepções tecidas sobre a América, sua natureza e seus povos, bem como o próprio fazer científico, esses viajantes, devido à abertura dos portos em 1808, puderam conhecer e investigar o interior de Minas Gerais. As informações relatadas por Sain-Hilaire, Johann Pohl, Johan von Spix e Carl von Martius, demonstraram a relação estabelecida entre colonos e indígenas em Alto dos Bois. Uma

²¹ Lei n.º 058/1999, aprovada em 06/07/1999 pela Câmara Municipal de Angelândia.

²² *Memória Histórica e Descritiva da Freguesia de Santa Ana de Água Boa*, feita no ano de 1887 pelo D. João Antônio Pimenta à requisição do Governo, como apontamento para o Dicionário Geográfico, Histórico e Administrativo do Brasil *apud* MATTOS, 2003.

²³ PAIVA, 2010, p.181

relação que, na visão dos viajantes, era benéfica pois conduziria esses índios a um estado considerado de civilização. Entretanto, suas descrições apontaram situações em que os indígenas mantiveram suas práticas culturais e ancestrais. Trouxeram também, aspectos que remetiam a uma defesa política de seus direitos, já que como índios aldeados passavam a ser súditos do Rei, com direitos frente à sociedade.

No segundo capítulo, *A dinâmica indígena em um projeto de Brasil no oitocentos*, mostramos como a política indigenista em Minas ao longo do século XIX esteve vinculada a busca pela ideia de nação homogênea, forjada no bojo da intelectualidade do Império. Apontamos, também, que as mudanças na própria legislação indigenista acompanharam as transformações políticas do Império. A partir, principalmente, das correspondências do diretor de índios Guido Thomaz Marlière, dos Relatórios de Presidente de Província e da correspondência da Diretoria Geral dos Índios da Província de Minas, vimos como Alto dos Bois se inseriu nessa dinâmica, ao delinear os principais momentos da legislação indigenista e ao compreender como noções de civilização, catequese e mestiçagem, formaram um fio condutor para enquadrar os povos indígenas à idealizada nação, que se tornava cada vez mais projeto de um Brasil.

Já no terceiro capítulo, *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: uma análise de Alto dos Bois* traçamos a trajetória pessoal e política de Teófilo Ottoni para mostrar como essa experiência balizou suas concepções e ações ao longo da trajetória da Companhia do Mucuri, enfatizando sua postura com os povos indígenas da região. Através, principalmente dos relatórios da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri e de seu relato *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*, ressaltamos a importância de Alto dos Bois, e dos diversos indivíduos envolvidos com a localidade, principalmente para consolidação dos interesses do empreendimento. Ressaltamos, também, a visibilidade dos povos indígenas não somente no que tange à resistência física, mas, principalmente, em suas estratégias para manutenção de sua forma social, através dos aldeamentos.

As três narrativas, sendo elas a dos viajantes ilustrados, do indigenismo e da Companhia do Mucuri possuíram um fio condutor: o da civilização e do progresso. Neste trabalho, adotamos os conceitos tendo como embasamento Norbert Elias e Manuela Carneiro da Cunha. Em um primeiro momento, averiguar o *grau de civilização* dos povos indígenas era essencial. Dessa forma, os viajantes estrangeiros ilustrados poderiam cumprir sua missão

civilizatória, em nome da ciência, auxiliando os povos *primitivos* dos trópicos a entrarem no curso do progresso que culminaria na civilização da qual a sociedade europeia acreditava ser portadora. Portanto, na concepção de Norbert Elias (1994), os conceitos de civilização e progresso expressavam a maneira como o mundo ocidental gostaria de ser visto. Era, além disso, a demonstração da tendência expansionista de grupos colonizadores.

Com as transformações políticas ao longo do oitocentos, Manuela Carneiro da Cunha (1992) apontou que civilizar se transformou na ideia de formar um corpo civil, uma sociedade. Para isso, era necessário habilitar os povos indígenas, através da educação, catequese, brandura, mestiçagem e interação cultural a serem passíveis de pertencerem a sociedade, ao progresso e à civilização que resultaria, por fim, na nação brasileira e em uma identidade nacional.²⁴

Evidentemente, reconstruir a história das etnias aqui trabalhadas, a partir da visão do outro, de fontes etnocêntricas, foi um desafio. Entretanto, acreditamos que somos devedores dos povos que nos precederam.²⁵ Temos um dever moral e histórico com os povos indígenas. Essa pesquisa é, portanto, uma tentativa de dar visibilidade a esses sujeitos históricos.

CAPÍTULO I

DESVENDANDO SEGREDOS: O OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE A VIVÊNCIA INDÍGENA

1.1. AS CONCEPÇÕES SOBRE A AMÉRICA E O FAZER CIENTÍFICO

Ao longo do século XIX diversas informações sobre o Brasil, especialmente sobre as regiões interioranas, multiplicaram-se significativamente. Desempenharam papel central nesse processo diplomatas, curiosos, artistas e naturalistas de várias partes do mundo que,

²⁴ Destaca-se, também, a influência dos ideais positivistas de Auguste Comte no cenário brasileiro, refletido nas ideias de progresso para desenvolvimento do sentimento nacional e afirmação do país. No campo político, o positivismo deu esteio aos intelectuais para construção da ideologia republicana visualizado no lema “ordem e progresso”. Ressalta-se, ainda, que a vertente positivista se pautou na busca por Leis Gerais que modelassem o curso da humanidade, visando à aproximação das ciências sociais às concepções das ciências naturais. Sobre o assunto ver, entre outros: LINS, Ivan, *História do positivismo no Brasil*, S. Paulo, Ed. Nacional (Brasília, 322), 1964.

²⁵ RICOUER, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, UNICAMP, 2007. 536 p.

percorrendo o extenso território brasileiro, produziram uma vasta coletânea de informações sobre a vida na colônia. Pensar a questão dos viajantes no Brasil oitocentista é, primeiramente, considerar que a experiência da viagem está embebida em um contexto mais amplo que norteou as concepções tecidas sobre a América, sua natureza e seus povos, bem como o próprio fazer científico.

A Europa do século das Luzes havia criado uma necessidade de adquirir consciência sobre si mesma enquanto civilização²⁶. Passou, também, a ter necessidade de enquadrar em seus paradigmas aquele mundo além-mar que, na concepção europeia, havia sido por ela “liberto das trevas”. Por essa perspectiva, segundo Antonello Gerbi (1996), percebeu-se uma exigência de síntese, uma necessidade de dar sentido à existência de todos os lugares do mundo, aquém e além Europa, para que assim fosse possível tornar todo o mundo pensável e compreensível. A fé dos europeus em sua missão de civilizadores favorecia o encontro com o Outro. Nesse encontro, a Europa encontrava a si mesma em sua pretensa plenitude.

As obras dos escritores naturalistas e filósofos iluministas, como Raynal, Robertson e, principalmente, Buffon e De Pauw, se tornaram essenciais. Através das imagens iluministas construídas sobre a América, é possível ir além das percepções e do imaginário sobre essa região, para assim encontrar uma compreensão dos próprios conceitos e ideias principais da época. Logo, para a Europa:

(...) refletir sobre sua própria sociedade, e, neste sentido, suas referências à América lhes servem muito mais para conhecer a si mesmos do que aos americanos. Frequentemente, o recurso aos temas relativos à América são instrumentos de esclarecimento ou mesmo de demonstração de sua própria filosofia.²⁷

A necessidade de se pensar as terras além-mar, ou nesse caso, a América, provocou intensos debates nos círculos das ciências e das letras.²⁸ Nesse contexto, novas interpretações epistemológicas fomentavam uma desconfiança em relação ao crédito dado às narrativas do Novo Mundo feitas no limiar do século XVI. A desconfiança frente aos relatos sobre a América se fez presente nas narrativas produzidas por missionários, por exemplo.

²⁶GERBI, A. *O Novo Mundo*. História de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Cia das Letras, 1996.

²⁷SOUZA, 2002, p.09

²⁸A chamada *polêmica* do Novo Mundo, ou *debate* do Novo Mundo foi marcado pela tese da Ilustração sobre a “inferioridade” do meio americano e da *degeneração* de suas espécies vegetais, animais e humanas. Na contrapartida, tem-se a reação contrária frente aos ideais dos filósofos iluministas. Encabeçada por escritores hispano-americanos como Clavijero e Velasco e por pensadores da América anglo-saxã como Paine, Franklin e Jefferson, o que se viu foram homens por todo o continente americano refutando as ideias depreciativas tecidas pelos filósofos da ilustração. Sobre o assunto: GERBI, A. *Op. cit.*

A falta de confiabilidade dos primeiros relatos residia, precisamente, na natureza das testemunhas. Jorge Cañizares-Esguerra (2011) aponta para a existência de um grupo de estudiosos que questionou a credibilidade dos relatos não escritos por viajantes filósofos. De acordo com esse grupo, as primeiras testemunhas europeias da América viram coisas que não estavam lá. Assim, nas primeiras décadas do século XVIII a literatura de viagem já havia se tornado sinônimo de mentira e fraude por, naquele momento, estar “se tornando firmemente associada ao gosto das massas encantadas por maravilhas e falsas curiosidades.”²⁹

Na obra, datada de 1774, de *Histoire philosiphique de Deux Indes*, Guillaume-Thomas-François Raynal (1713-1796) apontou que se filósofos como Georges-Louis Leclarc, o conde de Buffon, tivessem visitado o Novo Mundo enquanto este ainda estava intacto e primitivo, o conhecimento sobre seus povos e seu ambiente teria sobrevivido. Mas, ao contrário, segundo este autor os primeiros homens a desembarcar na América eram religiosos ignorantes, na figura de soldados e clérigos, que ao invés da tentativa de compreensão dos povos do continente, os golpearam até a morte.³⁰

Porém, a crítica aos primeiros relatos tecida pelos filósofos iluministas não se consolidou até o surgimento de uma nova arte de leitura, de nova maneira de ler as fontes, em meados do século XVIII. Essa nova arte de leitura passou a enfatizar uma crítica interna aos relatos em substituição à crítica exclusivamente externa. A crítica considerada externa era aquela pautada na posição das testemunhas, considerando, por exemplo, sua educação. Já a crítica interna passa a enfatizar a coerência dos relatos. É a partir delas, juntamente com a desconfiança frente às testemunhas, que os primeiros relatos europeus da América perderam credibilidade.

Essa nova arte de leitura ficou conhecida como *compilações filosóficas das narrativas de viagens*. Baseada em uma perspectiva de síntese, essas compilações consistiram em comparar os relatos para auxiliar os editores a identificar uma fonte original de descrições e também, identificar os autores plagiários. Na mesma medida, a leitura ficou mais fácil, uma vez que esse gênero eliminava as repetições. Assim, “as compilações filosóficas de relatos de viagem começaram então a enfatizar o interno em detrimento do externo, isto é, partilhar o

²⁹ CÃNIZARES-ESGUERRA, 2011, p. 31.

³⁰ Idem, p. 28

crédito com relatos baseados nos méritos de sua própria história, e não em uma avaliação do caráter do relator.”³¹

Esse gênero teve expressão nas obras de Cornelius De Pauw (1734-1799) que sempre visava a coerência dos depoimentos. Possuidor de uma refinada análise filosófica, este autor passou a desconstruir os primeiros relatos espanhóis dos impérios ameríndios. Desconstruiu, por exemplo, os relatos sobre as amazonas. Segundo ele, um grupo de mulheres vivendo em uma república aristocrática, sequestrando homens uma vez por ano para inseminá-las e matando seus filhos homens, não fazia muito sentido. Mães infanticidas despropositavam a natureza, isso por serem consideradas inatamente seres protetores. Assim, De Pauw se debruçou sobre a hipótese de que esses relatos, até então, não haviam sido examinados com atenção, pois a maioria das testemunhas não seriam confiáveis pelo seu espírito dado ao maravilhoso.

Os filósofos iluministas elaboraram críticas ao uso de analogias clássicas para interpretar as sociedades ameríndias, método que fora utilizado na historiografia espanhola dos séculos XVI e XVII. Na esteira de De Pauw, autores como William Robertson continuaram privilegiando essa nova arte de leitura com a coerência lógica dos testemunhos, demonstrando as contradições da maior parte dos relatos espanhóis sobre a América e seus povos.

Para esses filósofos, os espanhóis deixaram-se enganar pelas semelhanças superficiais entre essas sociedades e as suas próprias, baseando-se primordialmente em analogias clássicas, como a comparação das sociedades inca e asteca com os regimes do tipo romano. Ou então, ao colocar as crenças *selvagens* como distorções diabólicas do cristianismo.³² Robertson, por exemplo, em seu livro *History of America*, de 1777, se preocupou em rejeitar o uso banalizado das analogias clássicas. Sua intenção era, segundo Cañizares-Esguerra (2011), demonstrar que as testemunhas que se valiam de falsas analogias clássicas, causando graves distorções do passado, não compreendiam as regras da evolução social.

A partir desse contexto epistemológico, houve uma busca de novas formas de evidências históricas em substituição às fontes literárias não confiáveis. Assim, se tornaram válidas outras formas de testemunho, como vestígios arqueológicos, descobertas geológicas,

³¹ CÃÑIZARES-ESGUERRA, 2011, p. 44

³² Perspectiva em: CÃÑIZARES-ESGUERRA, J. *Como escrever a história do Novo Mundo: Historiografias, epistemologias e identidades no mundo atlântico*. São Paulo: Edusp, 2011.

escritos hieroglíficos de povos mesoamericanos. Casavam-se assim, crítica às fontes e busca de novas formas de evidências e metodologias.

Nesse sentido, as reconstruções estabelecidas por Buffon e De Pauw eram parte de uma tendência do século XVIII que visava explicar as origens da humanidade à luz da História Natural, que passou a se consolidar, então, como evidência histórica. Ao longo do século XVIII, os estudos naturalísticos ganharam espaço entre os letrados. Surgiram jardins botânicos e gabinetes de história natural, promoveram-se expedições para conhecimento da natureza e aumentaram o número de obras dedicadas ao assunto e discussões sobre o tema.³³ No que tange à temática indígena, esses povos deveriam ser investigados como parte da História Natural visto que, para esses pensadores, eles não pertenciam à história das civilizações por serem selvagens e se encontrarem em estado primitivo. O viés de estudo pela História Natural se tornou normal e frequente entre aqueles que passaram a duvidar do valor dos relatos espanhóis, e se propuseram a fazer uma história do Novo Mundo partindo do zero.³⁴

Como parte desse processo, autores passaram a defender a ideia de degeneração do Novo Mundo. A “tese da debilidade ou imaturidade das Américas (...) nasceu com Buffon por volta de meados do século XVIII”.³⁵ Assim, na obra *Histoire naturelle, générale et particulière*, de 1749, Buffon teve como viés de análise, para a compreensão de todos os seres vivos do planeta, a história natural.³⁶

Pensando na questão da América, o autor acima partia da premissa que as condições da natureza haviam causado debilidade na região. A América, para Buffon, era extremamente úmida. Devido ao intenso calor, a chuva em excesso fazia com que lagos, rios e ribeirões ficassem cheios ao longo de boa parte do ano. A natureza estaria em estado de amadurecimento. O sol, por não conseguir aquecer parte significativa da superfície da terra, gerava animais de pequeno porte e de um homem de natureza fria, sem capacidade para o desenvolvimento e o progresso.³⁷

³³ Perspectiva em: OLIVEIRA, Flávia P de G. “L’ Amérique et les indigènes”: A visão do indígena americano na *Encyclopédie*. In: 9º Encontro Internacional da ANPHLAC. Universidade Federal de Goiás. 2010

³⁴ Sobre o assunto: CAÑIZARES-ESGUERRA, J. *Op. cit*

³⁵ GERBI, 1996, p. 19.

³⁶ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro / UFRJ (Tese de doutorado), 2001.

³⁷ GERBI, A. *Op. cit*.

Os homens viviam esparsos, em pequenas quantidades, não tendo conseguido dominar o ambiente e nem dominar os animais ou a natureza. Assim, o homem, devido à condição da natureza da região, se constituía com um ser precário e sem condições de progredir. Para Buffon, havia diferentes ritmos de evolução pelo qual cada povo passava até atingir o mesmo estágio cultural que a Europa já se encontrava. Logo, por esse viés, o homem americano não se encontrava em condições de evoluir.

Em consonância às ideias de Buffon, De Pauw em sua obra *Recherches philosophiques sur les Américains*, de 1771, apontou que o atraso da América se dava pela sua natureza decaída e pantanosa. Além do dilúvio que teria coberto toda a terra, a América teria sofrido outro dilúvio que atingiu somente essa região. Por essa perspectiva, o Novo Mundo ainda estaria sofrendo as consequências desse último dilúvio enquanto a Europa já havia secado. Poucos animais e homens teriam sobrevivido ao conseguir escapar para lugares mais altos.

Portanto, essa situação explicaria, para De Pauw, a existência de poucas pessoas na América. Além disso, a questão do dilúvio e a consequente natureza decadente justificaria a barbárie dos povos americanos. Esses, então, não tiveram tempo de se desenvolver e atingir o grau de civilização que a Europa já havia alcançado. Os índios eram vistos como incapazes de progredir, sendo considerados incivilizados e constantemente associados à imagem de feras e bestas.³⁸

Seguindo a noção da degeneração da natureza americana e do homem americano, Robertson escreveu:

(...) impressionados com a aparência de degeneração da espécie humana em todo o Novo Mundo [...] alguns autores de grande renome [ou seja, Buffon] afirmaram que essa região do globo tinha emergido tardiamente do mar [...] e que seus habitantes, vindos a existência mais tarde e ainda no início de suas carreiras, não mereciam ser comparados com os povos de um continente mais antigo e desenvolvido. Outros (De Pauw) imaginaram que, sob a influência de um clima hostil, que restringe e debilita o princípio da vida, o homem jamais atingiu na América a perfeição que pertence a sua natureza, mas permaneceu um animal de ordem inferior, carente em vigor de estrutura física e destituído de sensibilidade, bem como de força, nas atividades mentais.³⁹

³⁸ AMANTINO, 2001, p.62.

³⁹ (ROBERTSON *apud* GERBI, 1996, p. 138).

Juntamente com a perspectiva da busca de novas fontes, o ameríndio passou a ser considerado como estagnado no tempo, constituindo-se como evidência para reconstruir épocas passadas.

Toda crítica metodológica e epistemológica que se acentuou com o surgimento de novas perspectivas de leitura e buscas por novas fontes, resultou em novos padrões para validar o conhecimento resultante da experiência da viagem por terras distantes. A partir das limitações das narrativas de viagem construídas pelos primeiros viajantes – comerciantes, missionários, navegantes e soldados -, era agora necessário que se visitasse o Novo Mundo pessoalmente para se descobrir a verdade.

Tornavam-se essenciais a objetividade e a observação metódica; O que passavam a importar eram os fatos, como: “apoiei-me em fatos como minhas únicas testemunhas; deduzi causas e princípios da própria natureza, e não de minhas ideias”⁴⁰. Cañizares-Esguerra (2011) apontou que Rousseau sugeria a filósofos, como Buffon, que fossem explorar terras distantes. Para ele, uma nova categoria de viajantes era necessária, uma categoria que deveria olhar por si mesma e que fosse capaz de reconhecer as reais características do mundo. A viagem passava, então, a ser considerada aos olhos da história natural, como essencial para a transformação da natureza em ciência.

Como exemplo de viajante para quem a experiência da viagem foi insubstituível, podemos citar Alexander von Humboldt (1769-1859). No ano de 1799, Humboldt e Aimé Bonpland conseguiram a autorização da corte espanhola para viajar pelas colônias americanas. Entre 1799 e 1804 percorreram as localidades que hoje compreendem os países Venezuela, Cuba, Colômbia, Equador, Peru e México.

Devido à posição de nobreza de sua família Prussiana, foi possível a Humboldt o contato com tutores e com informações sobre outras expedições que fomentaram nele o ímpeto da viagem. Em 1789, conheceu Georg Foster. Foster havia participado, ao lado de seu pai, da segunda navegação de James Cook (1772/1775)⁴¹. Juntos, Humboldt e Foster percorreram a Holanda, Inglaterra e França no ano de 1790. Nessa jornada, Humboldt não apenas aprimorou sua capacidade de observação, mas acabou fortalecendo seu interesse pelos trópicos.

⁴⁰ DE PAUW, p.3-4 *apud* CAÑIZARES-ESGUERRA, *Op. cit.*

⁴¹ James Cook, juntamente com Bougainville, foi responsável pelas famosas expedições pelo Pacífico nas décadas de 1760/70.

Em 1793, Humboldt já havia iniciado a preparação da viagem ao Novo Mundo. Em consonância, sua viagem em 1795 para a Itália e Suíça possuía um caráter científico já que teve contato com pesquisadores em Genebra e pôde mobilizar alguns de seus conhecimentos em áreas como a geologia e geografia. Os preparativos da viagem foram intensificados a partir de 1798, em Paris, quando já havia estabelecido uma rede de contatos, através de correspondências, com cientistas naturais por toda a Europa. Em Paris, também, conheceu Bonpland que viria a se tornar o seu companheiro na jornada ao Novo Mundo. Essa expedição tinha como principal meta coletar e descrever espécimes botânicos.

Não nos cabe aqui detalhar a viagem realizada por Humboldt à América. Cabe, entretanto, pensar nas obras resultantes dessa jornada. Entre 1806 e 1834, Humboldt escreveu cerca de trinta livros sobre as suas experiências de viagens. Inicialmente, sofreu duras críticas por ter se utilizado de fontes e interpretações espanholas. Além de ter se preparado para a expedição e a observação da realidade americana a partir de um estudo prévio das fontes e documentos, Humboldt estava familiarizado com o conhecimento produzido por autores hispano-americanos. Em seu *Essai politique sur le Royaume de la Nouvelle-Espagne*, mencionou os trabalhos sobre o clima de Hipólito Unánue, em Lima, e de Francisco Caldas, em Quito.⁴²

A obra de Francisco Javier Clavijero, por exemplo, forneceu a ele a premissa para as suas observações sobre os monumentos americanos. Clavijero, em sua *Disertaciones*, visou defender o território e o povo mexicano contra a tese *buffoniana* do continente encharcado e opunha-se frontalmente à ideia *depauwniana* sobre a degeneração dos homens do Novo Mundo. Sua preocupação em refutar os filósofos iluministas a partir de suas *Disertaciones* ficou clara ao afirmar que: “todas as demais [*disertaciones*] são necessárias para dissuadir os incautos leitores dos erros que têm cometido muitos autores modernos que, sem conhecimento suficiente, têm escrito sobre a terra, os animais e os homens da América.”⁴³

Se na utilização de fontes e interpretações espanholas residiu a crítica da época à Humboldt, é também neste quesito que se encontra evidência de que surgia um novo

⁴²Perspectiva em: VENTURA, R. Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina. *Estud. av.* [online]. 1988, vol.2, n.3, pp. 40-51. Os diálogos entre Humboldt e autores hispano-americanos também pode ser lido através da influência de Humboldt em autores como Andrés Bello. Bello conheceu Humboldt e Bonpland em Caracas e após compartilhar com eles algumas viagens locais, se inspirou em seus projetos o que resultou na obra “Silva a la agricultura em la zona tórrida” (1825). Sobre o assunto, ver: PRATT, M. L. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4. n.º8. 1991. p. 151-165.

⁴³ CLAVIJERO, 2003, p. 597. [livre tradução]

paradigma historiográfico menos crítico das fontes espanholas sobre o Novo Mundo. Humboldt iniciou *Vues des cordillères et monuments de peuples d l'Amérique* de 1810, destacando a quantidade e qualidade dos relatos espanhóis sobre o Novo Mundo. Lamentava que os estudiosos, ao se depararem com contradições nos relatos das testemunhas espanholas acabassem por simplesmente descartá-los. Para ele, parte do problema das fontes espanholas residia no fato de que muitos desses relatos permaneceram inacessíveis para historiadores europeus. Por isso, afirmou que essas fontes haviam sido muito pouco exploradas e que continham informações úteis para o conhecimento acerca do Novo Mundo. Humboldt, então, acreditava que por ter visitado pessoalmente alguns lugares por onde passaram os espanhóis dos séculos XVI e XVII, estava apto a julgar a credibilidade e o mérito daqueles relatos.⁴⁴

Além de restaurar a valorização das testemunhas europeias do século XVI, o contato com obras e autores hispano-americanos, bem como a experiência da viagem, proporcionou a Humboldt uma visão mais positiva sobre a América se comparada às perspectivas de Buffon e De Pauw. Nas concepções científicas de Humboldt, natureza e homem também estavam relacionados:

(...) mesmo que o começo dessa civilização (do gênero humano) não seja exclusivamente determinado pelas relações físicas, ao menos sua direção, o caráter dos povos e as disposições alegres ou sérias dos homens dependem quase inteiramente da influência do clima.⁴⁵

Humboldt, porém, rompeu com a visão negativa do Novo Mundo difundida pelo Iluminismo ao criticar as ideias de Buffon, Raynal e De Pauw. Sobre a tese da degeneração dos animais e dos homens, dizia que: "essas ideias se propagaram com facilidade, porque, lisonjeando a vaidade dos europeus, se ligavam a hipóteses brilhantes sobre o antigo estado de nosso planeta"⁴⁶. Logo, Humboldt se tornou voz importante no diálogo entre os dois continentes e foi agente importante na mudança de discurso sobre a América, que ocorreu dos dois lados do Atlântico.

Com Alexander von Humboldt, a experiência da viagem foi além do conhecer por meio do ver pessoalmente. Era ir além de fazer uma ciência *in loco* para, também, descrever o que ouviu, o que sentiu, descrever as impressões frente a essa experiência. Aqui, a multiplicidade de sensações vivenciadas pelos viajantes deveria ser descrita já que passava a

⁴⁴Perspectiva em: CAÑIZARES-ESGUERRA, J. *Op. cit.*

⁴⁵ HUMBOLDT *apud* KURY, 2001, p. 287

⁴⁶ HUMBOLDT *apud* VENTURA, 1988, p. 48.

ser considerada parte do fazer científico e não poderiam ser substituídas por amostras dos lugares estudados.⁴⁷ Deve-se ressaltar que,

Apesar de se especializar na descrição de sensações, a ciência romântica de matriz humboldtiana não deve ser confundida com descrições de cunho inteiramente pessoal e, por isso, totalmente subjetivos. (...) acreditavam utilizar os recursos das artes e da retórica para retratarem fielmente a realidade que observavam. A sensibilidade individual seria importante na medida em que dota alguns indivíduos da capacidade de perceber as forças que atuam na natureza e de transmitir as sensações vividas.⁴⁸

No prefácio de *Quadros da Natureza* (1806), Humboldt pretendia mostrar a maneira estética de tratar temas da História Natural, fazendo com que essa região se tornasse viva na mente de seus leitores. Era preciso considerar, de forma precisa e sistemática, os fatores físicos que interviam nos lugares estudados. Mas a ciência proposta por Humboldt, e que por sua influência passou a ser realizada por diversos viajantes ao longo do XIX, ia além. Buscava a essência por trás dos fenômenos observados. Fazer ciência a partir da viagem era, então, descrever de modo profundo e intenso os diversos elementos e fenômenos de cada localidade.

Entretanto, é preciso ressaltar, como aponta Mary Louise Pratt (1991), que as descrições de Humboldt a respeito dos indígenas, por exemplo, se pautaram em compreendê-los estritamente em seus vínculos com os europeus. Ou seja, é como se os nativos encontrados aqui estivessem a serviço da civilização europeia, sempre como coadjuvantes e servindo ao interesse desses. Esse indício fica nítido na passagem a seguir:

(...) Os índios fizeram cortes com seus facões no tronco das árvores e ficamos maravilhados com essas belas madeiras vermelhas e douradas que, algum dia, serão solicitadas pelos nossos entalhadores e marceneiros.⁴⁹

Portanto, os indígenas não eram compreendidos em seus próprios termos. Apesar de sua visão mais positiva da América, Humboldt não saiu de si mesmo para compreendê-la. A América, em sua visão, continuava sendo, portanto, primitiva em comparação à civilização europeia.

⁴⁷ Sobre: KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, ciência, saúde*. Vol. VIII. 2001

⁴⁸ KURY, 2001, p.870

⁴⁹ HUMBOLDT, 1822, p.74

Com a intenção de resguardar o território brasileiro e manter o monopólio na colônia, o Brasil ficara, até o século XIX, pouco conhecido às demais nações europeias. Entretanto, a partir da segunda metade do século XVIII, cientistas, colonos portugueses e funcionários administrativos, foram responsáveis por uma rede de informações, principalmente, sobre a flora e a fauna na colônia luso-americana.⁵⁰ Essa renovação do conhecimento foi promovida e financiada pela Coroa portuguesa.

A experiência da viagem se tornou importante nos círculos letrados portugueses. A segunda metade do século XVIII foi marcada pela elaboração de uma História Natural das Colônias, através de pessoas como Domenico Agostino Vandelli e Alexandre Rodrigues Ferreira, este último tendo colaborado diretamente para a redescoberta científica da América portuguesa.⁵¹ O mundo natural das colônias era, então, uma das questões que mobilizavam o Estado português e seus intelectuais, permeando as discussões e publicações memorialísticas da Academia Real das Ciências de Lisboa.

O Estado português, que já investia em áreas como museus, laboratórios e gabinetes, passou a canalizar sua atenção às viagens filosóficas⁵² através da relação com os naturalistas da Academia Real das Ciências. Portanto, a experiência de viagem era necessária, na medida em que, ao propiciar o estudo da natureza a partir da observação, descrição e classificação, promoveu reconhecimento do Império Colonial e ideia de controle. Assim, além de tornar a natureza passível de ser compreendida pela razão humana e pela ciência, através de seu estudo, os acadêmicos portugueses puderam elaborar projetos de recuperação econômica baseados nas riquezas naturais da colônia.⁵³

No que tange às descrições das populações indígenas, Alexandre Ferreira os concebeu como indolentes, preguiçosos e bárbaros como animais ferozes por natureza, sendo sua

⁵⁰Sobre o assunto, ver: DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

⁵¹ A viagem do baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, bacharel pela Universidade de Coimbra, percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá entre 1783-1792, foi planejada pelo naturalista italiano radicado em Portugal, Domenico Vandelli, e patrocinada pela Academia Real das Ciências de Lisboa.

⁵² Viagens Filosóficas era denominação para um tipo de expedição científica, proposta por Domenico Vandelli, financiada e dirigida pelo Estado lusitano no período pós-pombalino. Visava explorar as riquezas no interior das colônias, especialmente do Brasil.

⁵³ Sobre Portugal e História Natural das colônias, ver: FILHO, Oswaldo M. “O liberalismo num outro ocidente: política colonial, ideias fisiocratas e reformismo mercantilista.” In: PEIXOTO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Antônio E. M. et al. (Org.) *O liberalismo no Brasil imperial: origem, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro, Revan: UERJ, 2001.

“indolência natural um obstáculo.”⁵⁴ Seu relato dos povos indígenas reproduziu, portanto, a visão da época e discussões presentes nos ambientes ilustrados de Portugal, onde se formou. Alexandre Ferreira afirmou:

Aos gentios dessa parte da América parece que a mesma Natureza se descuidou de lhes ensinar, quanto era indecente o aparecerem nus. Porém, como debaixo de um céu benigno, eles nenhuma necessidade sentem de repararem as suas carnes, contra as injúrias do tempo; antes a sua mesma indolência os convida a pouparem-se a toda e qualquer espécie de trabalho, que lhes não for ordenado por uma extrema necessidade; todos, ou quase todos se deixam ficar no estado de uma quase absoluta nudez.⁵⁵

Vimos até esse momento como foram construídas as imagens sobre a América em consonância com a própria maneira de fazer ciência. Como pensar, então, no caso do Brasil, em especial Minas Gerais e suas regiões de sertão, que envolto nesse contexto e estando a margem de um mundo considerado civilizado, atraiu visitantes ávidos por conhecimento que, em nome da ciência, lançaram seu olhar sobre a paisagem natural e social brasileira? Como compreender, nessa conjuntura, as concepções tecidas pelo olhar estrangeiro sobre os povos indígenas?

1.2. ALTERIDADE EM ALTO DOS BOIS: O CONHECIMENTO POR MEIO DAS EXPERIÊNCIAS DOS VIAJANTES

A vinda e instalação da família real ao Brasil, em 1808, provocaram mudanças significativas. Ao desembarcar no porto do Rio de Janeiro, que viria a ser a nova sede do Império Português, o príncipe regente D. João decretou a abertura dos portos às nações amigas e a criação de um novo tratado de comércio privilegiando a Inglaterra.

A Europa, nesse período, vivia momentos de instabilidade política resultantes da Revolução Francesa, que ocorreram entre 1789 e 1799, e o domínio napoleônico, que vigorou entre 1799 e 1815.⁵⁶ Em Portugal, o terremoto de 1755 que devastou parte do país, bem como o declínio da produção do ouro vinda do Brasil, repercutiram de forma danosa nas finanças do

⁵⁴ FERREIRA, Alexandre R. “Memória sobre o gentio Caripuna que habitava na margem ocidental do rio Jatapu”. In: *Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memória antropologia. Conselho Federal de Cultura. 1974 [1787].

⁵⁵ FERREIRA, 1974 [1787], p.71

⁵⁶ Ver: HOBBSBAWN, Erik. J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977

Reino. Nesse contexto de instabilidade e necessidades econômicas, Portugal vê-se envolto em relações de força entre a Inglaterra e a ofensiva de Napoleão Bonaparte, optando, assim, pela transferência ao Brasil.

No Brasil, com a vinda da Corte, passou-se a permitir que um grande número de viajantes estrangeiros frequentasse os portos brasileiros, sendo permitido o conhecimento do interior desse extenso território. Encerrava-se, assim, período de séculos de isolamento à exploração científica estrangeira pelo qual o país havia passado.

Durante séculos o país havia permanecido, para os europeus, um segredo guardado pelos portugueses, em nome da defesa das riquezas naturais. O imenso território brasileiro, durante esse período, se tornou, por meio da literatura produzida desde o encontro com o Novo Mundo, alvo de projeções e expectativas. Com o traslado da família real portuguesa o país adquiriu visibilidade e o imenso território desconhecido poderia, enfim, ser desbravado. Passou a ser possível que o viajante estrangeiro conferisse, a partir de sua instrução e bagagem cultural, imagens e opiniões que circularam pela Europa passando a contrapô-las com sua própria experiência.⁵⁷

Portanto, além do interesse da própria Coroa em informar-se sobre o que ainda havia de riquezas por explorar, também as potências europeias como Inglaterra e França mostraram, através do envio de naturalistas, seu desejo de conhecer as potencialidades da colônia. Saint-Hilaire, por exemplo, escreveu:

(...) raros são os países que oferecem tantos recursos como o Brasil, e sejam como ele destinados a representar na política papel tão importante; as montanhas encerram em seu seio metais preciosos; os rios cobrem com suas águas diamantes e pedrarias; o açúcar e o trigo, a vinha e o café, as árvores frutíferas da Europa e da Índia são cultivadas indiferentemente em seu fértil território; as imensas solidões poderiam receber inúmeros colonos, e seus portos garantem importantes mercados para os produtos do nosso solo e indústrias. *No entanto, tão magnífica região, não obstante os úteis trabalhos de alguns escritores dignos de elogios, ainda está longe de ser conhecida.*⁵⁸

Auguste de Saint-Hilaire nasceu em Orleans, França, em 1779, e morreu na mesma cidade, em 1853. Oriundo de família nobre dedicou seus estudos à História Natural. Saint-

⁵⁷ Ver: BELLUZO, Ana. M. de M. *O Brasil dos Viajantes*. 2ª Edição. São Paulo/Rio de Janeiro, Metalivros/Objetiva, 1999. E também: _____. O viajante e a paisagem brasileira. Revista Porto Arte. Porto Alegre, V. 15. nº 25, Novembro 2008.

⁵⁸ SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p. 03 [grifo nosso].

Hilaire estava integrado ao meio científico europeu, mantendo contato com cientistas do Museu de História Natural de Paris.

Na ocasião de sua partida para o Brasil, Saint-Hilaire possuía trinta e sete anos e obtinha conhecimentos sobre botânica, dedicando-se à flora francesa. Auguste de Saint-Hilaire veio para o Brasil em 1816 acompanhando a missão extraordinária do duque de Luxemburgo. A missão tinha como objetivo resolver o conflito que opunha Portugal e França quanto à posse da Guiana.

Saint-Hilaire tinha como objetivo autoproclamado de sua viagem ser útil a sua pátria e a ciência. Escrevendo ao duque de Luxemburgo afirma que “se os trabalhos que levei a efeito contribuíram de algum modo para o progresso da ciência, é a vós, senhor Duque, que devo tal felicidade”.⁵⁹ A ciência na concepção de Saint-Hilaire permitiria, portanto, o exercício da missão do viajante já que através dela tornava-se possível conhecer a natureza e auxiliar a vida dos homens.⁶⁰

Os interesses científicos passaram a ser do interesse de toda a humanidade. Caberia aos viajantes europeus, portadores da missão de civilização, ajudar a aconselhar os outros povos.⁶¹ No Brasil, Saint-Hilaire percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Santa Catarina. Sua viagem pelo território brasileiro foi tão expressiva que maioria de suas publicações foi fruto dela.

Além de Saint-Hilaire, outros três viajantes que vieram ao Brasil produziram variada e relevante produção. Em 1817, por ocasião do seu casamento com Dom Pedro I, a arquiduquesa Maria Leopoldina da Áustria desembarcou no Brasil acompanhada por cientistas austríacos. Estes cientistas integraram a primeira expedição estrangeira com intenção de desenvolver pesquisas de História Natural nos domínios portugueses. A Missão Austríaca, como ficou conhecida, foi liderada, pelo zoólogo Johan Baptiste von Spix (1781-1826) e pelos botânicos Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Johann Emanuel Pohl (1782-1834), entre outros.

⁵⁹ SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Editora Itatiaia, São Paulo, SP. 2000 [1830].

⁶⁰ Sobre Saint-Hilaire e a experiência da viagem, ver: KURY, L. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. *Intellectus Revista Eletrônica da UERJ*. Ano 2, n. 1. 2003

⁶¹ Lorelai Kury definiu essa atitude científica como um sentimento de filantropia, que nos termos da época, significava uma virtude natural de amor ao próximo. Para a autora, o sentimento filantrópico e não o lucro privado capitalista impulsionou a expansão colonialista do XIX. No caso dos viajantes europeus o sentimento filantrópico pode ser lido como uma missão civilizatória.

A Missão percorreu um longo itinerário pelas províncias de São Paulo e Minas Gerais, subindo o rio São Francisco até os limites de Goiás. Atravessaram os sertões da Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. Chegando a Belém do Pará se dividiram para estudar alguns dos rios que formavam a bacia amazônica. Reencontraram-se um ano depois e retornaram à Europa em 1820.

Sobre a relevância de sua viagem ao Brasil, Pohl afirmou que “com munificência imperial, Sua Majestade resolveu mandar que vários naturalistas austríacos, no interesse da ciência, percorressem aquela terra tão importante e, contudo, ainda pouquíssimo conhecida.”⁶² Por sua vez, Martius apontou como objetivo da viagem:

(...) descrever nesta relação de viagem tanto a feição física do país como os costumes, a vida intelectual e burguesa dos habitantes, também as nossas impressões durante a estada ali, é tarefa cuja significação histórica tanto mais grandiosa parece quanto mais rápido o Brasil se vai antecipando no seu desenvolvimento.⁶³

Portanto, declaravam sua missão em nome da ciência. Ciência essa que visava conciliar observação e descrição metódica do ambiente e de seres vivos e relação entre eles, através da representação da paisagem e dos costumes dos locais visitados. Almejava-se, assim, reproduzir fielmente o que se viu, ouviu e sentiu, transformando a experiência da viagem em algo passível de ser reproduzida à sociedade.⁶⁴

A partir das narrativas textuais desses viajantes é possível, então, acompanhar a trajetória da viagem e a dificuldade de conhecer os sertões brasileiros, áreas ainda remotas e pouco desbravadas. Todos esses viajantes, em suas passagens pela província de Minas Gerais, visitaram regiões ainda consideradas inóspitas. Suas viagens alcançaram regiões até então não mapeadas, áreas não alcançadas pela chamada civilização. Percorrer, por exemplo, os vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri era se deparar com um mistério a ser desvendado, tanto em suas características naturais quanto etnográficas.⁶⁵

Viajando pela região Saint-Hilaire, Spix, von Martius e Pohl voltaram seus olhares para localidade denominada Alto dos Bois. Saindo de Vila do Fanado e seguindo pelo rio Jequitinhonha, Johann Pohl alcançou primeiramente Salto Grande e depois visitou Alto dos

⁶² POHL, 1976 [1832], p. 13.

⁶³ SPIX e MARTIUS, 1938 [1828], p. 05

⁶⁴ KURY, Lorelai. 2001, p. 879.

⁶⁵ Em consonância, ao longo do século XIX, diversos projetos eram desenvolvidos pela administração na tentativa de conquistar e civilizar a região. Mas, esse assunto será desenvolvido no capítulo II.

Bois. Em sua descrição apontou que havia dois caminhos para se alcançar a localidade: seguindo para oeste passando pelo Arraial da Graça, e outro que, mesmo sendo mais longo, era considerado mais fácil especialmente para a condução de carga.

Escolheram o último caminho. Tiveram de subir uma elevação montanhosa que possuía uma chapada coberta de arbustos. Alcançando o rio Fanado, subiram uma serra muito escarpada chegando ao córrego Fundo. Subindo ainda outra serra e seguindo uma vereda íngreme atingiram o ribeirão Fanadinho. Em sua margem, segundo este viajante, estava edificada Alto dos Bois.⁶⁶

Spix e Martius que se encontravam em Vila do Fanado durante uma época do ano em que as árvores perdiam suas folhas e, por isso, pouco ofereciam às suas investigações, resolveram partir à Alto dos Bois que ficava, segundo eles, a dez léguas a sudeste da vila. “Uma picada sinuosa levou-nos, afinal, ao sopé da montanha, a um vale de um arroio limitado por pastos íngremes, ressecados, acolá fechado por densos capões, e onde estão espalhadas as cabanas do Quartel do Alto dos Bois.”⁶⁷ Alto dos Bois se constituiu, portanto, ao longo dos oitocentos, como quartel militar e aldeamento indígena. A localidade situava-se nas serras divisoras das águas das bacias do Jequitinhonha e Mucuri. Na imagem adiante temos o encarte de *A província brasileira de Minas Gerais*.

O mapa e o artigo que o acompanhou, concluídos em 1855 e divulgados em 1862, foram resultado do trabalho de três indivíduos: Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, Frederico Wagner e Johann Jakob von Tschudi. Tschudi foi naturalista, etnólogo e diplomata suíço. Visitou Minas Gerais apenas uma vez em 1858. Halfeld trabalhou desde cedo em atividades de mineração e se formou engenheiro na segunda mais antiga escola de minas da Alemanha. Foi contratado como engenheiro da província em 1836. Wagner, por sua vez, foi um modesto funcionário do governo provincial, trabalhando, principalmente, desenhando mapas, fazendo cópias, ampliações e reduções. Halfeld e Wagner migraram para o Brasil logo após a Independência e se fixaram em Minas pelo resto da vida.

A realização do mapa nasceu da necessidade de coletar, compilar e adaptar cartas já existentes sobre a Província de Minas e acrescentar correções e novas observações levantadas pelos engenheiros em seus serviços. Em 1837, fora fundado em Ouro Preto uma Comissão de

⁶⁶ POHL, 1976 [1832], p. 361.

⁶⁷ SPIX E MARTIUS, 1938 [1828], p. 65.

Geografia, onde Halfeld foi prestar seus serviços e, em 1838, Frederico Wagner fora contratado como cartógrafo-desenhador. A elaboração do mapa, então, era uma resposta à demanda por uma carta geral da província de Minas solicitada pelo governo provincial. O baixo número de engenheiros ao longo das décadas de 1830 e 1840, o número reduzido de pessoal técnico de apoio e a precariedade dos serviços de engenharia explicaram o processo lento de desenvolvimento do mapa. Já o artigo *A Província Brasileira de Minas Gerais* que acompanhou a publicação do mapa, escrito por Tschudi, foi um resumo das informações coletadas durante sua viagem em 1858 pela província.⁶⁸

Portanto, no detalhe do mapa, está destacada a região, visando apontar a localização, através da seta, de Minas Novas, antiga Vila do Fanado e, através do círculo, Alto dos Bois.

de N. Rocha.

⁶⁸ Sobre o assunto, ver: MARTINS, Roberto B. “Tschudi, Halfeld, Wagner e a geografia de Minas Gerais no século XIX”. In: HALFELD, H.G.F & J. J Von TSCHUDI. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myrian Ávila. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.



Figura 1. Karte der Brasiliann Provinz Minas Geraes, encarte de A província brasileira de Minas Gerais, de H. G Halfeld e J.J von Tschudi, 1998, [1855] p. 07

Saint-Hilaire ao passar por Alto dos Bois, em 1817, descreveu, a partir de sua visão, a história da localidade. Relatou que, no ano de 1787, não haviam mais que três portugueses. Porém, apontou que certo dia, colonos viram chegar à aldeia três índios da nação dos Macuni⁶⁹. Um ano depois a nação inteira se apresentou diante dos portugueses, juntamente com os Malali que, para Saint-Hilaire, acabaram por se estabelecer em Peçanha. Segundo este viajante, essas tribos vinham se refugiar em meio aos homens brancos fugindo dos Botocudos “inimigos de todas as demais nações indígenas”⁷⁰. Entretanto, esse viajante relatou que os Macuni não possuíam ideia de civilização. Em 1814, ainda segundo sua descrição, deu-se mais força à pequena colônia enviando, para protegê-la, um destacamento de cerca de trinta homens.

Segundo Spix e Martius, Alto dos Bois era posto militar contra os Botocudos. Quando Johann Pohl chegou à localidade, a guarnição, juntamente com os índios, tinha seguido para o rio Urupuca para plantarem milho e abrirem caminho, através da mata, estabelecendo ligação com a Capitania do Espírito Santo e com o rio Doce. Pohl relatou, então, que havia muita preocupação de que os Botocudos estorvassem o empreendimento. “Aqueles botocudos ainda não tinham travado relações com os habitantes desta região, hostilizavam-nos muito e assassinavam qualquer um que lhes caísse sob as vistas.”⁷¹

Os Macuni eram, então, empregados para guerrear contra os Botocudos sendo que o comandante elogiava bastante o serviço que realizavam como soldados.⁷² Deveriam, portanto, defender a aldeia dos intrusos Botocudos hostis. Sobre o quartel e a defesa da aldeia, afirmou Saint-Hilaire:

(...) até o momento em que foi estabelecido o posto militar de Peçanha, os Botocudos não tinham ainda aparecido nas cercanias de Alto dos Bois; mas, perseguidos pelos soldados da 5ª divisão (a de Peçanha), refluíram para as Minas Novas, devastaram campos de milho e mataram alguns habitantes. Os portugueses e índios abandonaram as matas; retiraram-se em 1809, para o planalto em que está atualmente a aldeia, e lá não mais tiveram que a recear os Botocudos, que jamais atacam de frente um inimigo armado e numeroso.⁷³

⁶⁹ A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) determina que os etnônimos indígenas sejam grafados sem flexões de gênero e número, sendo que para designar agrupamentos deve constar a letra inicial maiúscula e minúscula para emprego adjetival. De acordo com o relato dos viajantes, em caso de citação, manteremos as designações dadas por eles por não haver consenso na abordagem de etnônimos históricos.

⁷⁰ SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p. 210.

⁷¹ POHL, 1976 [1832], p. 361.

⁷² SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p. 210

⁷³ SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p. 211

Johann Pohl descreveu a região de Alto dos Bois como área inteiramente rodeada por serras. Na concepção desse viajante, os Macuni viviam há vinte anos com os Maxacali na região de Caravelas, perto do mar, sendo expulsos pelos Botocudos. Ao se estabelecerem com os portugueses “moléstias causadas, sem dúvida, pelas mudanças operadas em sua maneira de viver, abateram grande número deles (...)”⁷⁴ fazendo com que abandonassem a região. Quando pela segunda vez voltaram ao Alto dos Bois não excediam sessenta índios, mas não padecendo mais às doenças de brancos e mulatos desse lugar, passaram a ser mais de cem.

Spix e Martius relataram que no quartel ainda tinha alguns índios da tribo dos Malali. Esses que não haviam se dirigido à Peçanha, onde era sua principal colônia, criaram-se entre os Macuni, não se diferenciando deles no aspecto, de forma que até haviam esquecido sua língua.⁷⁵

Maria Hilda Paraíso (1994) apontou que os Malali e os Macuni eram subgrupos Maxacali que viviam, principalmente, entre os rios Jequitinhonha e Doce:

Os grupos que compunham essa pan-tribo e se localizavam entre os rios de Contas e Doce, mas, particularmente, entre o Jequitinhonha e o Doce, eram os: Pataxó/ Patacho; Monoxó/ Manaxó/ Mapoxó/ Momaxó/ Maxakan/ Makaxó Kumanoxó/ Cumanachó/ Comanaxó; Kutatoi; Maxakali/ Machacalizes/ Machacaris/ Macachacalizes/ Malakaxi/ Malakaxeta; Malali/ Malalizes; Makoni/ Maconés/ Macunins/ Makuinins/ Maquaris/ Bakoani/ Maconcugi; Kopoxó/ Copoxó/ Gotochós e Panhame/ Bonito /Bonito⁷⁶

Izabel Missagia de Mattos (2006), compreendendo os fluxos Maxacali nas fronteiras do leste de Minas Gerais, apontou para uma mudança geopolítica dos povos filiados a essa família linguística. Se em meados dos setecentos esse povo se reunia sob a liderança do Capitão Tomé⁷⁷, no início do século XIX localizavam-se em quatro diferentes localidades, sob etnônimos distintos: Malali (Peçanha), Macuni (Alto dos Bois) e Maxakali (Lorena de Tocoíós e costa marítima).

⁷⁴ SAINT-HILAIRE, 2000[1830], p. 212.

⁷⁵ SPIX e MARTIUS, 1938 [1828], p. 66.

⁷⁶ PARAÍSO, 1994, p. 177.

⁷⁷ Mattos (2006) apontou que Capitão Tomé era líder político de povo falante do Maxacali que reuniu em seu agrupamento um conjunto diversificado de etnias. O encerramento de sua liderança, no final dos setecentos, possibilitou uma guerra intertribal, a qual acabou favorecendo a penetração dos colonizadores na região do Mucuri. Ver: MATTOS, Izabel. M de. Formas e Fluxos Maxakali nas Fronteiras do Leste: a aldeia do Capitão Tomé (1750-1800). In: *25 a. Reunião Brasileira de Antropologia*, 2006, Goiânia. Saberes e práticas antropológicas: desafios para o século XXI, 2006.

Deve-se ressaltar que os aldeamentos não respeitavam diferenças étnicas. Era comum, então, que diversos subgrupos indígenas que comumente lutavam contra os Botocudos, fossem aldeados conjuntamente.⁷⁸ Essa tática era recorrente entre os colonizadores, pois, assim se reduzia a conceitos genéricos a diversidade social indígena.⁷⁹ Nesse sentido, o frei capuchinho Jacinto Palazzolo (1973 [1954]), apontou que os *Machalis* ou *Macunés* e outras tribos, fugindo à sanha dos seus implacáveis inimigos, os Botocudos, procuraram proteção nos brasileiros civilizados no quartel que mantinham em Alto dos Bois.⁸⁰ Sobre os Macuni, Spix e Martius relataram:

Essa tribo, também chamada de *maconi*, é uma das mais fracas que habitam estas regiões montanhosas, na fronteira entre as províncias de Minas Gerais, Pôrto Seguro e Bahia, e, pelo terror que têm aos seus poderosos inimigos, os botocudos, tanta amizade fizeram com os portugueses, que, talvez dentro em poucos decênios, tenha ela perdido inteiramente todos os seus característicos.⁸¹

O que visamos ressaltar é que, se considerarmos a cultura como região de fronteira, ela não é passível de ser perdida. Por essa concepção, ela está em aberto, em construção e mobiliza um terceiro espaço que não é mais exclusivo do colonizador, nem tampouco do colonizado, mas sim um espaço híbrido.⁸²

As características físicas, ou “traços antropológicos”⁸³ dos Macuni não se distinguem, para esses viajantes, dos demais povos indígenas. Possuíam cabelos negros, lisos e grossos, cabeça grande e nariz chato. Sua pele era amarelada como dos demais indígenas. Suas sobrancelhas eram arrancadas, mas não as pestanas. O corpo possuía estatura mediana, regular

⁷⁸ CARVALHO, 2010, p.176

⁷⁹ Essa era uma tática que não dizia respeito somente aos povos aldeados. A própria designação *Botocudos* é um nome genérico que engloba povos considerados de caráter indomável, que se constituíam como obstáculo e motivo de receio para os avanços aos sertões de Minas. Ver: MATTOS (2003) e CARVALHO (2010).

⁸⁰ PALAZZOLO, Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. Como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1952). São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1973 [1954].

⁸¹ SPIX e MARTIUS, 1938 [1828], p. 65.

⁸² Sobre o tema, ver: HOLANDA, Sérgio B. de. *Caminhos e fronteiras*. Companhia das Letras. 1994. E, também: PAIVA, Eduardo F.; ANASTASIA, Carla M. J. (org.) *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo. PPGH/UFMG. 2002.

⁸³ SAINT-HILAIRE 2000 [1830], p. 211.

e forte.⁸⁴ A única diferença com relação aos outros povos seria que seus traços de fisionomia eram mais expressivos graças aos primeiros vislumbres de civilização.⁸⁵

Com relação a língua, tanto Saint-Hilaire quanto Spix e Martius apontaram que os sons vinham de suas gargantas, falando baixo com a boca quase fechada. O europeu que alternava o tom de voz e muito gesticulava, quando observasse esses índios a conversar com tão pouca expressão, acharia que falavam em sonho.⁸⁶

Esses relatos demonstram, assim, o olhar do estrangeiro. Por meio das descrições foram se delineando imagens sobre o Outro, indígena, pautados em seus conhecimentos prévios e confrontados, agora, com a experiência da viagem. Além disso, ao voltarem seus olhares para o cotidiano das relações sociais, promoveram ricas narrativas que permitem compreender o universo vivenciado pelos indígenas, bem como seus modos de vida, suas relações com colonos e com autoridades.

Segundo Saint-Hilaire, desde o princípio os portugueses tinham pensado em civilizar os Macuni. O lavrador Antônio Gomes Leal se ocupou bastante com os índios, já que, a princípio, os arredores de sua fazenda era um local de ocupação indígena. Revestido com título de diretor, Leal passou a governá-los com bondade, instruindo os Macuni na religião e ensinando os jovens a ler, escrever e contar:

(...) o capitão-mor da região dera-lhe [Antônio Gomes Leal] toda a autoridade sobre eles, e foi depois especialmente encarregado pela junta de Vila Rica de trabalhar a fim de civilizá-los, ensinar-lhes a doutrina cristã, e torná-los homens úteis.⁸⁷

Logo, todos os indígenas da localidade foram batizados. Conheciam os princípios da religião cristã e passaram a ter que recitar, de manhã e a tarde, orações em língua portuguesa. Ensinou aos Macuni, também, a lavrarem a terra. Passaram a cultivá-la por conta própria, empregando-se na casa de colonos da vizinhança e recebendo pelos seus serviços cerca de um vintém por dia.⁸⁸ Costumavam vender a maioria das produções de suas roças aos brasileiros.⁸⁹ Para Spix e Martius, a convivência com os colonos brasileiros propiciou aos índios, em Alto dos Bois, pequeno grau de civilização.

⁸⁴ POHL, 1976 [1832], p. 362.

⁸⁵ SPIX e MARTIUS, 1938 [1828], p. 65.

⁸⁶ Idem, p. 67.

⁸⁷ SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p. 211.

⁸⁸ SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p. 212.

⁸⁹ SPIX e MARTIUS, 1938 [1828], p. 66

Na concepção europeia, a ideia de civilização dizia respeito a algo que estava em movimento constante; movendo-se em único sentido, que culminaria, no seu auge, no estágio de civilização que acreditavam serem portadores. Segundo Elias,

Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. (...) Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.⁹⁰

Portanto, na concepção de Norbert Elias (1994), o conceito de civilização expressava a maneira como o mundo ocidental gostaria de ser visto. Era, além disso, a demonstração da tendência expansionista de grupos colonizadores.

Os viajantes oitocentistas, europeus legatários da ilustração, visavam pesquisar o estado de civilização dos habitantes dos sertões. Em sua missão civilizatória, em nome da ciência, esses viajantes deveriam auxiliar os povos “primitivos” dos trópicos a entrar no curso do progresso. Se aos povos indígenas viventes nas matas e não rendidos só restava submissão ou extermínio, aos aldeados havia, na concepção desses naturalistas, vislumbre possível de civilização. Portanto,

Condenados a uma espécie de infância perpétua, os índios frequentemente se encontram desamparados, à mercê de nossa bárbara superioridade, e nações inteiras desapareceram diante dos homens de nossa raça. Como para as crianças, são necessários aos índios tutores íntegros e vigilantes, que, animados por sentimentos cristãos, estejam continuamente preocupados com a felicidade desses infelizes.⁹¹

Na visão de Johann Pohl, Spix, von Martius e Saint-Hilaire, a relação estabelecida entre colonos e indígenas na localidade Alto dos Bois, seria, portanto, benéfica já que conduzia esses índios a estado considerado de civilização. Porém, esses povos deveriam viver constantemente sob tutela de homens virtuosos, como acreditavam ser Antônio Gomes Leal. “Seria necessário, pois, para que subsistissem essas tribos, não só que elas estivessem

⁹⁰ ELIAS, 1994, p.24.

⁹¹ SAINT-HILAIRE, 2000[1830], p. 215.

submetidas a uma tutela benéfica, como, ainda, que essa tutela tivesse a garantia de uma longa continuidade.”⁹²

Delinear a imagem do indígena tornava a ideia de missão civilizatória mais evidente e consolidada. Ao enquadrar esses povos em suas concepções, ao encontrar o Outro, a Europa encontrava a si mesma em sua pretensa plenitude.

Na perspectiva de Spix, von Martius, Johann Pohl e Saint-Hilaire, os indígenas não possuíam ordem, religião, ou sequer inteligência. Alto dos Bois era, assim, fundamental para conduzir esses povos a algum princípio de civilização. Seus relatos, por outro lado, apontam situações em que os indígenas puderam manter sua visão de mundo.

Mesmo que esses índios tenham sido batizados, ensinados a ler, e tenham exercido funções delegadas pelo colonizador, normalmente não realizadas antes da aproximação com os portugueses, eles não se inteiravam nessa dinâmica de forma passiva. Ao se inserirem nos aldeamentos, os indígenas participavam de sua construção, de sua cotidianidade e da ressocialização neles vivenciado.

Portanto, vemos Alto dos Bois como espaço que permitiu a reconstrução de laços culturais e identitários. Os aldeamentos se tornaram, então, espaço possível de sobrevivência na perspectiva de *resistência adaptativa*, ou de submissão apenas aparente, como cunhou Steve Stern.⁹³ Pelo viés de análise proposta por Stern, através do conhecimento adquirido ao longo do contato com o colonizador e da percepção da nova ordem posta, os povos indígenas passavam a ver esses espaços como formas de almejar ganhos, ou menores perdas. Assim, adaptavam-se e reelaboravam os sentidos naquele universo em mudança.

O que muda quando as narrativas de contato, resistência ou assimilação são vistas pelo viés de povos não ocidentais? ⁹⁴ Nessa perspectiva, pretende-se visualizar como esses indígenas responderam ao contato de acordo com seus próprios interesses, levando em conta à dinâmica de suas organizações sociais.

Partimos do pressuposto de que, para tal, é necessário realizar uma história a partir da alteridade. É preciso descobrir e apreender o Outro em suas diferenças. É necessário que esses

⁹² SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p. 215.

⁹³ STERN, S. J, org. *Resistance, Rebellion and Consciousness in the Andean Peasant World*, Madison. Univ. Wisconsin Press.1987

⁹⁴ Viés em: Clifford *apud* Viveiros de Castro, 2002, p.196. Sobre o assunto: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. B. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. In: *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 552 pp. 2002.

povos sejam vistos a partir de si mesmos. Buscar a alteridade, fazendo com que esses povos sejam reconhecidos em suas próprias dinâmicas, é um exercício que requer a busca de sua visão de mundo. É, além disso, compreender como, orientados por sua percepção, os indígenas se portaram nesse contexto histórico. “Conhecimento nativo, de um lado; situação colonial que o ultrapassa, de outro.”⁹⁵

A relação da família Gomes Leal com os índios trouxe aspectos particulares da história dos índios da região, em suas estratégias políticas de alianças preferencias com os colonos. Se os Macuni e Malali eram utilizados em Alto dos Bois para guerrear contra os Botocudos, os falantes do Maxacali viam o aldeamento como opção pelo mal menor diante de situações desfavoráveis. “Têm pavor dos botocudos, dos quais bastam alguns rastros para afugentar toda uma horda de macunis. Temem também cobras e onças, frequentemente encontradas naquelas selvas.”⁹⁶ Principalmente, o próprio avanço colonizador naquelas selvas, propiciando o extermínio de povos indígenas, fazia com que aldeamentos fossem opção de sobrevivência. Se aquartelando na localidade, poderiam garantir a coesão de sua forma social.⁹⁷

Optando pelo aldeamento, os indígenas puderam reproduzir sua visão de mundo, mantendo suas práticas e costumes ancestrais. “Esses homens tampouco renunciaram às suas antigas superstições.”⁹⁸. Saint-Hilaire escreveu:

Conservando o gosto pela única ocupação a que se entregavam antes de se aproximarem dos portugueses, os Macunis guardaram também grande respeito pelos costumes de seus antepassados. Gostam muito de conversar entre si, e à tarde, quando se reúnem em volta do fogo, que acendem sempre no chão, no centro da casa, os velhos contam a história das caçadas dos tempos passados, fazem o panegirico de seus maiores, e soltam lágrimas em sua intenção. O comandante Magalhães incitava-os a fazerem modificações em suas flechas que as tornassem melhores; eles, porém, recusavam-se por respeito a seus ancestrais. Um dos costumes bárbaros que ainda conservam é o de dormir em volta do fogo despojados de roupas.⁹⁹

Mesmo iniciados na religião cristã, esses viajantes apontaram que muitos dos costumes indígenas, em Alto dos Bois, não se modificaram. “Creem num deus e em muitos demônios; entretanto, a sua concepção de Ser Supremo, cheio de bondade, oposto ao diabo, é

⁹⁵ MATTOS, 2006, p.33.

⁹⁶ POHL, 1976 [1832], p. 362.

⁹⁷ MATTOS, I. M de. *Op. cit.*

⁹⁸ SAINT-HILAIRE, 2000[1830], p. 212.

⁹⁹ SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p. 212.

muito vaga”¹⁰⁰. Ou ainda, “a maioria foi casada por um sacerdote; mas não tem o menor respeito pela fidelidade conjugal”¹⁰¹. Segundo Johann Pohl, “[embora] tenham nomes cristãos, possuem, contudo, uma ideia muito superficial e material de um Ser Superior. Quando se pretende dar-lhes uma explicação a respeito, a sua primeira pergunta é se no Céu nascem batatas, que é o seu prato predileto”¹⁰².

As mulheres, segundo Saint-Hilaire, nunca davam a luz na aldeia, mas se dirigiam à mata acompanhada da mais velha entre elas. “A mãe enrola em volta do pescoço do recém-nascido o cordão umbilical, até secar e cair por si”¹⁰³. Sendo as crianças batizadas, ganhavam nome de santo e outro de família português. “Além desse, porém, os Macunis dão a seus filhos outro nome tirado de sua língua, e chamam-no sempre por este último”¹⁰⁴.

Cabia às mulheres fabricar vasilhames¹⁰⁵. Eram de diversos tamanhos, com mesma forma: de uma esfera um pouco deprimida, tendo uma larga abertura. “Os vasos que saem de suas mãos vão ao fogo e são muito bem feitos”¹⁰⁶ Também,

Além do vasilhame de barro, as mulheres faziam esses sacos de que falei acima. Fornecem-lhes o material de fabricação o algodoeiro e uma espécie de *Crecopia* (a imbaúba dos brasileiros), cujas folhas são verdes de ambos os lados. Para tirar partido desta última planta, tomam ramos tenros de *crecopia*, e começam a despojá-los da casca exterior. Em seguida com a concha de um molusco, esfiapam as fibras lenhosas; separam-nas do tecido celular que as liga, e fazem assim uma espécie de estopa muito fina. Para fiar esta estopa, tomam as fibras e torcem-nas sucessivamente, enrolando-as sobre as coxas nuas com a palma da mão. A espécie de cordão que resulta desse trabalho serve para fazer não só os sacos de rede, como também as cordas dos arcos. Quando as mulheres querem fazê-las, prendem trabalho à coxa por meio de um cordão, e o fio que empregam, enrolado em novelo, serve-lhes de naveta.¹⁰⁷

Marivaldo Carvalho (2010) apontou que os Maxacali de hoje confeccionam bolsas e artesanato utilizando as fibras de embaúba, que são fiadas da mesma forma que eram pelos Macuni e Malali em Alto dos Bois, diferenciando somente na utilização da faca ou espátula

¹⁰⁰ SPIX e MARTIUS, 1938 [1828], p. 65.

¹⁰¹ SAINT-HILAIRE, 2000[1830], p. 212.

¹⁰² POHL, 1976 [1832], p. 363.

¹⁰³ SPIX E MARTIUS, 1938 [1828], p. 66.

¹⁰⁴ SAINT-HILAIRE, 2000[1830], p. 214.

¹⁰⁵ Fagundes (2015) apontou que, arqueologicamente, a cerâmica é uma cultura material quase ausente no registro arqueológico dos sítios escavados no Alto Jequitinhonha, sendo os cacos evidenciados não ultrapassando duas dezenas com dimensões entre 10 e 30 mm.

¹⁰⁶ SAINT-HILAIRE, 2000[1830], p. 213.

¹⁰⁷ SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], pp. 213-214

no lugar da concha. Essa seria uma característica que permaneceu pela transmissão de conhecimento entre as populações indígenas que resistiram culturalmente às investidas do colonizador.¹⁰⁸

Situação apontada por Saint-Hilaire e que continua presente como grave problema da saúde indígena, é a questão do álcool. “São apaixonados pela aguardente, e, quando alguém lhes dá uma dose desse licor, importunam-no com pedidos até conseguirem esgotar a garrafa ou cair embriagados.”¹⁰⁹

As ocupações fixas e regradas da agricultura não atraíam esses povos da mesma forma que a caça, “devem preferir a vida indolente e irregular dos caçadores.”¹¹⁰ Saint-Hilaire destacou que aqueles homens que se destacavam na caça eram, geralmente, o mais considerado da tribo e o preferido pelas mulheres. Desde pequenos as crianças eram ensinadas no arco e flecha¹¹¹.

Apesar de alguns Macuni cortarem os cabelos à maneira europeia, muitos homens e mulheres ainda usavam os cabelos longos e partidos pelo meio da cabeça como antigamente. Também, as mulheres continuavam a perfurar as orelhas passando por elas uma lasca de madeira.¹¹² A dança era considerada, por Saint-Hilaire, como o maior prazer desses índios: “ainda hoje celebram as longas festas de colheita por meio de danças, que se estendem dia e noite, por três ou mais semanas. Nesse tempo, pintam o rosto e o corpo de diversas maneiras, de preto.”¹¹³

Os indígenas, também, segundo Spix e Martius, mantinham sua forma de tratar os adoecidos em detrimento da maneira ocidental, algo que causou estranhamento na concepção desses viajantes, embebidos em contexto que considerava sua visão de mundo como superior.¹¹⁴

Viveiros de Castro (2002) ao tomar como referência o trecho do sermão do jesuíta Antônio Vieira sobre a dificuldade em converter indígenas, relatou que esses povos seriam

¹⁰⁸ CARVALHO, 2010, p. 172.

¹⁰⁹ SAINT-HILAIRE, 2000[1830], p. 215.

¹¹⁰ Idem p. 213.

¹¹¹ Do mesmo modo que a cerâmica, indícios de horticultura também foram evidenciados nos sítios do Alto Vale do Jequitinhonha, contudo muito raros (FAGUNDES, 2015; ISNARDIS, 2013).

¹¹² SAINT-HILAIRE, 2000[1830], p. 214.

¹¹³ POHL, 1976 [1832], p. 363.

¹¹⁴ Idem, p. 215.

como estátuas de murta, recortadas facilmente, mas que se desfaziam rapidamente com o crescimento da planta.

Os índios, então, acolheriam com disposição as crenças e práticas cristãs, entretanto, teriam a mesma disposição para abandoná-las e retornar aos seus antigos hábitos. Em Alto dos Bois:

Os homens e as mulheres são geralmente industriosos. Procuram imitar o que veem fazer aos portugueses, e timbra seu amor próprio em sobrepujá-los. Inconstantes, porém, irrequietos e preguiçosos, abandonam frequentemente um trabalho começado, e não perderam esse caráter de imprevidência que tinham no âmago de suas florestas. Não pensando senão nos prazeres do momento, jamais ajuntam dinheiro. Muitas vezes comem o milho antes que amadureça, ou consomem em poucos meses a provisão que lhes podia servir para um ano inteiro. Muitos deles criam galinhas, e acontece-lhes matarem todas de uma vez; se têm porcos, não esperam que a fêmea dê a luz, abrem-lhe o ventre para devorar os filhos. Comer e entregar-se aos prazeres do amor, eis tudo o que os preocupa.¹¹⁵

Em sua missão em prol da ciência, com intuito e na tarefa de auxiliar esses povos no caminho para a considerada civilização, os viajantes apontaram que “viu-se, porém, que eles eram despreocupados, inconstantes, preguiçosos, e dissipavam imprevidentemente seus fracos recursos.”¹¹⁶ Estas características imputadas aos povos indígenas refletiam, portanto, uma visão discutida e pensada nos círculos letrados europeus.

Apesar da visão depreciativa atribuída a esses grupos indígenas pelos viajantes, estereotipando-os em comparação à sua cultura e ao seu modo de vida, o que fica claro, a partir das narrativas textuais de Johann Pohl, Saint-Hilaire e Spix e Martius, é que esses grupos mantiveram sua visão de mundo, seus interesses, que acabaram por orientá-los no contexto vivido, garantindo sua sobrevivência coletiva. Saint-Hilaire afirmou:

Talvez se creia que tais defeitos não sejam mais que o resultado passageiro de antigos hábitos, e que desaparecerão com o tempo e uma civilização mais adiantada; o exemplo, porém, das outras nações indígenas não permite, infelizmente, que se conceba essa esperança.¹¹⁷

Se os indígenas, em Alto dos Bois, conseguiram se adaptar ao universo posto, elaborando estratégias para vivenciar seus costumes e sua cultura, foi possível também que reelaborassem sua identidade.

¹¹⁵ SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p.212.

¹¹⁶ SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p. 215.

¹¹⁷ SAINT-HILAIRE, 2000 [1830], p. 215.

Assim, como a cultura deve ser considerada fluxo e mutável, as identidades devem ser vistas como construções relacionais, históricas e fluidas. São elaboradas por processos de apropriação e ressignificação cultural através da interação social de grupos étnicos distintos.¹¹⁸ Para Viveiros de Castro,

Para os primeiros [ameríndios] não se tratava de impor maniacamente sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica; mas sim de, atualizando uma relação com ele, (relação desde sempre existente, sob o modo virtual), transformar a própria identidade.¹¹⁹

Desde os primeiros contatos, fora imposta a designação generalizante *índio* às diversas etnias na América. Em contexto de dominação, as pessoas às quais se aplicam uma definição exterior são coagidas a aderi-la. Porém, elas nunca são adquiridas tal qual são, mas são transformadas e passam a ser identificadas com o grupo.¹²⁰ Portanto as identidades passam a ser assumidas e manipuladas.

Pensar a questão da constituição histórica de novas identidades coletivas, no caso dos indígenas aldeados, é pensar em processos de etnogênese. O termo tem sido utilizado para caracterizar diferentes processos sociais protagonizados por grupos étnicos. O conceito foi cunhado para compreensão do processo histórico de configuração de coletividades étnicas em resposta a processos de conquista, migrações e invasões.¹²¹

Mais recentemente, passou a ser usado na análise de processos recorrentes de emergência social e política de grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação.¹²² Nesse sentido,

(...) as classificações das populações nativas responderam historicamente às vontades políticas de domínio e controle social e que, portanto, seu ressurgimento contestatário corresponde ao desenvolvimento de um novo tipo de sujeito político orientado a enfatizar sua alteridade para ser reconhecido como tal.¹²³

¹¹⁸ AMANTINO, 2010, p. 24.

¹¹⁹ VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 206

¹²⁰ Sobre o assunto, ver: BARTH, Fredrik. "Grupos étnicos e suas fronteiras" In: POUTGNAT, P. & STREIF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. UNESP, São Paulo, 1998, pp.187-223.

¹²¹ BARTOLOMÉ, 2006, p.39.

¹²² BARTOLOMÉ, Miguel. A. *As Etnogêneses: Velhos Atores e Novos Papéis no Cenário Cultural e Político*. Revista Mana, nº 12, 2006. Sobre um estudo da etnogênese relacionado às identidades indígenas coloniais, ver: MONTEIRO, John M. "Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais." In: MONTEIRO, John M. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos da História Indígena e do Indigenismo. *Tese de livre docência*, UNICAMP. 2001

¹²³ ARRUTI *apud* BARTOLOMÉ, 2006, p. 49.

Desde o Diretório, redigido por Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 1757, governador do Grão-Pará e Maranhão entre 1751-1759, que acabou sendo estendido por D. José I a toda a América portuguesa no ano seguinte, se buscava encerrar as diferenças entre os índios e demais vassallos. Esperava-se, assim, que os índios fossem incorporados à sociedade como súditos.¹²⁴

Enquanto índios aldeados, então, tornavam-se súditos cristãos do Rei que teriam vários papéis a cumprir, prestando serviços militares na defesa de territórios. Adquiriam, também, alguns direitos frente à sociedade, como o direito à terra. As lideranças indígenas poderiam angariar títulos, salários e prestígio.¹²⁵

Mesmo esses direitos sendo vistos por uma lógica europeia e sendo limitados e opressivos, assumir a condição de índios aldeados foi estratégia de resposta ao contexto em que estavam inseridos. Nessa situação, poderiam mobilizar essa identidade a fim de obterem melhores condições de sobrevivência e adaptação.

As alianças realizadas entre diversas etnias possibilitavam um comportamento e identificação coletiva. A mútua identificação de subgrupos, linguística ou culturalmente afins, resultava em organização política unificadora. Ou seja, gerava etnogênese ao produzirem um novo sujeito coletivo previamente inexistente como tal.

Ao se constituírem como coletividade, passavam poder se articular e confrontar o Estado em busca de melhores condições. Demonstravam, assim, a experiência de mobilização conjunta em prol de objetivos compartilhados.

Passavam a protagonizar mobilizações etnopolíticas¹²⁶, ou seja, processos de organização interna e de luta política externa a fim de obter determinados objetivos. As mobilizações etnopolíticas, enquanto processos de etnogênese, aumentavam a visibilidade política de sujeitos coletivos antes não tão aparentes em seus contextos. Portanto, desenvolveram-se processos de identificação que passaram a demonstrar a emergência de

¹²⁴ Sobre o Diretório, ver: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. da (coord.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, e ALMEIDA, Maria.R.C de Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX). *Memoria americana*. Nº 16-1. Ciudad Autónoma de Buenos Aires ene./jun. 2008

¹²⁵ ALMEIDA, 2008, p. 25.

¹²⁶ Sobre o conceito de etnopolítica, ver: BARTOLOMÉ, Miguel. A. *As Etnogêneses: Velhos Atores e Novos Papéis no Cenário Cultural e Político*. Revista Mana, nº 12, 2006, e principalmente, CONTRERAS, Victor.R.O. Etnopolítica, territorialização e história entre os Mapuche no Chile e os Kaiowá-Guarani no Brasil: um estudo comparativo. *Dissertação* (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2008.

novas representações coletivas das identidades, tão essenciais para seus atores em conjuntura em que precisam se afirmar frente ao Estado e a sociedade.

Maria Regina Celestino de Almeida (2003) apontou para importância de se considerar as dimensões políticas vivenciadas por esses grupos, em situações de contato, como elementos definidores de etnicidade¹²⁷. Guido Marlière (1767-1836), nomeado Diretor Geral dos Índios em Minas Gerais no ano de 1824, incitava sobre os indígenas¹²⁸:

(...) falar-lhes sempre a verdade, fazer-lhes bem quando possível, e mal nenhum, usando da língua deles mesmos para comunicar-lhes os meus pensamentos, consolá-los nas suas aflições e *prometer-lhes justiça do Governo para com os seus injustos opressores*(...)¹²⁹

O Governo seria a instância a qual os índios deveriam recorrer quando se sentissem injustiçados. Ser índio aldeado era poder se articular em ações comuns, mobilizações etnopolíticas. No caso de Alto dos Bois, Johann Emanuel Pohl relatou:

Houve várias situações em que mataram cristãos. Um ano antes de minha chegada, assassinaram um soldado na aldeia. Aliás o assassino foi apanhado e preso; mas eles [índios] mandaram três dos seus ao Governador de Vila Rica para comunicar-lhes a opressão que sofriam dos soldados e pedir licença para procurarem livremente outra região, e ainda solicitaram ferramentas.¹³⁰

O relato acima aponta algumas das causas comuns que levavam os indígenas a mobilizações, entre elas: recusa a trabalhos abusivos e rejeição a autoridade impostas pelos colonizadores. De fato, o abuso dos soldados foi relatado nas narrativas dos viajantes.

Johann Pohl apontou que a primeira vez que os Macuni vieram se estabelecer entre os portugueses em Alto dos Bois, eles “eram muito numerosos, mas a maioria fugiu para as suas antigas paragens, por causa da tirania que lhes impunham os soldados”¹³¹. Assim, essas ações políticas comuns permitiam o sentido de união em torno de um objetivo comum, favorecendo um sentimento de identificação com o grupo.

¹²⁷ Etnicidade aqui compreendida como a afirmação contestatória da identidade em uma interação de grupos e em um contexto social comum. Ressalta-se também a importância de se reconhecer como grupo étnico e ser reconhecido como tal. Sobre o assunto, ver: BARTH, F. “Grupos étnicos e suas fronteiras” In: POUTGNAT, P. & STREIF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. UNESP, São Paulo, 1998, pp. 187-223.

¹²⁸ MARLIÈRE, Guido Thomaz. Guido Thomaz Marlière. Revista do Archivo Público Mineiro, ano 10, n. 2, p. 382-668, jul/dez. 1905.

¹²⁹ MARLIÈRE, 1906, p. 327. [grifo nosso]

¹³⁰ POHL, (1976 [1832]), p. 362

¹³¹ POHL, 1976 [1832], p. 362.

O fato desses índios se dirigirem ao Governador demonstrou não só um sentimento de pertencimento à aldeia, mas também ao Reino¹³². O Reino, mesmo que distante, passava a ser acessível. Os índios eram, então, súditos do Rei com reconhecimento jurídico sobre sua condição de aldeados.

Nesse sentido, o que se notou nos aldeamentos foi uma interação entre diversos grupos, várias manifestações culturais, que passavam a compartilhar uma situação política comum. A partir dessa situação, os subgrupos Maxacali em Alto dos Bois formavam nova identificação coletiva, a de índios aldeados, e assim poderiam agir na esfera política.

Portanto, ao possuírem objetivos em comum, mobilizavam a nova identidade que emergiu frente a um contexto de conquista e dominação. A nova identidade não se restringiu a sujeição, e foi assumida e manipulada a fim de se impor frente ao Estado, ou a suas instituições, e assim obter o que passou ser seus direitos.

As narrativas textuais dos viajantes do século XIX se tornaram fonte essencial para compreensão das relações cotidianas em Alto dos Bois. Pensando de forma crítica e situando essa fonte em sua conjuntura, foi possível identificar por trás dos relatos, as motivações e estratégias indígenas para vivenciar sua forma de organização do mundo, sua cultura, e também o seu contexto histórico.

Se o olhar estrangeiro buscava pesquisar o estado de civilização dos habitantes do sertão, a conquista dos Sertões do Leste de Minas Gerais¹³³ foi pautada em um *modelo civilizador* por parte da administração indígena¹³⁴. Como, portanto, compreender a dinâmica dos grupos indígenas ao longo do processo de colonização na zona do Mucuri, Jequitinhonha circunvizinhanças e, especificamente, Alto dos Bois? É o que veremos no próximo capítulo.

¹³² ALMEIDA, Maria. R. C de. *Identities étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena*. In: ABREU, M. e SOIEHT, R. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Casa da Palavra. 2003. pp. 27-37.

¹³³ Os sertões do leste de Minas remetiam a áreas consideradas perigosas, pois se localizavam nas balizas com Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e englobavam rios como o Jequitinhonha, Doce e Mucuri. Ver: RIBEIRO, N.B. *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*. 2008.405p. Tese (Doutorado)-Departamento de História. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Sobre os diferentes aspectos da política indigenista do período colonial e imperial e sua relação com a ocupação dos sertões do Leste e Nordeste do Brasil, como parte do projeto de incorporação dos territórios e da força de trabalho indígena ao Estado, ver o trabalho essencial de: PARÁISO, Maria Hilda B. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.

¹³⁴ MATTOS, 2003, p. 25

CAPÍTULO II

A DINÂMICA INDÍGENA EM UM PROJETO DE BRASIL NO OITOCENTOS.

2.1 A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA E POPULAÇÕES INDÍGENAS

Compreender o processo de formação da nacionalidade brasileira é perpassar pela ideia de uma interiorização da metrópole, processo iniciado com a instalação da Corte no Brasil em 1808 e consequente enraizamento do estado português, e seus interesses, no Centro-Sul.¹³⁵ Ao partir da perspectiva de uma metrópole interiorizada, a historiografia pretendeu desvincular o processo de formação da nacionalidade brasileira, nas primeiras décadas do século XIX, do apego a imagem da colônia em luta contra a metrópole. Por esse viés, houve uma linha de continuidade institucional, que era uma espécie de adaptação das estruturas administrativas de Portugal nos trópicos.¹³⁶ Nesse processo, o Rio de Janeiro, enquanto sede da Corte, integraria ao seu redor as diversas províncias e se transformaria em metrópole lançando “os fundamentos do novo império português chamando a si o controle e a exploração das outras ‘colônias’ do continente”¹³⁷

Ilmar Rohlof de Mattos (2005) defendeu que o Estado Nacional brasileiro, bem como sua unidade, passou a ser construído desde o final do século XVIII e foi intensificado com as mudanças ocorridas após 1808. Entretanto, Mattos apontou que, a partir da Independência em 1822, houve uma ressignificação dessa construção. Com a emancipação política, a ideia de Império do Brasil afirmava uma herança de um território e de povo. Mostrava, além disso, que os herdeiros eram, também construtores, tendo o Rio de Janeiro como cabeça do processo de interiorização. O Império do Brasil era, portanto, “construtor ativo de um corpo e uma identidade política novos a uma tradição que remontava às propostas do reformismo ilustrado português.”¹³⁸

¹³⁵ Sobre interiorização da metrópole, ver: DIAS, Maria Odila L. S. “A interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos G. *1822: Dimensões*. Editora Perspectiva. 1972

¹³⁶ Corroboram com essa perspectiva principalmente os autores: Sérgio Buarque de Holanda (1976), Maria Odila Leite da Silva Dias (1972) e José Murilo de Carvalho (1998 e 2007).

¹³⁷ ODILA, 1972, p.173

¹³⁸ MATTOS, 2005, p.11

Nesse processo, a trajetória de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) se tornou reveladora do contexto em que se inseria, bem como dos projetos políticos. Sua trajetória refletiu ideias de estadistas formados no bojo do reformismo ilustrado luso-brasileiro, a partir de meados do século XVIII.¹³⁹ Em 1783, José Bonifácio se matriculou na Universidade de Coimbra, formando-se em Filosofia e Direito ao longo da década. Retornou a Lisboa em 1800, e em 1812 foi nomeado secretário da Academia das Ciências de Lisboa. Em seus trabalhos na Academia das Ciências de Lisboa, como funcionário e intelectual ilustrado, José Bonifácio voltou-se à tarefa de restaurar uma época gloriosa de Portugal através da reflexão filosófica sobre a história de Portugal e da Europa. Assim, buscou através da História as causas para o estado de decadência do Reino.

Bonifácio, então, passou a substituir a ideia de restauração por um projeto de regeneração que se daria no Novo Mundo. Segundo Valdeci Lopes de Araújo (2008) esse movimento não significava o abandono de Portugal, mas sim indicava que não haveria como Portugal produzir, por si mesmo, sua restauração. Além disso, considerando sua história enquanto Reino, Portugal já parecia ter atingido o ponto máximo de sua civilização. No contexto em que a volta de Dom João VI era reivindicada, era necessário, a partir de então, buscar a civilização no Brasil que, além dos recursos naturais e da posição geográfica privilegiada, ainda não teria os vícios arraigados de Portugal, e contaria com poucos poderosos que poderiam sobrepor seus interesses individuais aos da Nação.¹⁴⁰ José Bonifácio visava, assim, a incorporação do Brasil enquanto espaço para efetivação de um Portugal renovado, onde “só assim a nação poderia começar um novo ciclo de desenvolvimento em uma terra virgem.”¹⁴¹

Em 1819, José Bonifácio recebeu autorização do governo português para retornar ao Brasil. De volta ao país, foi feito conselheiro de Dom João VI no ano de 1820, e em 1821 foi nomeado como vice-presidente da Junta Provisória da província de São Paulo, iniciando sua carreira política. Ao longo desse ano, as relações entre o Reino do Brasil e as Cortes de Lisboa deterioraram-se. Através de decretos diminuiu-se a autonomia administrativa e econômica que o Brasil havia angariado desde 1808, além da exigência do retorno de Dom

¹³⁹ Ver: SILVA, Ana Rosa C. da. A História na “história” de José Bonifácio: fundamentos de um projeto nacional. *Varia História*, nº29. Janeiro, 2003.

¹⁴⁰ ARAÚJO, 2008, p.54

¹⁴¹ Idem, p.58

Pedro a Portugal. Em 1822, Bonifácio, nomeado por Dom Pedro, passou a ocupar o cargo de ministro do Reino e dos Estrangeiros.

Transferido para o centro do debate político da Independência, Bonifácio passou a criticar as Cortes de Lisboa em seu projeto *recolonizador*. No processo de emancipação, vislumbrou a Independência pautada em uma ruptura com as Cortes, mas que ainda buscasse a regeneração de Portugal feita em nome de princípios e virtudes lusitanos dos quais os brasileiros passavam a ser herdeiros.¹⁴²

Ao pensar as condições para a edificação de um Império luso-brasileiro, Bonifácio se voltou ao passado pré 1808, ou a história do Brasil sob a rubrica de colônia. A partir de então, o Brasil passou a assumir uma voz de sujeito em uma história não mais portuguesa. A história da colonização passou a ser vista como história da exploração colonial, que, segundo Ana Rosa Cloquet da Silva (2003), construiu uma espécie de memória coletiva comum as elites brasileiras, delineando sua alteridade frente ao colonizador e forjou a ideia de Nação como unidade. Justificava-se, assim, a própria separação política entre as partes. Ao delinear a história do Brasil era possível reivindicar um justo lugar ao Império do Brasil. Ao refletir os rumos do Império, José Bonifácio reuniu elementos para elaborar fundamentos de uma nação americana independente. Bonifácio passou a mesclar sua sólida formação na Europa com o conhecimento proveniente da realidade do Brasil. Pretendia concretizar o sonho de um país Europeu, civilizado em sua concepção, na América, mas incorporando as especificidades locais.

Estava posto, então, o desafio de organizar um novo corpo político e social. Com José Bonifácio, a questão indígena começou a ser pensada dentro de um projeto político mais amplo. Era necessário trazer os índios à sociedade civil, incorporando-os ao ideal de povo que se pretendia criar. Ignorava-se a formação de sociedade pelos próprios indígenas, sendo que na visão do estadista, a sociedade só poderia existir através do Estado. Para isso, o Estado deveria civilizar os índios – civilização compreendida em seu sentido de vir a formar um corpo civil, uma sociedade.¹⁴³

Preocupado com o substrato para a nação brasileira, visando à formação de um corpo homogêneo, José Bonifácio apresentou diversos projetos à Assembleia Constituinte em 1823,

¹⁴² ARAÚJO, 2008, p.62

¹⁴³ Sobre o assunto, ver: CUNHA, Manuela C. da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. 1986

dentre eles o *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. Ao elaborar seus apontamentos, Bonifácio partiu do princípio da humanidade dos indígenas.¹⁴⁴ Assim como De Pauw, José Bonifácio, apesar de afirmar a crença portuguesa de que “o índio só tem figura humana, sem ser capaz de perfectibilidade”¹⁴⁵, via os índios como passíveis de alcançar a perfeição inerente ao homem.¹⁴⁶ O conceito de perfectibilidade utilizado na época se referia à capacidade do homem, frente a obstáculos, de aperfeiçoar-se. Porém, só o estado de sociedade poderia auxiliá-los nessa busca. Cabia ao Estado fornecer os subsídios, a educação, para que os indígenas abandonassem sua natureza bruta e viessem a formar uma sociedade civil. Portanto, “o governo do Brasil tem a *sagrada* obrigação de instruir, emancipar, e fazer dos índios e brasileiros uma só nação homogênea, e igualmente feliz.”¹⁴⁷

Para cumprir esse objetivo, Bonifácio recomendava a utilização de meios brandos e persuasivos no trato com os índios, reconhecendo as violências cometidas e tratando com justiça a fim de chamá-los ao convívio da nação. Afirmou que as dificuldades em civilizar as populações indígenas eram consequência da postura adotada pelos envolvidos até então nesse processo:

Por causa nossa recrescem iguais dificuldades, e vêm a ser os medos contínuos, e arreigados, em que os têm posto os cativeiros antigos; o desprezo, com que geralmente os tratamos, o roubo contínuo das suas melhores terras, os serviços a que os sujeitamos, pagando-lhes pequenos ou nenhum jornais, ali mentando-os mal, enganando-os nos contratos de compra, e venda, que com eles fazemos, e tirando-os anos e anos de suas famílias, e roças para os serviços do Estado, e dos particulares; e por fim enxertando-lhes todos os nossos vícios, e moléstias, sem lhes comunicarmos nossas virtudes, e talentos.¹⁴⁸

Bonifácio considerava que esses povos se tornavam desprezíveis devido às vexações contínuas dos brancos e a ignorância por falta de educação e estímulo. Entretanto, não se devia concluir que não era possível converter os *bárbaros* em homens *civilizados* já que se “mudadas as circunstâncias, mudam-se os costumes”.¹⁴⁹ Para tal, era necessário a

¹⁴⁴ Debate marcante ao longo do século XIX, a humanidade dos indígenas era defendida, em sua maioria, por estadistas que visavam civiliza-los e assim incluí-los na sociedade, contrapondo a perspectiva da animalidade que pregava o extermínio dos índios bravos. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, por uma questão de orgulho nacional a humanidade dos índios era afirmada oficialmente, mas para uso interno do país, a bestialidade e animalidade desses povos era comumente expressa.

¹⁴⁵ ANDRADA E SILVA, 2000 [1823], p.50

¹⁴⁶ Como visto no capítulo anterior, De Pauw acreditava que o homem na América não havia alcançado a perfeição inerente a sua natureza devido às condições do clima hostil.

¹⁴⁷ ANDRADA E SILVA, 2000 [1823], p.75

¹⁴⁸ ANDRADA E SILVA, 2000 [1823] p.48.

¹⁴⁹ Idem, p. 49

sedentarização nas aldeias, a sujeição às leis, à religião e ao trabalho. Para civilização dos indígenas deveria ser seguido o modelo jesuítico:

Daqui fica claro que sem novas providências, e estabelecimentos fundados em justiça, e são política, nunca poderemos conseguir a catequização e civilização desses selvagens. É preciso pois imitar, e aperfeiçoar os métodos de que usaram os jesuítas. Eles por meio de brandura, e benefícios aldearam infinidade de índios bravos (...) E como o conseguiram? Dando liberdade aos prisioneiros, vestindo-os, animando-os, e persuadindo-lhes a que viessem viver debaixo das santas leis do evangelho.¹⁵⁰

Bonifácio acreditava que os jesuítas conseguiam fazer dos índios bárbaros o que deles quisessem, e isso se dava por meio de presentes, promessas e razões claras. Portanto, “com o evangelho em uma mão, e com presentes, paciência, e bom modo na outra tudo deles conseguiam.”¹⁵¹

Dentre as táticas utilizadas para o processo de civilização dos povos indígenas, destaca-se a importância dada por Bonifácio à miscigenação. Em sua concepção, através da mestiçagem se criaria um repertório cultural comum, prevalecendo a superioridade branca, sendo assim um instrumento civilizador.¹⁵² Devia-se, portanto, incentivar o matrimônio entre índios e brancos e, também, mulatos que deveriam se estabelecer nas aldeias, mas “havendo cuidado porém de evitar que pelo seu trato e maus costumes não arruinem os mesmos índios”.¹⁵³ A miscigenação acabaria também, com os isolamentos das aldeias. Além disso, Bonifácio instruía “banir a ignorância e antiga barbárie de costumes” e “acabar nas aldeias com a língua da terra, e ensinar aos rapazes o português, para acabar com a separação e isolamento.”¹⁵⁴

Assim, os índios mansos depois de ensinados, deveriam entrar na sociedade geral dos cidadãos. Bonifácio defendia, portanto:

Os índios são um rico tesouro para o Brasil se tivermos juízo e manha para aproveitá-los. Cumpre ganhar-lhes a vontade tratando-os com bom modo, e depois pouco a pouco inclinar sua vontade ao trabalho e instrução moral, fazendo-os ver que tal é o seu verdadeiro interesse, e que devem adotar nossos costumes, e sociedade. Eles aprenderão a nossa língua, e se mesclarão conosco por casamentos e comércio. (ANDRADA E SILVA, 2000 [1823], p.73)

¹⁵⁰ ANDRADA E SILVA, 2000 [1823] p. 52.

¹⁵¹ ANDRADA E SILVA, 2000 [1823],50

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem, p.53

¹⁵⁴ Idem, p.65

José Bonifácio apareceu, portanto, como ideólogo da legislação do Império. Teve papel fundamental na articulação da Independência, na busca por um Estado nacional e na construção de um Império do Brasil. Segundo Miriam Dolhnikoff (2000), juntamente com a elite do Centro-Sul, que gravitava em torno da nova corte do Rio de Janeiro, defendeu a unidade territorial de toda a América lusitana, sob governo de Dom Pedro. Impediu assim, a fragmentação que ocorreu em diversos países que se tornaram independentes na América espanhola. Foi, também, principal mentor e viabilizador do modelo Monárquico-Constitucional vingado em 1822, acreditando ser este o único meio para se conseguir as reformas necessárias em prol de alcançar a civilização.

Portanto, ao voltar os olhos para a constituição histórica do país, visou superar a heterogeneidade cultural, a escravidão e a errônea política indigenista por meio de reformas que possibilitassem a conquista da civilização no molde dos países europeus. Assim, a “amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc. etc., em um corpo sólido e político”.¹⁵⁵

Cada vez mais, a identidade e legitimidade da nação, seu destino e sua vida política pareciam exigir respostas históricas. Passava a ser necessário, então, delinear perfil para a nação brasileira capaz de fornecer identidade própria. A nação brasileira passava a ser representante da ideia de civilização no Novo Mundo e, por isso, era necessário sistematizar uma história que auxiliasse na definição dos contornos de uma nacionalidade. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) veio responder essa necessidade. A leitura de História pelo IHGB objetivava dar conta da gênese da nação brasileira e, em consonância, inseri-la numa concepção de civilização e progresso. Os letrados do IHGB se propunham a estabelecer a nacionalidade dos fatos, submetendo e reinterpretando os fatos coloniais sob um novo tipo de crítica, só possível em um país sob a liberdade de opinião aberta pela monarquia constitucional.¹⁵⁶

A História passava a ser o caminho para se forjar a nacionalidade e viabilizar, efetivamente, a existência de uma totalidade chamada Brasil. Sob o patrocínio da monarquia, a

¹⁵⁵ Escrevia José Bonifácio em 1813 para D. Domingos de Souza Coutinho. In: *Revista de História*, vol. XXVII, n.55, p.226 *apud* DIAS, 1972, p.174.

¹⁵⁶ ARAÚJO, 2008, p. 157

nação deveria ser um conjunto articulado e único. A História era *mestra da vida* ao iluminar o passado e guiar o futuro, demonstrando a legitimidade de uma nacionalidade.

Segundo Alencastro (1987), a partir da segunda metade do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas, as elites dominantes creditaram a si o papel de civilizarem a população brasileira e, portanto, a nação só poderia existir por meio de sua atuação ao transformar uma população heterogênea e dispersa em um corpo coeso. Se a história de uma nação era de sua civilização tendo o fio condutor balizado por concepções da sociedade europeia e a ideia de formar um só corpo civil, em uma idealizada imagem de homogeneidade - negava-se a diversidade cultural do extenso território brasileiro e se questionava qual seria o papel dos povos primitivos nessa composição.

No bojo das discussões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) se dedicou ao tema das populações indígenas.¹⁵⁷

Realizando estudos sobre esses povos, passava ser possível conhecê-los e, assim, possibilitaria a elaboração de medidas para levar esses povos ao estado considerado de civilização. Da mesma maneira que seus contemporâneos, acreditava que deveria ser fornecido ao indígena o acesso à sociedade civil, o que remete ao não reconhecimento das organizações indígenas pré-existentes. Não podemos, entretanto, creditar à elite intelectual desse período o anseio de destruir sociedades, visto que cometeríamos anacronismo, já que segundo Carneiro da Cunha “elas simplesmente não existem no pensamento político da época.”¹⁵⁸

Em sua principal obra *História Geral do Brasil*, de 1854, Varnhagen, ao buscar os papéis dos índios na formação da nacionalidade brasileira, defendia que esses povos não possuíam história:

Para fazermos, porém, melhor ideia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma noticia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma ideia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De tais povos na infância não há história: há só etnografia. A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem física, é sempre prevenção para qualquer leitor

¹⁵⁷ Sobre o assunto, ver principalmente: OLIVEIRA, Laura N. *Os índios bravos e o Sr. Visconde*: Os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. Dissertação de Mestrado. 2000

¹⁵⁸ CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p.71.

estrangeiro que por si, ou pela infância de sua nação, pense de ensoberber-se ao ler as pouco lisonjeiras páginas que vão seguir-se.¹⁵⁹

Varnhagen via, então, as populações indígenas como entrave à civilização do país. Por não possuir história, esses povos não poderiam ser parte da construção da nação, a não ser para remeter às origens da história da humanidade. Fazendo história a partir do descobrimento em 1500 e terminando em 1808 com a chegada da família real, os cinco volumes do *História Geral do Brasil* se concentraram em uma história branca, elitista e imperial¹⁶⁰, chamando e renegando os indígenas aos conceitos de bárbaros e selvagens. Assim:

[...] nessas almas, e quem tanto predominavam os instintos de vingança, nenhuns sentimentos de abnegação se poderiam abrigar em favor do interesse comum e da posteridade. Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos de patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer eles como nômades tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria. Nem poderiam possuir instintos de amor de pátria gentes que, como nômades, a não tinham, e que limitavam a tão curtos horizontes a ideia de sociabilidade, que geralmente a não estendiam além dos da sua tribo ou maloca, a qual não dominava mais território que o dos contornos do distrito que provisoriamente ocupavam.¹⁶¹

A Independência tornou-se um evento a partir do qual deveria revisitar o passado colonial para compreender a formação da nacionalidade. Esse evento assumiu, segundo Araújo (2008), dois papéis: mostrou a direção a qual o Império estava destinado, e por consequência, ofereceu o embasamento teórico e condições materiais para se organizarem os fatos ocorridos no período colonial. A partir daí é que se podia pensar em uma História Geral do Brasil. Portanto, “a Independência era a luz que faltava para organizar o aparente caos em que estava mergulhada a nacionalidade.”¹⁶² Com a Independência se tornando evento organizador, o Império já não precisava ser a regeneração de Portugal, o que não significou abolir o passado comum. Passou a se garantir as especificidades de cada um e assim se evitou um movimento de ruptura mais radical.

Se a Independência foi essencial na ressignificação da construção da nacionalidade, não somente a elite imperial, centrada no Rio de Janeiro, teve papel preponderante nesse

¹⁵⁹ VARNHAGEN, 1953, p. 31, tomo I

¹⁶⁰ Ver: VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Tempo 08. Agosto de 1999.

¹⁶¹ VARNHAGEN, 1953, p.24, tomo I.

¹⁶² ARAÚJO, 2008, p.156

processo. Outras elites espalhadas pela América Portuguesa tiveram participação fundamental como construtores do Estado e da unidade nacional. Segundo István Jancsó e João Paulo Pimenta “a instauração do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro.”¹⁶³ No caso mineiro, trabalhos como de Ana Rosa Clocllet da Silva¹⁶⁴ mostraram o papel das elites mineiras no processo de Independência e na emergência de um novo Estado nacional. Segundo esta autora, as elites mineiras procuraram enquadramentos políticos unificadores, mas que garantissem o atendimento de seus interesses locais.

A historiografia aponta a consciência propriamente nacional a partir dos anos 1840-1850. O processo se iniciou em 1808, foi modificado e intensificado a partir da Independência, mas somente com a integração das diversas províncias a partir de 1840/50, através da centralização do poder, que o projeto de nacionalidade brasileira se consolidou.

Visamos, então, compreender como a política indigenista foi pensada no âmbito de um governo central e provincial, permeados por esse contexto de busca por uma nação através da civilização e do progresso. Pretendemos compreender como Alto dos Bois foi englobado nesse processo.

2.2 ALTO DOS BOIS E A ESTRUTURA DO INDIGENISMO NA PROVÍNCIA DE MINAS.

¹⁶³ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico: apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 127-175.

¹⁶⁴ Ver dentre os trabalhos: SILVA, Ana R. Clocllet da. *De comunidade a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais*. Almanack Brasiliense nº 02. Novembro de 2005. E, SILVA, Ana R. Clocllet da. Identidades Políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro. In: JANCÓS, István. (org.) *Independência: História e Historiografia*. Editora Hucitec 2005.

Após a ordenação da carta régia em 13 de maio de 1808, declarando guerra justa aos Botocudos, a catequese e civilização dos índios em Minas seriam retomadas no ano de 1813. Para tal, se nomeou Guido Thomaz Marlière para direção dos aldeamentos criados.

Guido Thomas Marlière era francês (1767-1836) e participou nos anos iniciais da Revolução Francesa, tendo desertado com a radicalização do movimento. Em 1797 chegou a Portugal onde tornou-se oficial da Guarda Portuguesa entre 1802 e 1807. Teve acesso à Corte Portuguesa por intermédio de sua esposa, e por essa relação, ela e Marlière, vieram com a Corte de Dom João VI ao Brasil em 1808. No Brasil, se incorporou às tropas do Príncipe Regente do Brasil. Por desafetos na Corte, onde haviam suspeitas de ser um espião francês, pediu transferência para o regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais, sendo atendido em 1811. Em Vila Rica, devido as contínuas denúncias, Marlière foi preso sendo, porém, inocentado das acusações. Em 1813, Dom João VI conferiu a Marlière a missão de pacificar e conciliar os indígenas no leste de Minas Gerais, especialmente no Rio Doce.¹⁶⁵

Essa missão deveria se realizar através dos serviços da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce, criada pela mesma carta régia de 13 de maio de 1808. O primeiro e principal motivo da criação da Junta era uma guerra ofensiva contra os índios Botocudos. Dever-se-ia, também, formar um corpo militar e partilhar a região em seis Divisões Militares até 1811, e sete com a criação da Sétima Divisão neste ano. Os comandantes das Divisões deveriam liderar tropas como forma de garantir a tranquilidade dos colonos através do combate aos índios considerados hostis, além de supervisionar aldeamentos e manter estradas.¹⁶⁶ Aos grupos indígenas que optassem pelo aldeamento, ao invés do enfrentamento militar, era recomendada a administração por meio de brandura, para assim conseguir a considerada civilização.

Em 1823, a Junta de Civilização dos Índios e Navegação e Colonização do Rio Doce foi extinta¹⁶⁷, sendo suas funções concentradas na figura de Marlière, agora nomeado Diretor

¹⁶⁵ Sobre a trajetória e vida de Guido Thomaz Marlière, ver: AGUIAR, José Otávio. *Point de vie étrangers: A trajetória de vida de Guido Thomas Marlière no Brasil (1808-1836)*. 2003. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2003.

¹⁶⁶Ver: SILVA, Tarcísio G. da; MOREIRA, Vânia M. Losada. *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce*. Revista Ágora, Vitória, n.4, 2006, p. 1-33.

¹⁶⁷ A Junta foi dissolvida em outubro de 1823 pela Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império. Em consonância, a Assembleia também criou a Presidência Provincial e o Conselho de Governo, que passavam a se responsabilizar pela catequese e civilização dos índios. Ver CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 115-116

Geral dos Índios e Comandante das Seis Divisões Militares do Rio Doce.¹⁶⁸ Exercendo sua função, visava assegurar a não-escravização dos indígenas e assegurar-lhes o direito à terra. Tinha como objetivo estabelecer os limites das terras ocupadas pelos povos indígenas de modo a garantir seu cultivo e certificar que essas terras não fossem usurpadas por colonos. Assim “hé que se Civilizão bem, tornando-lhes a vida agradável por via de Plantações para elles, e outros beneficios philanthropicos”.¹⁶⁹ Marlière, portanto, acreditava que esses povos, se tratados com brandura, poderiam ser integrados ao *progresso e civilização*. Respeitando suas particularidades e suas terras, poderiam ser integrados a sociedade.

As Divisões Militares eram compostas por efetivo que se distribuía entre presídios, quartéis e destacamentos. Segundo Maria Hilda Paraíso:

[...] presídio funcionava como o centro das decisões de uma divisão militar, local onde residia o maior contingente de tropas e os oficiais [...] nos quartéis temos as estruturas intermediárias de decisão [...] os quartéis têm sob seu controle alguns destacamentos. A estrutura física do quartel é mais complexa que a dos destacamentos e mais simples que a dos presídios [...] [nos destacamentos] ficam alocados poucos soldados e, excepcionalmente, graduados, ocupando, na maioria das vezes, uma simples cabana de palha.¹⁷⁰

Assim, nas rotas em que se objetivava desinfestar de índios acabavam instalando os presídios, quartéis e destacamentos. Estes locais pretendiam tornar-se futuras povoações, combatendo os índios que resistiam e instalando os outros em aldeamentos.¹⁷¹

Através das correspondências de Marlière, notou-se que Alto dos Bois era um destacamento.¹⁷² Pode-se inferir, também, que Alto dos Bois pertencia à Quinta Divisão, que possuía sede no Quartel General de Peçanha. Prática recorrente era o remanejamento de soldados

¹⁶⁸ Segundo Maria Hilda Paraíso (2005), as seis Divisões Militares do rio Doce estavam assim localizadas: A sede da Primeira Divisão era o Quartel de Joanésia, localizado no rio Santo Antônio, afluente da margem esquerda do rio Doce. A Segunda estava sediada no rio José Pedro, afluente da margem direita do Manhuaçu, na fronteira com o Espírito Santo. O comando da Terceira Divisão ficava instalado em Porto dos Diamantes, atual cidade de Cataguazes, e o da Quarta na área próxima da cidade de Antônio Dias. O Quartel General da Quinta Divisão ficava em Peçanha e o da Sexta em Cuieté, na margem direita do rio Doce. Já Sétima Divisão foi criada posteriormente e sua área de jurisdição era o vale do rio Jequitinhonha, ficando sua sede em São Miguel do Jequitinhonha, atual cidade de Jequitinhonha.

¹⁶⁹ Carta 18 de Fevereiro. Guido Thomaz Marlière remetente, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, destinatário. 18 de Fevereiro de 1825. In: MARLIÈRE, Guido Thomaz. Guido Thomaz Marlière. Revista do Archivo Público Mineiro, ano 10, n. 2, p. 382-668, jul/dez. 1905.

¹⁷⁰ PARAÍSO, 1992, p.416

¹⁷¹ CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p.37

¹⁷² MARLIÈRE, Guido Thomaz. Guido Thomaz Marlière. Revista do Archivo Público Mineiro, ano 10, n. 2, p. 382-668, jul/dez. 1905

entre as divisões, ou dentro da mesma divisão. Em carta do Governo Provisório a Guido Marlière, solicitaram que se “incorporarem os Destacam.^{tos} do Alto dos Bois, e Arapuca no Destricto da 5ª Divizão, reforsando-se estas com Praças, q.’ se possão dispensar nas outras.”¹⁷³ Um dos motivos pelos quais se solicitavam auxílio do efetivo militar em Alto dos Bois era o ataque de índios Botocudos, já que esse destacamento “defendia aos novos Colonos de Minas Novas; as quaes ainda hoje estao sujeitas a serem invadidas pelos Indios Botecudos do Norte.”¹⁷⁴ Assim:

Merecendo toda a concideração ao Gov.º Provisorio á Representação da Camara de Minas Novas, na qual expoem os desagradaveis effeitos da proxima inexperada invasão q.’ praticarão os Botocudos nos Destr.^{os} do Alto dos Bois, e Cabeceiras dos Rios Setubal, e Fanado, rezolveo mandar se destacasse da 5ª Divisão a força possivel p.ª segurar os Collonos.¹⁷⁵

A partir de 1827, Marlière entrou em conflito com governantes mineiros, situação que se refletiu na redução de verbas para administração dos índios aldeados, alimentos e brindes utilizados para atrair aqueles ainda arredios. As reclamações, basicamente, se concentravam em torno da política adotada por Marlière com os povos indígenas, visto pelos colonos como um obstáculo na conquista daqueles espaços. Em 1829, foi afastado do cargo e substituído pelo Coronel do 2º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha do Exército, Miguel Teotônio de Toledo Ribas.¹⁷⁶

As Divisões Militares do Rio Doce, sob fiscalização do governo provincial, primeiramente orientadas para combate aos índios, assumiram nova feição sob o comando de Guido Thomaz Marlière na década de 1820. Abandonando as táticas de violência incitadas pela ordenação de 1808, a década de 1820 se caracterizou por iniciativas mais conciliadoras por parte do Estado. Na busca por enquadrar esses povos nos moldes da considerada civilização, para assim forjar um ideário de nação e sociedade coesa, as autoridades passaram a buscar estratégias de ocupação e convivência menos agressivas, vide exemplo das propostas

¹⁷³ Carta, 09 ago. 1822, Governo Provisório, remetente, Guido Tomás Marlière, destinatário In: MARLIÈRE, Guido Thomaz. Guido Thomaz Marlière. Revista do Archivo Público Mineiro, ano 10, n. 2, p. 382-668, jul/dez. 1905.

¹⁷⁴ Carta, 07 set. 1824, Guido Tomás Marlière, remetente, João José do Nascimento, ao Sargento Com.^{te} da 5ª Divizão. In: *Op. Cit.*

¹⁷⁵ Carta, 19 set. 1822, Governo Provisório, remetente, Guido Tomás Marlière, destinatário. In: *Op. Cit.*

¹⁷⁶ PARAÍSO, Maria H. B. “Guido Pokrane, o Imperador do Rio Doce”. In: *Anais do XVIII Simpósio Nacional de História*. Simpósio Nacional de História- ANPUH. Londrina, 2005. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/MHParaiso.pdf>.

ensejadas por José Bonifácio em seu *Apontamentos*. Na Província de Minas esse papel foi assumido pela figura de Guido Thomaz Marlière, que se dedicou a *pacificar* os indígenas e inseri-los no rumo da *civilização*, fio condutor para construção de um corpo civil.

Ainda na década de 20, no ano de 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva apresentou à Assembleia Constituinte seu *Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brasil*. Aprovado em junho do mesmo ano, ficou decido que seria publicado para discussão na Assembleia e para instrução da nação. Enviaram exemplares para as províncias exigindo notícias. Porém, mesmo seus preceitos aprovados pela Constituinte de 1823, não foram incorporados ao Projeto da Constituição. O único artigo que tratou dos índios, o art. 254, se resumiu em determinar a criação de estabelecimentos de catequese e civilização, atribuição das províncias.¹⁷⁷

Em 1834, com a abdicação de D. Pedro, as oligarquias locais acabaram se fortalecendo já que o Ato Adicional de 1834¹⁷⁸ incumbiu as Assembleias Legislativas Provinciais, juntamente com a Assembleia e o Governo Geral da catequese e civilização de indígenas. No relatório à Assembleia Provincial do ano de 1840, o presidente da Província Bernardo Jacinto da Veiga relatou que apesar do uso da força armada contra as hordas selvagens insistia na “catequese, e civilização desses mesmos Indigenas, que errantes nas mattas, inuteis a si proprios, e hostis a Sociedade, poderião ser chamados ao gremio della pelas diversas maneiras já adoptadas com feliz resultado em muitas partes da America”.¹⁷⁹ Para integrá-los à sociedade, Bernardo da Veiga acreditava que a ação dos missionários seria essencial. Entretanto, este serviço dependia de legislação adequada e de muitos recursos que ainda faltavam. Na falta da ação dos missionários, o presidente da província aconselhava as autoridades a distribuírem ferramentas e alguns brindes de pequeno valor para aqueles

¹⁷⁷ Artigo 254: “Terá igualmente cuidado de criar Estabelecimentos para a catequese, e civilização dos Índios, emancipação lenta dos negros, e sua educação religiosa, e industrial.” Projecto de Constituição para o Império do Brazil (1823). In: SILVA, João M. Pereira da. *História da Fundação do Império do Brazil*. Tomo VII. Rio de Janeiro: B.L Garnier, 1868, pag 372 - 409. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185576>.

¹⁷⁸ O Ato Adicional (Lei Nº 16 de 12 de Agosto de 1834) criou as Assembleias Legislativas Provinciais em substituição aos Conselhos Gerais fortalecendo a autonomia das províncias; extinguiu o Conselho de Estado e instituiu um Regime único, eletivo e temporário com mandato de quatro anos

¹⁷⁹ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1840, p. IV. In: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Center for Research Libraries. Global Resources Network.

indígenas que procurassem as povoações. Acreditava ser esse um dos “meios mais eficazes de atrahil-os á vida social, fazendo-lhes gradualmente conhecer suas vantagens.”¹⁸⁰

Uma das pessoas que, na visão do presidente da província, cumpria com esses requisitos era Antônio Gomes Leal. Em seu relatório, apontou:

Encarregado d’uma d’essas distribuições o Cidadão Antonio Gomes Leal, residente no Municipio de Minas Novas, preencheo satisfactoriamente as vistas do Governo, dando evidentes provas do interesse, que tema pelos mesmos Indios, em cujos animos, segundo as notícias que tenho, procura sempre insinuar-se, ganhando a sua amisade por meios suaves, e ainda á custa de sacrificos pessoas e pecuniarios.¹⁸¹

No que tange a catequese nas aldeias e também em Alto dos Bois, Bernardo da Veiga acreditava que os serviços religiosos seriam imprescindíveis para chamar os povos indígenas à sociedade:

Tendo pois em vista estas e outras informações recebidas, entendo, que não só n’estes lugares, mas também no Alto dos Bois, ou em Tocaios do Municipio de Minas Novas, e na Capella de S. Paulo nas margens do Rio Muriahe da Freguezia da Villa do Presidio, muito convirá estabelecer Curatos idênticos mas será necessário, que alem de habilitar-se o Governo com os meios pecuniarios para a edificação de Capellas, e outras despezas proprias do culto, e da cathequese, se regulem especificamente os deveres, attribuições, dos respectivos Curas, bem como dos Parochos do Cuyethé, e S. Miguel, que ficao sujeitos ás mesmas obrigações.¹⁸²

A legislação indigenista do século XIX foi flutuante. Com a revogação do Diretório Pombalino em 1798, promulgado ainda na década de 1750, havia um vazio que não seria preenchido até em 1845. Neste ano, foi promulgado o *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios* (Decreto 426 de 24/07/1845). A partir de então, tentou-se estabelecer diretrizes gerais para o governo de índios aldeados. O Regulamento das Missões foi o único documento indigenista geral do Império. Ele prolongou o sistema de aldeamentos e os compreendeu como forma essencial de transição e assimilação completa dos índios.¹⁸³

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1840, p. IV. Disponível em: *Op. cit.*

¹⁸² Idem, p. VI

¹⁸³ Ver, CARNEIRO DA CUNHA, 1992, *Op. Cit.*

É necessário ressaltar que aldear indígenas, reunindo-os e os sedentarizando era prática antiga, iniciada em meados do século XVI. De forma geral, os aldeamentos obedeciam a várias conveniências: além de retirarem os povos indígenas de locais disputados por frentes de expansão, os confinavam em locais onde achavam que seriam úteis, por exemplo, nas instalações militares ou como fonte de trabalho. Atendiam-se, assim, interesses nacionais, regionais ou puramente locais de colonos e moradores. Ainda, ao se aldearem os indígenas, cada aldeia recebia terras. De qualquer modo, os aldeamentos serviam de fonte de abastecimento, infraestrutura e reserva de mão de obra.¹⁸⁴

Embora os aldeamentos tenham tido características semelhantes ao longo do tempo, no século XIX, com diminuição dos espaços sem ocupação de colonos, as possibilidades de sobrevivência dos grupos indígenas, fora dos espaços de aldeamento, decaíram. Além disso, a interação entre índios e não-índios, proibida anteriormente, principalmente pelos jesuítas (mesmo que não tenham deixado de ocorrer), que se tornaram muito mais frequentes a partir do Diretório que estimulou a miscigenação e a presença de não-índios dentro dos aldeamentos, eram agora incentivadas.¹⁸⁵ A ação de particulares para aldear e administrar índios, também havia sido admitida, como por exemplo, foi a situação de Antônio Gomes Leal que havia aldeado falantes do Maxacali em início dos oitocentos, antes de Alto dos Bois ser incorporada às Divisões Militares.

Através do *Memória Histórica e Descritiva da Freguesia de Santa Ana de Água Boa*, feita no ano de 1887, por D. João Antônio Pimenta à requisição do Governo, como apontamento para o *Dicionário Geográfico, Histórico e Administrativo do Brasil*, foi possível traçar os caminhos percorridos pela família Gomes Leal na região, averiguar a origem do nome Alto dos Bois e, ainda, visualizar a relação entre índios e não-índios:

Na borda da mata, limitado pelas águas do Capivari e do Fanado, existe o grande planalto denominado Alto dos Bois ou Das Trovoadas. Ali morava o célebre Capitão Pequeninho ou Capitão dos Bois, por ter sido o primeiro que introduziu a criação de gado vacum.

Nas cachoeiras do Fanadinho, no lugar denominado Alto de Dentro, distante 6 ou 8 km do Capitão Pequeninho, morava Antônio Gomes Leal, fazendeiro, com alguns escravos e os filhos Casimiro Gomes Leal, Camilo, Antônio, Domingos e João, e também o genro de Antônio Rodrigues da Cunha. E como fossem criados os filhos de Antônio Gomes *em promiscuidade com os índios, com eles aprenderam a língua*

¹⁸⁴ CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 144

¹⁸⁵ Sobre o assunto, ver: ALMEIDA, Maria R. Celestino. *Os índios no tempo da Corte*. REVISTA USP, São Paulo, n.79, p. 94-105, setembro/novembro 2008.

indígena, e pelo muito agrado a eles dispensado, tanto Antônio Gomes como todos os filhos.

Em 1841, Casimiro e filhos, guiados pelos índios, fizeram reconhecimento das matas da Trindade e Norek, afluentes do Urupuca. Transpondo as águas do Fanado na sua cabeceira no lugar denominado Morro dos Pereira, encontraram as águas do Ribeirão Trindade, localizando-se ali Jacinto Pereira que lhe deu o nome. Seguindo o curso d'água, a seis km. Abaixo localizou-se Antônio Rodrigues da Cunha, cunhado de Casimiro, denominando-se Fazenda da Grama, hoje povoado de Pontarate; em seguida localizou-se Camilo Gomes no córrego denominado Tomazinho, no Ribeirão S. João. Francisco Rodrigues da Cunha, por alcunha secretário atacado do Casimiro [Gomes Leal, diretor dos índios Macuni], no S. João da Serra.

No S. João, denominado da Mata, localizou-se Casimiro, circundado ao norte por seu mano Antônio, e nordeste por Zeferino Rodrigues da Cruz e leste por Paulo Ferreira da Cruz e seu genro o língua José Francisco da Fonseca, a sudoeste. Roberto Francisco Terra e Joaquim Fernandes Gomes, prosseguindo o reconhecimento, transpuseram as águas do Noret ate Pontarate, aonde localizou-se Domingos Gomes, fundando até mais tarde a fazenda da Chapada.¹⁸⁶

Nota-se, portanto, a questão da mestiçagem e da interação cultural entre a família Gomes Leal e os indígenas. Mestiçagem física, pela *promiscuidade*, mas, se em consonância aos relatos dos viajantes, aventa-se uma interação de costumes, de formas de vida. Se a prática era incentivada pelas autoridades, como forma de incorporar esses indígenas ao rumo da *civilização*, ela também deve ser vista, primeiramente, como uma reação de sobrevivência a uma situação imprevista e totalmente instável.¹⁸⁷ Foi, portanto, forma de recompor e rearranjar um universo novo. Foi uma maneira de ajustar visões de mundo diferentes entre si, reorganizando-as e dando-lhes novo sentido.

O aldeamento refletiu essa dinâmica. Primeiramente entre os diversos grupos indígenas aldeados conjuntamente: Macuni, Malali entre outros. Portadores de individualidades e diferenças entre si e na convivência com o colonizador, assimilaram o novo sem desconstruir sua visão de mundo. É um terceiro espaço que se criou, não mais exclusivo do colonizador, nem tampouco do indígena, mas de fronteira, em aberto e constante construção. Foi a partir desse espaço de fronteira que os povos indígenas puderam reelaborar e ressignificar seu modo de vida, deram novos sentidos a situação posta e a sua visão de mundo, como vimos a partir dos relatos dos viajantes ao longo do primeiro capítulo.

No ano de 1843, o Decreto 285 de 24 de junho autorizou o governo a contratar capuchinhos italianos e distribuí-los nas províncias em missões indígenas. Já em 1841, José Bonifácio havia favorecido a ideia de delegar a direção de aldeias e administração de

¹⁸⁶ PIMENTA *apud* MATTOS, 2003, p. 124-125 [grifo nosso]

¹⁸⁷ GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. Companhia das Letras. 2001

indígenas às ordens missionárias.¹⁸⁸ Segundo Carneiro da Cunha (1992) houve uma disputa secular, que se arrastou até o século XX, entre uma administração estritamente leiga e uma religiosa dos índios. Com o Regulamento das Missões o Império optou pela administração leiga, sendo que “haverá um Missionario nas Aldêas novamente creadas, e nas que se acharem estabelecidas em lugares remotos, ou onde conste que andão Índios errantes”¹⁸⁹, sendo de suas atribuições: “instruir aos Índios nas maximas da Religião Catholica, e ensinar-lhes a Doutrina Christã”¹⁹⁰ e, ainda, “ensinar a ler, escrever e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que sem violencia se dispuzerem a adquirir essa instrucção.”¹⁹¹

Apesar de o papel do missionário aparecer no Regulamento apenas como assistente educacional e religioso do administrador, é inegável a importância dada à catequese como forma de instruir os indígenas à civilização e também a relevância que esses missionários assumiram dentro dos aldeamentos. Portanto, “para a civilização o único caminho seguro e mais geralmente conhecido é a Religião Catholica.”¹⁹² Em 1853, o então presidente da província Luiz Antônio Barbosa relatou que a experiência comprovava que, onde havia missionários desinteressados, os aldeamentos prosperavam e, onde os diretores não se achavam subordinados ou sob a influência de missionários, ou onde estes não existiam, o progresso era nulo. Por isso, sugeria que “1ª necessidade para civilisar os Indigenas é a aquisição de bons Missionarios, sendo insufficientes em numero os que existem na Província.”¹⁹³

O citado Regulamento das Missões consolidou, também, os diretores de aldeia (já previstos no Diretório dos Índios de 1757) como figuras tutelares que deveriam mediar a relação entre a sociedade nacional e os indígenas. Segundo Missagia de Mattos (2003), as

¹⁸⁸CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p.140

¹⁸⁹ Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845. Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios. Art 6º. Disponível em: Legislação. Câmara dos Deputados. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>.

¹⁹⁰ Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845. Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios. Art 6º, § 1º. Disponível em: Op. Cit.

¹⁹¹ Idem, § 6º.

¹⁹² Relatório de José Lopes da Silva Vianna, vice-presidente da Província de Minas, no ano 1852 a Luiz Antônio Barboza, presidente da Província de Minas. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Center for Research Libraries. Global Resources Network.

¹⁹³ Relatório que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853 o doutor Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1853, p.09 Disponível em: *Op.cit*

peessoas encarregadas da Diretoria Geral dos Índios da Província de Minas necessitavam estar atualizadas sobre os debates intelectuais do Império para que suas propostas fossem apreciadas pelo presidente da Província, a Assembleia Provincial ou o ministro da Agricultura para os quais dirigiam relatórios sobre a situação dos povos indígenas nos aldeamentos. Ao diretor geral, nomeado pelo Imperador, cabia:

Apresentar todos annos ao Governo Imperial o Orçamento da receita e despeza das Aldêas, e um Relatorio circumstanciado do seu estado em população, instrucção, e industria, com exposição miuda da execução das disposições deste Regulamento; exigindo dos Directores das Aldêas outros iguaes, que o habilitem a esclarecer o Governo sobre os progressos, ou decadencia das mesmas, e as causas, que para isso tem concorrido; e apontando as providencias, que convenha ser adoptadas.¹⁹⁴

Era de sua responsabilidade, ainda, distribuir pelos diretores das aldeias e pelos missionários que andassem por lugares remotos, os objetos que pelo Governo Imperial fossem destinados aos índios, para agricultura ou uso pessoal, como mantimentos, roupas e tudo o que “forem proprios para attrahir-lhes a attenção, excitar-lhes a curiosidade, e despertar-lhes o desejo do trato social”¹⁹⁵. O diretor geral devia “empregar todos os meios licitos, brandos, e suaves, para atrahir Indios ás Aldêas; e promover casamentos entre os mesmos, e entre elles, e pessoas de outra raça.”¹⁹⁶

Por proposta do diretor geral e nomeação do presidente da província, havia em cada aldeia ou circunscrição¹⁹⁷, um diretor parcial que deveria planejar a administração da catequese e relatar os principais acontecimentos. Além de “distribuir os objectos, que forem applicados pelo Director Geral para os trabalhos communs, e particulares dos Indios; e os que forem destinados para animar, e premiar os Indios já aldeados, e attrahir os que ainda o não estejam.”¹⁹⁸

Sobre a relação entre diretores gerais e parciais, Luiz Antônio Barbosa, presidente da província, em 1853, relatou:

O Director Geral distituido de meios de acção, por melhores dezejos, que tenha, não pode exercer sobre os Aldeamentos uma influencia directa, e permanente: nada vê se não pelos olhos dos Directores locaes, nada sabe se não o que elles lhe dizem; e estes Directores são pessoas, que elle não conhece, nem póde avaliar se acceitão, e as vezes sollicitão taes empregos pelo atractivo único das honras militares, ou movidos pelo sentimento religioso, sendo facil de comprehender os resultados desta incertesa, e a

¹⁹⁴ REGULAMENTO DAS MISSÕES, Art 1º, § 37.

¹⁹⁵ Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização, *Op. Cit.* Art 1º, § 10.

¹⁹⁶ *Idem*, § 19.

¹⁹⁷ Minas Gerais chegou a estar dividida em 19 circunscrições parciais na segunda metade do oitocentos.

¹⁹⁸ Regulamento das Missões, *Op. cit.*, Art.2º, § 7º.

impossibilidade em que ella coloca o Governo de confiar-lhes meios amplos para beneficiar os Aldeamentos não podendo fiscalisar a applicação.¹⁹⁹

Em 1869, o então diretor geral dos índios da província de Minas, Antônio Luiz de Magalhães Musqueira relatou que o pensamento generoso que havia ditado o Regulamento das Missões não estava sendo cumprido devido à falta de agentes idôneos e, também, pela legislação levar em conta população indígenas que já aceitavam o trabalho rural e persistiam nele. Entretanto, “ainda por muitos annos o Indio hade optar todas as veses que poder pelos antigos habitos mais ociosos, quaies o da pesca e o da caça.”²⁰⁰ Segundo o mesmo diretor, a ação civilizadora uma vez iniciada deveria ser constante, diária e progressiva. Afirmou que a intenção do Governo Imperial no decreto do Regulamento era transformar as aldeias em colônias agrícolas, mas era muito cedo para tanto, visto que, em sua concepção, era preciso primeiro catequisar aqueles que fossem habitar os aldeamentos.²⁰¹

Antônio Musqueira ainda denunciou as crueldades praticadas contra as populações indígenas nos aldeamentos. Solicitava ao Governo Imperial medidas eficazes para remediar as crueldades contra esses povos, “das quais humas chegam ao conhecimento do Governo, mas outras ficão sepultadas no dezerto das florestas.”²⁰² Situação semelhante já era relatada em 1855 por Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, presidente da província, onde afirmava “deploravel é ainda, o lucro illicito que muitos individuos tirão do suor e do trabalho d’esses infelises, não obstante os maiores esforços em contrario oppostos pela Presidencia.”²⁰³

Em 1866, o diretor geral dos índios, Manoel Joaquim de Lemos, também relatou:

Ha muitos annos que a cathequese dos indigenas tem estado na Provincia de Minas quase abandonada aos fracos recursos dos directores dos aldeamentos, os quaes raras vezes se deixão levar do verdadeiro cuidado da civilisação dos indigenas, e somente

¹⁹⁹ Relatório que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853. Disponível em: *Op. cit.*

²⁰⁰ Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Luiz de M. Musqueira, 23 de outubro de 1869. SG-06. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro, fl. 6v.

²⁰¹ *Idem*, fl. 07 e 07v.

²⁰² Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Luiz de M. Musqueira 17 de abril de 1871. SG-06. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro, fl.33v

²⁰³ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2.a sessão ordinaria da 10.a legislatura de 1855 o presidente da provincia, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Center for Research Libraries. Global Resources Network.

tratão (com raras exceções), de tirar do seu trabalho todo o lucro possível para formarem seus estabelecimentos particulares.²⁰⁴

O decreto do Regulamento das Missões em 1845 coincidiu com a centralização do governo de Dom Pedro II; a integração das diversas províncias; e a intensificação da necessidade de construção de identidade propriamente nacional. Por isso, podemos inferir que uma legislação que ditasse de forma sistematizada e contundente os moldes para a catequese e civilização das populações indígenas, para que fossem integrados no projeto de construção nacional, se fez necessária neste período.

A década de 1850 foi marcada pela Lei de Terras (Lei 601 de 18/9/1850), que exacerbou uma política agressiva com relação às terras indígenas. Segundo Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854 que mandava executar a Lei de Terras, seriam reservadas terras devolutas para colonização e aldeamento de indígenas nos lugares em que existissem hordas selvagens. Pode-se averiguar, porém, que o Estado considerava como devolutas as terras de ocupação tradicional de muitos grupos indígenas. O decreto afirmava que “as terras reservadas para colonização de indígenas, e por elles distribuidas, são destinadas ao seu usufructo; e não poderão ser alienadas, em quanto o Governo Imperial, por acto especial, não lhes conceder o pleno gozo dellas, por assim o permittir o seu estado de civilisação.”²⁰⁵

Entretanto, o mesmo regulamento facultava a alienação de aldeamentos considerados extintos, ou pelo abandono de seus habitantes ou porque os indígenas já se encontravam “misturados à massa da população.” Assim, o governo passou a usar do argumento de uma aparente assimilação para retirar aldeias de suas terras.²⁰⁶

No que tange Alto dos Bois, Luiz Antônio Barbosa, no ano de 1853, ao relatar não ter notícia de nenhum ato de ferocidade ou agressão praticado por índios no último ano, tendo recebido as mais favoráveis notícias, relatou a situação da aldeia do Surubi. Segundo ele, Frei Bernardino de Lagonegro ministrou o sacramento do batismo a grande número de indígenas nessa aldeia. A situação da aldeia do Surubi havia melhorado com as últimas colheitas que tinham sido abundantes e já tinha se construído uma casa para recolher e educar os menores.

²⁰⁴ Relatório do diretor geral dos índios, Manoel Joaquim de Lemos, 20 de agosto de 1866. SG-04. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro, fl. 48.

²⁰⁵ Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854 que manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. Capítulo VI. *Das terras reservadas*. Art. 75. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm

²⁰⁶ Ver: CARNEIRO DA CUNHA, 1992, *Op.cit.*

Segundo o Frei, em 20 de setembro de 1852, o mesmo missionário relatou que havia se fixado em Alto dos Bois um considerável número de Naknenuks.²⁰⁷ E que propunha, assim, a criação de uma diretoria especial separada da aldeia do Surubi.²⁰⁸

A partir de 1863, haveria uma burocratização do serviço da Diretoria Geral dos Índios.²⁰⁹ Após esse período passou-se a ter acesso, por exemplo, ao expediente interno e externo daquela repartição, além de uma organização de toda a correspondência e elaboração de mapas e estatísticas sobre os aldeamentos indígenas em toda a Província. Foi, também, a partir dessa época que se criou inúmeras circunscrições, que compunham a estrutura administrativa da Diretoria.

No ano de 1871, a aldeia de Surubi foi transformada na 4ª Circunscrição Indígena da Diretoria Geral dos Índios da Província de Minas.²¹⁰ A jurisdição dessa circunscrição compreendia desde a barra do ribeirão Quarta-Feira até as últimas cachoeiras do Mucuri, de todo o lado esquerdo do rio Urupuca. Suas aldeias eram: Ponté, nas cabeceiras do Mucuri, Pontará, no Inhork, confluente do Urucu, ambas com 400 índios; Nacknenucks com 16 a 20 famílias; e os Macuni, ribeirão de mesmo nome com 20 famílias.

Sobre a aldeia dos Macuni, Antônio Musqueira afirmou que estes índios já possuíam alguma civilização e falavam dialeto diferente. As índias eram formosas e cobiçadas pelos brasileiros. Relatou ainda que eram um número de 500 a 600 sendo “dizimados pelos Botocudos, Nacionaes e pelo Sarampo, hoje reduz-se á 20 famílias.”²¹¹ A direção da 4ª Circunscrição ficou a cargo de Cassimiro Gomes Leal. Podemos, portanto, inferir que a aldeia dos Macuni desta circunscrição diz respeito a Alto dos Bois. No ano de 1872, o diretor

²⁰⁷ Teófilo Ottoni afirmou que os Nacknenucks viviam no vale do alto Todos os Santos. Eram, segundo ele, fixados no solo exercendo atividades de plantação e colheita. Ver: Ottoni, 2002 [1858], p.64. Segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1999) os grupos Maxacali eram conhecidos como Nacknenucks, palavra que passou a ser usada como sinônimo de “índios mansos, aliados e aldeados.”

²⁰⁸ Relatório que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853, *Op. cit.*, p.10. O aldeamento conhecido como Surubi se concentrava na sub-bacia do Urupuca e, segundo Missagia de Mattos (2005) era o mais importante aldeamento da Província no período e abrigava complexo de aldeias indígenas. Dentre elas, apontamos Alto dos Bois.

²⁰⁹ MISSAGIA DE MATTOS, 2003, p.224

²¹⁰ Fonte: SG-14: Quadro de Matrícula dos Empregados da Catequese. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

²¹¹ Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Luiz de M. Musqueira, 23 de outubro de 1869. SG-06. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro, fl. 53

Musqueira relatou que Cassimiro Gomes Leal não havia oficiado a Diretoria Geral, sendo que essa era uma das obrigações dos diretores parciais.²¹²

No relatório de 1880 constou o falecimento de Cassimiro Gomes Leal e a direção da 4ª Circunscrição ficou nas mãos de José Antônio Costa. Em 1881, a diretoria geral, em prol de cumprir o Regulamento das Missões solicitou as seguintes informações do diretor da 4ª circunscrição:

1º Qual o estado em que presentemente se achão as aldêas existentes n'essa Circunscripção; quaes as occupaões habituaes dos indios que n'ellas se conservão; suas inclinações e propensões; seu desenvolvimento industrial; sua população, assim originaria como mestiça bem como as causas que tem influído em seus progressos ou em sua decadencia. – 2º Quaes os recursos, que oferecem para a lavoura e commercio, os lugares em que estão collocadas as mesmas aldêas. – 3º Qual o modo por que os ditos indios grangeão as terras que lhes tem sido dadas; e se estão occupadas por outrem e com que tittulo.- Se na mesma Circunscripção existem indios em hordas errantes quaes os seus costumes e linguas. – 5º Qual o numero dos que existem em poder de particulares, e se são por estes constringidos no serviço; bem como se são pagos de seus jornaes, quando chamados para o serviço de aldêa ou para qualquer outro. – 6º Finalmente, com estas informações deverá V.S.^a remeter o arrolamento de todos os indios aldêados com a declaração de suas origens e sexos suas línguas, idades e profissão; fazendo também menção em separado do numero provável d'aquelles de que V.S.^a tiver noticia que viveu em hordas errantes; isto o mais breve que for possível. – Do zelo e dedicação de V.S.^a do serviço publico d'este Paiz, espera a mesma Directoria, alem d'estas informações outras quaes quer que julgar convenientes para, *com mais exactidão, dar-se conta do Governo Geral do estado da Catechese e Civilisação dos referidos indios.* [grifo nosso]²¹³

A partir de 1872 ficou decretado pelo governo provincial, por indicação da Diretoria Geral, a criação de cinco grandes aldeamentos centrais nos vales do rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, Doce e Grande para que neles se concentrassem os indígenas que habitavam suas margens, e que assim pudessem “receber com mais facilidade, economia e ordem a instrução moral e profissional de que tanto precisão”²¹⁴. Dessa forma deixariam, livres as matas desses vales para que pudessem ser utilizadas pelos colonos e imigrantes. Completando esta Portaria, a Lei Provincial de 19 de julho de 1872 criou ainda o sexto aldeamento no Manhuaçu. Dos seis aldeamentos centrais projetados com base no Regulamento das Missões, apenas os dos

²¹² Idem, fl.170

²¹³ Relatório do diretor geral interino dos índios, Severino Barbosa de Oliveira. 15 de Janeiro de 1881. SG-22. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro, fl. 30v.

²¹⁴ Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Luiz de M. Musqueira, 22 de julho de 1872. SG-06. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro. fl. 95v e 96.

vales dos rios Mucuri, Doce e Manhuaçu foram implementados devido a falta de recursos necessários a administração ou de religiosos.²¹⁵

Entretanto, no entorno dos aldeamentos centrais que visavam a conversão e solução de problemas relacionados às terras indígenas, continuaram existir antigas povoações e aldeamentos administrados por seculares que remetiam às Divisões Militares de Guido Marlière, e pelo Regulamento de 1845 não poderiam ser removidos por métodos violentos, somente persuasivos. Porém, segundo Mattos (2003), em Minas, a própria persuasão dos índios para essa remoção encontrava acirradas resistências.

No relatório do presidente de Província referente ao ano de 1862, o coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, terceiro vice-presidente escreveu:

Com quanto a Presidência não vos possa dar uma informação circunstanciada do estado dos aldeamentos existentes na Província, por faltarem-lhe os precisos dados; cumpre-me com tudo dizer-vos que os Índios, *ha muito aldeados, e que começavão sugeitar-se assim ás leis sociaes, tem ultimamente mostrado tendencias de voltar aos habitos selvagens.* Complices em muitas sortidas, de que tem sido victimas as povoações que lhes ficão proximas, *a circunstância de já terem algum conhecimento de nossos costumes figura por ventura entre os mais poderosos recursos de sua estratégia.*

Infelizmente não é bem conhecida a razão desta mudança, para se lhe poder applicar conveniente e efficaz remédio.

O que sim é bem conhecido, é a improficuidade da organização deste serviço, sob uma diretoria, que mal pode ter conhecimento das necessidades confiadas á seo cuidado.²¹⁶ [grifo nosso]

Na década de 1880, segundo Mattos (2003), cessaram oficialmente os investimentos provinciais para a catequese, percebível através das queixas que marcaram as correspondências da diretoria geral. Em 1885, o diretor dos índios José Januário de Cerqueira relatou que a catequese quase havia sido esquecida há alguns anos já que não promovia resultados satisfatórios, sendo os indígenas incapazes de civilizar, devendo serem deixados ao abandono, gozando de liberdade nas florestas onde nasceram e vagueavam.²¹⁷

²¹⁵ MATTOS, 2003, p.227

²¹⁶ Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1862 o coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, terceiro vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1862, p. 11. Disponível em: *Op. cit.*

²¹⁷ Ofício do diretor dos índios José Januário de Cerqueira ao presidente da Província, Manoel do Nascimento Machado Portella. 09 de dezembro de 1885. SG-22. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro, fl. 152-152v

A Diretoria Geral dos Índios da Província teve seu último representante oficial em 1894.²¹⁸ Com o fim da repartição, a *questão* indígena voltaria a cena apenas com a criação, em 1911, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

Percebemos, ao longo deste capítulo, como a política indigenista em Minas ao longo do oitocentos esteve vinculada à busca da ideia de nação homogênea, forjada no bojo da intelectualidade do Império. Neste processo, vimos como Alto dos Bois se inseriu nessa dinâmica, ao delinear os principais momentos da legislação indigenista e ao compreender como noções de civilização, catequese e mestiçagem, formaram um fio condutor para enquadrar os povos indígenas à idealizada nação, que se tornava cada vez mais projeto de um Brasil.

As mudanças na própria legislação indigenista acompanharam as transformações políticas do Império. Alto dos Bois refletiu essas transformações ao ser englobada nas Divisões Militares que se deram em resposta à Carta Régia de 1808, e ao acompanhar a pacificação proposta na década de 1820 que, em Minas, se deu pela figura de Guido Marlierè. Ficou notável, também, o papel da mestiçagem e da catequese em Alto dos Bois como forma de guiar os povos indígenas ali residentes - Macuni, Malali, Nacknenucks - ao estado de civilização. Em 1845, com o Regulamento das Missões, vimos a intensificação da necessidade da catequese e civilização dos índios para assim serem chamados à sociedade e viverem em iguais condições. Com os três aldeamentos centrais implementados, podemos aventar de Alto dos Bois, ou a aldeia dos Macuni, ter permanecido como povoação às margens destes aldeamentos, dada sua origem e constituição ao longo do tempo.

Inferimos também que a própria mestiçagem e a apreensão de costumes de outros grupos indígenas e do colonizador podem ser vistas como estratégias de sobrevivência, em consonância ao apresentado pelos viajantes. Mestiçagem essa que não implica sentido de perda, mas sim de ressignificações e novos sentidos. Além disso, vimos a recusa em algumas mudanças de hábitos que remete ao fato desses povos não partilharem das ideias de progresso e civilização tão ensejadas na época.

²¹⁸ Segundo Mattos (2003), durante a república, os relatórios da Diretoria Geral do Estado de Minas Gerais passaram a ser remetidos à Inspetoria da Repartição de Terras e Colonização.

CAPÍTULO III

TEÓFILO OTTONI E COMPANHIA DO MUCURI: UMA ANÁLISE DE ALTO DOS BOIS.

3.1 NEGÓCIOS E POLÍTICA NO BRASIL E MINAS OITOCENTISTA: TEOFILO OTTONI E COMPANHIA DO MUCURI.

Vimos no capítulo anterior como a ideia de nação e busca pela identidade nacional foram geridas no bojo da perspectiva de unidade homogênea. Essa unidade perpassava, também, pela articulação das vastas regiões do Império. Para tal objetivo, se fazia necessário uma infraestrutura por meio de vias fluviais, e construção de estradas que permitissem a efetiva ocupação e interligação do território nacional. Com isso, se espalhariam, pelas diversas regiões, autoridade e controle e, assim, se permitiria a inclusão de novas populações no projeto de formação de um povo brasileiro.

No que tange a província de Minas, a preocupação em expandir as vias de comunicação ficou ressaltada nos relatórios às Assembleias Provinciais. No relatório de 1837, o então presidente da província, Antônio da Costa Pinto, relatou a importância de certos trabalhos preparatórios como: reconhecimento do terreno, plantas e número suficiente de engenheiros, para a criação de um plano de Estradas que ligassem a capital da província às demais regiões de Minas, bem como facilitassem a comunicação com o Rio de Janeiro e a capital do Império.²¹⁹ Ainda nesse relatório, Antônio da Costa Pinto ressaltou a importância das vias fluviais, afirmando que “são ainda mais uteis, que as boas estradas, os canaes, e os rios navegaveis, por que facilitando a comunicação e acelerando mais o transporte dos generos, não precisão, como ellas, de continuos reparos”²²⁰.

Com essas preocupações, os governos provinciais passaram a contratar engenheiros para elaboração de cartas topográficas e laudos técnicos sobre as condições das estradas e navegabilidade dos rios de Minas. Dentre eles, o engenheiro francês Pedro Victor Renault foi

²¹⁹Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Center for Research Libraries. Global Resources Network.

²²⁰ Idem, p. XL.

contratado, no ano de 1836 por Costa Pinto, para explorar os vales do rio Mucuri e seu afluente Todos os Santos, a fim de definir o local mais apropriado para a construção de uma colônia de degredados e vadios. Em seu relato, destacou pontos positivos para utilização do rio Mucuri para navegação ressaltando, ainda, a fertilidade de suas margens e a inexistência de “febres malignas”. Vantagem que, segundo Renault, já bastaria para tornar o rio Mucuri preferível ao Doce ou Jequitinhonha onde os habitantes eram atacados diariamente por inúmeras epidemias. O único empecilho seria, em sua concepção, pacificar os temidos indígenas que habitavam a região.²²¹

O interesse por novas rotas de comunicação que facilitassem o comércio, especialmente com a praça comercial do Rio de Janeiro, era anseio antigo da elite regional das comarcas do norte e nordeste da província de Minas. Em 1834, a Câmara de Minas Novas, no intuito de informar ao governo se existia no município um local apropriado para a fundação da colônia de degradados, solicitou o parecer de alguns negociantes e fazendeiros do lugar. Em comum acordo, fizeram ao governo reclamações sobre a falta de comunicação com as demais regiões. Os fazendeiros e comerciantes queixaram-se da pouca atenção do governo e apontaram o rio Mucuri para servir aos fins desejados dando informações sobre a sua navegação.²²²

Já no ano de 1798, a elite regional já demonstrava preocupação com a questão. José Eloi Ottoni, poeta e político mineiro natural do Serro, escreveu o *Memória sobre o estado atual da capitania de Minas Gerais*, no qual defendia o desenvolvimento do comércio e da agricultura como alternativa econômica para Minas Gerais. Para isso, defendia a abertura de vias entre o Serro e Minas Novas. Afirmou:

Os únicos meios mais poderosos de restabelecer e animar a população daquele país, e ainda mesmo fomentar o objeto da mineração, consistem somente, em se promoverem a

²²¹ RENAULT, Pedro Victor. “Exploração dos rios Mucury e Todos os Santos e seus afluentes” - feita por ordem do governo da Província pelo engenheiro Dr. Pedro V. Renault. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano VIII, n.3 e 4, p. 1049-1070, jul./dez. 1903. (Collecção e organização).

²²² OTTONI, Teófilo Benedito; OTTONI, Honório Benedito. *Condições para a incorporação de uma companhia de comércio e navegação do Rio Mucuri, precedidas de uma exposição das vantagens da empresa*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1847. (Arquivo Público Mineiro. Coleção Assuntos Mineiros). In: ARAÚJO, Valdeci L. de. (Org.) Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível. Belo Horizonte. Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público Mineiro. 2007

Agricultura e o Comércio, removendo-se toda a dificuldade da importação dos gêneros estranhos, e facilitando-se por consequência a exportação dos próprios gêneros.²²³

No ano de 1826, quando era funcionário público radicado na capital do Império, José Eloi Ottoni recebeu os seus sobrinhos Honório Ottoni e Teófilo Ottoni que, matriculados na Academia da Marinha do Rio de Janeiro, foram morar com o tio. Honório e, principalmente, Teófilo Ottoni se tornaram, alguns anos mais tarde, vozes importantes na criação de rotas comerciais em Minas através da Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri. Entretanto, para se compreender esse empreendimento é necessário conhecer, primeiramente, seu principal idealizador: Teófilo Benedito Ottoni.

A família Ottoni constituía-se como uma família tradicional no Serro. Teófilo Ottoni nasceu no ano de 1807, filho de Jorge Benedito Ottoni dono de tropas e comerciante de mercadorias entre a província e a Corte, atividade na qual contou com a ajuda dos filhos desde muito cedo. Era também político, tendo sido vereador e eleito deputado para o Conselho Geral da província de Minas Gerais.²²⁴

Após finalizar o curso na Academia da Marinha, Teófilo Ottoni fora impossibilitado de matricular-se na Academia Militar onde visava continuar seus estudos, a fim de obter o título de engenheiro. Retornou, então, à sua cidade natal onde atuou como comerciante mantendo tropas para o comércio no interior de Minas, Espírito Santo, Bahia, Goiás e Mato Grosso.²²⁵ Além das atividades no comércio, Teófilo Ottoni fundou um jornal de oposição intitulado *Sentinella do Serro*, onde tecia fortes ataques à política de Dom Pedro I. Escreveu no frontispício do jornal a seguinte frase: “o fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; êstes direitos são a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão”.²²⁶

Com a Abdicação de Dom Pedro I, em 1831, Ottoni participou, através do *Sentinella do Serro*, de intensos debates sobre a reforma da Constituição de 1824. Segundo Maria Ferreira Neto (2002)²²⁷, Teófilo Ottoni deferiu críticas ao Senado e ataques aos conservadores

²²³ OTTONI, 1908 [1798], p. 307.

²²⁴ Sobre a família Ottoni, ver: OTTONI FILHO, Cristiano, B. *Árvore Genealógica da Família Ottoni*. Rio de Janeiro: Gráfica de Artes S. A., 1963. [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro].

²²⁵ OTTONI, Maurício B. *Theophilo Benedicto Ottoni: uma vida por um ideal*. São Paulo. 1957

²²⁶ MELO, 1958, p. 30. Segundo Olbiano de Melo a referida frase se tornou o farol da vida de Teófilo Ottoni, que jamais se afastou desse ideal.

²²⁷ FERREIRA NETO, Maria C. N. *Memória, Política e Negócios: A trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni*. Tese de doutorado. UNICAMP. 2002

por considerar que tramavam a volta de D. Pedro I. Ottoni propunha, nos anos de 1831 e 1832, a eliminação do Poder Moderador, a organização dos Conselhos Gerais da Província em Assembleias Provinciais e a abolição da vitaliciedade do Senado. Foi perseguido politicamente, encerrando sua carreira jornalística.

Lucia Maria Paschoal Guimarães (2001), ao discutir os postulados ideológicos e práticas políticas liberais²²⁸ no período regencial, o aponta como época de pressão crescente por parte dos setores políticos mais progressistas que reivindicavam maiores franquias provinciais, descentralização administrativa e supressão do Poder Moderador. Por outro lado, segundo Guimarães (2001), se a Abdicação foi considerada como uma vitória liberal, o vazio de poder propiciou abertura de espaço político em que os segmentos menos favorecidos da sociedade, que também tiveram seus anseios reprimidos pela autoridade real, manifestassem sua insatisfação contra a carestia, o desemprego e a inflação, causando um “clima de permissividade, inquietude e incerteza.”²²⁹

Em 1835, Ottoni fora eleito deputado provincial defendendo na Assembleia o Ato Adicional²³⁰, que acabou por firmar algumas de suas intenções de reformas. No ano de 1838, elegeu-se deputado geral iniciando debate com os conservadores contra a chamada Lei de Interpretação.²³¹ Apoiou com veemência a Maioridade, já que a considerava como uma forma de deter os avanços regressistas e defender os princípios liberais.

Contra a centralização do governo de Dom Pedro II, Ottoni foi personagem essencial e atuante na Revolução Liberal em Minas Gerais de 1842.²³² Derrotado pelos governistas em Santa Luzia em 20 de agosto de 1842, Teófilo Ottoni foi preso e conduzido a Ouro Preto onde

²²⁸Sobre o liberalismo no Brasil Imperial, ver: PEIXOTO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Antônio E. M. et al. *O liberalismo no Brasil imperial: origem, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

²²⁹ GUIMARÃES, 2001, p.110

²³⁰ As medidas do Ato Adicional agradavam os liberais que viam o Ato Adicional como uma forma de abrir caminhos para a descentralização.

²³¹ A Lei de Interpretação (Lei N.º 105 de 12 de maio de 1840) é entendida como a negação das conquistas liberais no Ato Adicional. Partindo do princípio de reinterpretação de pontos dúbios do Ato, os conservadores implementaram a nova lei. Ferreira (2002) aponta que o objetivo era reestabelecer a força centralizadora do governo unitário.

²³² A Revolução Liberal de 1842 é interpretada como um movimento ensejado nas províncias paulista e mineira contra a centralização do governo a partir de 1840, defendida através da Lei de Interpretação e a reforma do Código do Processo em 1841 que impunha a centralização do sistema judicial e policial. Sobre o movimento liberal de 1842, ver: Documentos sobre História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 1910, N.º XV. Belo Horizonte, 1910, p.181-390. E HORNER, Erik. *Em defesa da constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese de doutorado em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010, entre outros.

ficou encarcerado durante um ano e meio. Assim, como seus companheiros, foi julgado em Mariana, e absolvido.

Fora eleito novamente para deputado federal na Legislatura de 1845/47. Associou-se com seu irmão Honório Ottoni fundando a casa comercial *Ottoni & Cia* no Rio de Janeiro. Com a dissolução da Câmara dos Deputados em 19 de fevereiro de 1849 e a convocação para uma nova composição desta, Teófilo Ottoni e grande parte dos liberais não conseguiram se eleger para um novo cargo na oitava legislatura da Câmara Geral, já que as eleições haviam sido organizadas pelo partido que estava no poder, no caso, opositor aos liberais.²³³

As dificuldades em se opor ao projeto conservador e o descontentamento com a política, fizeram com que Ottoni se retirasse da vida política temporariamente, mas sem abandonar seus princípios. As premissas liberais, defendidas por Ottoni, possuem seus postulados básicos afirmados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 27 de agosto de 1789. A partir do conhecido documento, defendia-se o princípio do governo representativo, soberania da nação e primazia das leis. O liberalismo é considerado uma ideologia burguesa, originariamente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e à crise da sociedade senhorial.²³⁴ Portanto, o liberalismo se firmou em consonância ao movimento de contestação dos tradicionais valores sociais e políticos do Antigo Regime.²³⁵

Se na Europa do início do século XIX o liberalismo ganhava os contornos de revoltas burguesas contrárias ao poder absoluto dos reis, no Brasil, os mesmos princípios serviam de luta contra a Metrópole e o sistema colonial. Com a independência do Brasil, os homens vinculados ao poder representavam um grupo social ligado a propriedade da terra e a economia agroexportadora que dependia do trabalho escravo.²³⁶ As reivindicações liberais

²³³ Sobre a divisão Liberais exaltados e moderados e Teófilo Ottoni, Araújo e Weder Silva (2011) apontam que Teófilo Ottoni se classificou, em diversas ocasiões, fora do grupo moderado, preferindo ser visto como *liberal avançado*. Apontam, também, para a necessidade de maior compreensão da diversidade de posições daquilo que é chamado genericamente de liberais exaltados. Ver: ARAÚJO, Valdeci Lopes de; SILVA, Weder F. da. “Fragmentos de um periódico perdido”: a Sentinella do Serro e o sentido da “republicanização” (1830-1832). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.75-95, jan/jun 2011.

²³⁴ GUIMARÃES, Lucia M. P. *Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial*. (1831-1837). In: PEIXOTO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Antônio E. M. et al. (Org.) *O liberalismo no Brasil imperial: origem, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro, Revan: UERJ, 2001.

²³⁵ Sobre o assunto: NEVES, Lucia M.B P. *Liberalismo político no Brasil: Ideias, Representações e práticas (1820-1823)*. In: PEIXOTO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Antônio E. M. et al. (Org.) *O liberalismo no Brasil imperial: origem, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro, Revan: UERJ, 2001.

²³⁶ GUIMARÃES, *Op.cit*, p.104

centravam-se, então, na defesa da liberdade de comércio e autonomia dos brasileiros para gerir as próprias riquezas do país. Era uma forma de contrapor o absolutismo de modo geral e as suas bases representadas por comerciantes e funcionários portugueses.

A Constituinte de 1823, apesar de ampliar liberdades, manteve a estrutura escravista conciliando liberdade com a ordem vigente e, os liberais, em geral, se identificaram com uma monarquia constitucional. Em meados do século XIX, os liberais passaram a contestar a ação reguladora do Estado e reivindicar a livre iniciativa no plano econômico. O biógrafo Olbiano de Melo²³⁷ descreveu o liberalismo em que Ottoni se pautou:

No plano político pregava-se o império das liberdades públicas, desde a de culto e da livre expressão do pensamento até à dos povos escolherem, sem nenhuma coação, seus próprios dirigentes; no plano econômico o império da livre iniciativa, da livre empresa e do livre direito de se comerciar.²³⁸

As premissas do liberalismo, concebidas no Iluminismo e defendidas na Revolução Francesa possuíam princípios como soberania popular e liberdade ampla. No mundo luso-brasileiro, porém, direcionavam-se mais na intenção de introduzir reformas do que instigar revoluções. A doutrina liberal alterou o contexto até então vivenciado ao buscar a emancipação política e desmantelamento de instituições políticas tradicionais, mas foi conservadora ao manter a ordem interna vigente.²³⁹ Segundo Olbiano de Melo:

É deste ângulo, isto é, do bôjo tumultuante e tumultuoso do liberalismo político e do liberalismo econômico em marcha nos começos do século XIX, que se deve examinar a figura dêste político do Império, porque sòmente assim poder-se-á compreender, sentir e mesmo amar-se esta figura de homem público, cuja existência desde os seus albôres, a par de uma precocidade de pasmar o investigador, foi tôda doada à sua Pátria. Doada ao Brasil.²⁴⁰

A partir dessa conjuntura, Teófilo Ottoni foi, portanto, prestar seus serviços à Pátria de outra forma, desbravando o nordeste mineiro, às margens do Rio Mucuri.²⁴¹ Em 1847, os

²³⁷ O biógrafo Olbiano de Melo, economista e escritor natural do Serro, proferiu conferência no auditório de *A Gazeta*, São Paulo em comemoração ao 150º aniversário de nascimento de Teófilo Ottoni. O texto da conferência fora reunido e lançado sob título: *A ação de Teófilo Benedito Ottoni no Cenário Político e Econômico do Império*, em 1858. O discurso de Melo deve ser percebido nesse contexto, compreendendo, assim, a exaltação da figura de Teófilo Ottoni refletida em alguns momentos de sua conferência.

²³⁸ MELO, 1958, p. 22.

²³⁹ NEVES, *Op.cit.*, p.90

²⁴⁰ MELO, 1958, p.23.

²⁴¹ OTTONI, 2007 [1856], p. 05.

irmãos Honório Benedito Ottoni e Teófilo Benedito Ottoni receberam do Governo da Província de Minas Gerais, a concessão, juntamente com favores e privilégios, para fundar a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri.²⁴²

Teófilo Benedito Ottoni, por sua experiência como comerciante, sabia dos obstáculos que enfrentavam aqueles dedicados às atividades de comércio na Província de Minas, como a dificuldade de articulação entre os locais de produção e o mercado de destino. Como político, tinha conhecimento das precárias condições dos meios de transporte em Minas Gerais, já que este assunto era pauta de discussões entre os legisladores provinciais.²⁴³

O biógrafo Olbiano de Melo destacou o caráter econômico do empreendimento do Mucuri. Ottoni havia sido adversário do trabalho escravo, defensor da empresa e da livre iniciativa no Brasil, acreditando que a integração econômica do país era o caminho para assegurar a soberania política. Com esses intuitos, na concepção do biógrafo, Teófilo Ottoni “saltou das palavras aos fatos” e se lançou no objetivo de levar *progresso* ao sertão.²⁴⁴

Apesar de ser opositor político do partido que estava no poder em 1848 é inegável que a política adotada pelos conservadores na questão dos transportes impulsionou o empreendimento do Mucuri. Fora anunciado um projeto que visava interligar as principais províncias do país, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, fazendo com que as mercadorias produzidas nessas localidades chegassem mais rapidamente aos portos e aos centros consumidores.

Em consonância, a proibição do tráfico de escravos para o Brasil em 1850 bem como o conseqüente redirecionamento de capitais para empreendimentos comerciais e financeiros acabaram por influenciar iniciativas como estradas de ferro, bancos, fábricas e companhias de

²⁴² Lei n. 332, 03 de abril de 1847. Autoriza o governo da Província a conceder a uma companhia de navegação e comércio, que os cidadãos Theophilo Benedicto Ottoni e Honório Benedicto Ottoni se propõem organizar sobre o Rio Mucuri, os privilégios e favores nela declarados. Leis mineiras. Ouro Preto: Typ. Imp. de B.S.P de Souza, 1847, p.63 a 65. Apesar de sua constituição em 1847, a Companhia iniciou seus trabalhos apenas em 1851 quando foram aprovados os estatutos. A empresa, até essa data, havia passado por alguns embaraços legais e pela morte, em 1849, de um de seus idealizadores Honório Benedito Ottoni.

²⁴³ Entre as discussões estava implementação do plano rodoviário de Minas Gerais de autoria do deputado provincial Bernardo Pereira de Vasconcelos. Apresentado à Assembleia em 06 de fevereiro de 1835, foi transformado em Lei Provincial em abril do mesmo ano. O Primeiro Plano Rodoviário de Minas Gerais tinha por objetivo interligar, por meio de estradas, as diversas partes da província e, em consonância, ligá-las à corte. Ver: SILVA, Weder F. da. *Colonização, Política e Negócios*: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863). Dissertação de Mestrado. UFOP. Mariana. 2009.

²⁴⁴ MELO, 1958, p.38

navegação e comércio.²⁴⁵ Outros comerciantes passaram a investir na produção e exportação de café, enriquecendo e ascendendo na restrita escala social brasileira do século XIX.²⁴⁶ A década de 1850 marcou um avanço das atividades comerciais e financeiras no país, em especial com o surgimento das sociedades anônimas,²⁴⁷ como era o caso da Companhia do Mucuri.

Assim, imbuídos neste contexto político e econômico do Império, orientados por seus princípios e suas experiências, e tendo contato com documentos e relatos da época (como a de Victor Renault e os dados de relatórios de presidente de província), Teófilo Ottoni e Honório Ottoni (falecido logo após o início do projeto) se lançaram no empreendimento do Mucuri. O intuito era, então, avançar sobre as matas do interior do norte e nordeste de Minas incentivando a agricultura e exportação de seus produtos. Teófilo Ottoni afirmou: “vendo o estado de decadência em que por falta de meios de exportação se acha a importante comarca do Gequitinhonha, julguei conveniente dar o possível impulso á navegação do rio Mucury, tão desejada pelos habitantes daquela comarca”²⁴⁸.

Para esse objetivo, a empresa deveria vencer as grandes distâncias e a falta de comunicação com os centros comerciais. Tendo sido criada para suprir essa demanda, a Companhia do Mucuri deveria abrir estradas, criar armazéns e transportar mercadorias inclusive através dos rios. Ao rememorar esse fato em 1860²⁴⁹, Teófilo Ottoni escreveu:

Afastado da política, procurei outro terreno, em que pudesse ser útil ao meu paiz... uma idéa grandiosa me havia assaltado o espírito... Tratava-se de abrir facil sahida para o oceano a mais de 200.000 mineiros. Tratava-se de lhes proporcionar terrenos fertilissimos e tão vastos que em poucos anos poderião vender ao estrangeiro tantos milhões de arrobas de café como no valle do Parahyba. Tratava-se de absorver a princeza dos Abrolhos na pátria de Tiradentes- crear um magnífico porto de mar para a briosa província de Minas. E, se não devesse Minas continuar peça inteira, e nova

²⁴⁵ Teófilo Ottoni investiu, no período da década de 1850, além da Companhia do Mucuri, em alguns outros negócios, dentre eles na Imperial Companhia de Navegação a Vapor e na Estrada de Ferro de Petrópolis juntamente com os negociantes ingleses Richard Carrethers, Thomas Fulding e Alexander Mac Gregor.

²⁴⁶ Sobre o assunto, ver: FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cix- Brasileira, 1998.

²⁴⁷ Sociedade Anônima, de acordo com o Código Comercial de 1850, era uma sociedade que só podia estabelecer-se com autorização do governo e por um tempo determinado. Dependia, assim, da aprovação do corpo legislativo. No caso da Companhia do Mucuri, estabeleceu-se o prazo máximo de duração de 80 anos. Ver: Código commercial do Império do Brazil : anotado com toda a legislação do paiz que lhe é referente... Comentado por Salustiano Orlando de Araújo Costa. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Eduardo & Henrique Laemmert. 1878. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227340>.

²⁴⁸ OTTONI, Teófilo B.; OTTONI, H. B., *Op. Cit.*, 2007 [1847], p. 07

²⁴⁹ OTTONI, Teófilo B. *Circular dedicada aos srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais*. 2ª ed. Revista do IHGB. Tomo LXXVII (2ª Parte.) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 [1860], p.229.

estrela se houvesse de destacar da constelação mineira e promogenita de Cabral, tratava-se de abrilhanta-la de modo que, ao aparecer entre as demais irmãs, não desmentisse a sua nobre linhagem.²⁵⁰

Ao afirmar a intenção de ser útil ao seu país, Ottoni destacou o caráter patriótico do empreendimento. No relatório *Condições para incorporação de uma companhia de comércio e navegação no rio Mucuri*, escrito com o intuito de convencer seus possíveis sócios, sendo eles privados ou do governo, da viabilidade da ideia, Ottoni sempre enfatizou que a empresa era um bom negócio, mas, mais do que isso era necessária à pátria.²⁵¹ Assim, o empreendimento “não favorece só ao termo de Minas Novas, e é por isso que eu sobre ella chamo as vistas patrioticas desta assembléa.”²⁵²

Segundo Regina Horta Duarte (2002), a demanda por melhores condições para movimentação segura de mercadorias, riquezas e pessoas era uma expressão liberal da sociedade oitocentista brasileira. Ao conceder o direito de fundar a Companhia de Navegação do Vale do Mucuri, o poder público demonstrava, como exigência das elites, a necessidade de tornar possível que todo o território fosse percorrido, garantindo condições de segurança.

O Estado deveria ser vigilante, ter sob seus olhos os cidadãos e não cidadãos e a totalidade do território²⁵³, vinculando a imagem da ocupação dessa região com a expressão da autoridade do poder nacional. Assim, ao declarar que o empreendimento “oferece tantas e tão seguras garantias de prosperidade e grandioso desenvolvimento, que julgamos prestar um verdadeiro serviço ao paiz”²⁵⁴, ressaltava-se o papel essencial da empresa no intuito de consolidar os anseios do Império, e por isso, ela se tornava necessária. Logo, nosso personagem “sempre se colocou na vanguarda de nossos grandes movimentos liberais e defendeu com sincero patriotismo as causas de interesse nacional”. Deu, portanto, a “vida

²⁵⁰ OTTONI, 1916 [1860], p.229.

²⁵¹ Ver: ARAÚJO, Valdei L. Teófilo Benedito Ottoni. “A força histórica de uma experiência moderna”. In: ARAÚJO, Valdei. L. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: A modernidade possível*. Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 2007.

²⁵² OTTONI, Teófilo B.; OTTONI, H. B. *Op. Cit.* 2007 [1847], p.09

²⁵³ MATTOS, 1987, p. 201

²⁵⁴ *Companhia do Mucuri. História da empresa. Importância de seus privilégios. Alcance de seus projetos, Op. Cit.*, p.06

pelo seu ideal de liberdade, num anseio constante de ver a Pátria engrandecida, próspera e respeitada”²⁵⁵.

Ilmar Rohloff de Mattos (1987), a partir do relatório do ministro de justiça de 1841 em que eram comparados os moradores do litoral com os moradores dos *sertões*, sendo que os últimos não participavam dos benefícios da nascente civilização, desconheciam a força das leis e zombavam da fraqueza das autoridades²⁵⁶, apontou para a relação entre a ideia de civilização e agricultura. Nessa concepção, o litoral seria civilizado, além de outros motivos, pela realização de atividades industriais, particularmente a agricultura. Portanto, a “agricultura de gêneros para a exportação era a fonte da Civilização.”²⁵⁷

Assim, a Companhia do Mucuri ao adentrar em áreas consideradas de sertão incentivando a agricultura, a exportação de seus produtos e diminuindo distâncias, corroborava com os interesses do Estado Imperial e, conseqüentemente, com o que consideravam ser necessários ao país. Com a força do Estado centralizado a partir de fins dos anos 1840, a ideia da Ordem ficara em segundo plano, sendo prioritária a difusão de uma Civilização.²⁵⁸ Portanto, mais um interesse se mostrava vigente: o civilizar aquela região inóspita. Segundo Ottoni:

Duzentos mil habitantes estavam recalçados nos sertões do norte de Minas, e pedião para sahir do estado de isolamento em que jazião novas vias de communição com o oceano, através de 70 legoas de matto virgem. E foi esse o difficil problema que a companhia Mucury se propoz a resolver. Ficou porém evidente desde os primeiros estudos, que os trabalhos da companhia serião todos em pura perda, se ao longo da estrada não se installassem povoadores que garantissem o transito dos viajantes, e o transporte de cargas.²⁵⁹

Como já salientado, as áreas circundantes ao rio Mucuri e seus afluentes continuavam, em meados do século XIX, praticamente impenetráveis, apesar das várias incursões já realizadas. Sobre esse assunto, Teófilo Ottoni relatou que “nenhuma caravana, por mais numerosa que fosse, tinha podido sustentar-se na mata em frente dos seus habitantes”²⁶⁰.

²⁵⁵ Discurso de apresentação da conferência de Olbiano de Melo pelo 150º aniversário de nascimento de Teófilo Ottoni no auditório de *A Gazeta* em São Paulo, proferida pelo Prof. Arnaldo Amado Ferreira. Disponível em: MELO, Olbiano. *Op cit.*

²⁵⁶ Relatório do ministro da Justiça, 1841. Paulino José Soares de Souza *apud* MATTOS, 1987, p.34.

²⁵⁷ MATTOS, 1987, p.34

²⁵⁸ *Idem*, p.201.

²⁵⁹ OTTONI, 2007 [1859], p.03.

²⁶⁰ OTTONI, 2002 [1858], p.44.

Citou, ainda, a bandeira capitaneada por Francisco Teixeira Guedes em 1829 que atacada pelos *selvagens*, teve de retirar-se deixando morto o intérprete da missão. Lembra-se, ainda, da excursão do próprio Renault, que em sua passagem também fora atacado pelos indígenas.

O rio, ainda enigmático em seu curso e sua navegabilidade, e a mata povoada por populações indígenas, qualificadas na sociedade oitocentista pela falta de Estado, de moral e de trabalho, representavam a antítese dos valores enaltecidos pela concepção de civilização.²⁶¹ Em uma sociedade em que cada vez mais ganhava força a necessidade de se conhecer e delimitar espaços, era essencial que se preenchesse esses lugares com os preceitos de uma sociedade considerada civilizada.

Portanto, para aqueles que visavam à construção de uma nação nos oitocentos, a perspectiva era tornar as terras *incultas* dos sertões habitados por índios em terras úteis. O processo civilizador se pautaria no domínio total do território de modo a utilizar todas as vantagens propiciadas pela natureza para o progresso da jovem nação brasileira.

No que tange as populações indígenas, na tônica vigente da conquista do espaço nacional, a questão deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras.²⁶² Nesse sentido, o tratamento com os povos indígenas mereceu atenção especial na atuação da Companhia do Mucuri.

Sendo assim, como a Companhia viu a relação com os indígenas e se balizou pelas concepções de civilização e nação tão caras a época? De que maneira seu idealizador, inserido nesse contexto e permeado por essas ideias, lidou com a questão e como Alto dos Bois foi vista nessa dinâmica?

3.3 COLONIZAÇÃO E CIVILIZAÇÃO: A COMPANHIA DO MUCURI E ALTO DOS BOIS.

Juntamente a concessão para fundar a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, o governo imperial cedeu amplos privilégios.²⁶³ Dentre eles, podemos destacar a

²⁶¹ Ver: DUARTE, Regina H. “Conquista e civilização nas Minas oitocentista”. In: DUARTE, Regina H. (Org.) *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Editora UFMG, Belo Horizonte, MG. 2002

²⁶² Sobre o assunto, ver: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Política Indigenista no século XIX”. In: *História dos Índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha (Org.) Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

²⁶³ *Companhia do Mucuri. História da empresa. Importância de seus privilégios. Alcance de seus projetos*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1856. (Coleção de artigos

exclusividade da navegação do rio Mucuri e seus afluentes e entre os portos de São José de Porto Alegre, à margem do mesmo rio, do Rio de Janeiro e o da Bahia. Além disso, a administração imperial concedeu à empresa dez léguas em quadra de terras para a fundação de colônias agrícolas e industriais, sendo que essas terras deveriam estar povoadas e cultivadas ao fim de dez anos contados a partir do dia em que foram incorporadas à Companhia.²⁶⁴

Entretanto, essas terras, por serem habitadas por populações indígenas, se tornaram um entrave aos interesse do empreendimento. O receio em torno da imagem que se criou sobre esses povos, principalmente dos chamados botocudos (considerados selvagens, ferozes, bárbaros), amedontrava os investidores da Companhia e pesava na viabilidade da empresa. Teófilo Ottoni, então, se empenhou no intuito de desconstruir essa perspectiva. Segundo ele, por ser natural do Serro Frio ouvia desde criança histórias acerca dos índios. Os historiadores se ocuparam em afirmar que o Mucuri e suas cabeceiras eram ocupadas por índios ferozes e antropófagos e encerrava-se a história.²⁶⁵ Afirmou:

E quanto ás difficuldades que se supunha poderem vir dos selvagens, no officio impresso sob o n. 7 se encontrarão informações sufficientes para que se reconheça que estes desgraçados, reduzidos a um numero insignificante, nenhum mal podem fazer: mais numerozo fossem elles, e poderiam servir de auxilio e não de embarço. O que sobre os selvagens do Mucury dizem os historiadores seria verdadeiro em outras éras, mas não actualmente.²⁶⁶

A suposta ferocidade dos selvagens habitantes das margens do Mucuri seria uma fantasia atestada por historiadores e geógrafos. Na concepção de Ottoni não haveria nenhuma dificuldade nesse quesito para a empresa, visto que estava convencido de que os “miseros selvagens aqui, com em muitos pontos do Brazil, carecem antes de protecção do que de repressão.”²⁶⁷ Por isso, recomendou que se empregassem todos os meios para captar a amizade dessa gente. Ottoni condenava a violência empregada contra as populações

publicados no Jornal do Comércio, reunidos e reeditados por Teófilo Benedito Ottoni. Arquivo Público Mineiro. Coleção Assuntos Mineiros.) In: ARAÚJO, *Op. Cit.*

²⁶⁴ OTTONI, Teófilo B.; OTTONI, Honório B. Condições para a incorporação de uma companhia de comércio e navegação do Rio Mucuri, precedidas de uma exposição das vantagens da empresa. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1847. (Arquivo Público Mineiro. Coleção Assuntos Mineiros), p. 44/45. In: ARAÚJO, *Op. Cit.*

²⁶⁵ OTTONI, T. B. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. In: Duarte, R. H (Org.) Editora UFMG, Belo Horizonte, MG. 2002 [1858].

²⁶⁶ OTTONI, 2007 [1847], p.12.

²⁶⁷ OTTONI, Teófilo B. OTTONI, Honório B. *Op. cit.* p. 47

indígenas. Em seu relato, apontou que de 1837 a 1847 não cessaram as reclamações das autoridades e dos moradores de Minas Novas pedindo providências contra os ataques dos índios na região. As providências que queriam, e que o governo dava, se resumiam segundo ele, em “pólvora e bala”.

Teófilo Ottoni narrou diversos casos de violência empregada contra os índios. Dentre eles, especificou um que caracterizou como “horroroso acontecimento.” Segundo ele, alguns *selvagens*, devido aos maus tratos que sofreram, assassinaram pessoas de uma família que residia no Córrego Novo, distrito do Calhau. Em resposta, alguns vizinhos dos assassinados se reuniram e receberam do governo pólvora, bala e também o auxílio de soldados.

Preparada a expedição, marcharam como quem ia a “uma caçada de antas ou porcos do mato”. Tomaram a aldeia e, devido as forças desiguais, a resistência se tornara impossível. Ottoni descreveu a tática para atacar: cercava-se a aldeia de noite, dava-se o assalto de madrugada. Atacavam primeiro aqueles com arco e flecha e procedia-se a matança. A aldeia se tornava “um açougue e não um lugar de combate”. Em seguida, separavam os “kurucas”²⁶⁸ e alguma índia moça bonita e, sem misericórdia, matavam-se os outros e “os matadores não sentem outra emoção que não seja a do carrasco quando corre o laço no pescoço dos enforcados.”²⁶⁹

Outra tática condenada por Ottoni era doação de roupas de pessoas contaminadas pelo sarampo, ou outras doenças, para os povos indígenas. Descreveu a situação como uma traição com essas populações, que além de fugir da escravidão tinham, também, que fugir do veneno. Considerou a estratégia como uma vergonha para a civilização e que assim “não deve admirar que uma das grandes dificuldades que tem encontrado a Companhia do Mucuri seja chamar à convivência as tribos que por ali vagam”.²⁷⁰

Ottoni denunciou o tráfico de indígenas que se fazia em Minas antes da introdução da escravatura africana. Segundo ele, os traficantes “davam caça aos indígenas como a animais ferozes” e, para adestrar os cães nesta caçada, davam-lhes a carne dos índios assassinados

²⁶⁸ *Kurucas* eram crianças indígenas caçadas para serem vendidas pelos invasores de suas terras. Mesmo com a proibição da escravidão indígena desde o *Diretório dos Índios* em 1755 a utilização da mão de obra indígena escrava continuou ao longo do século XIX. Ver: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Op. Cit.* 1992.

²⁶⁹ Sobre o relato ver: OTTONI, T. B. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. In: Duarte, R. H (Org.) Editora UFMG, Belo Horizonte, MG. 2002 [1858].

²⁷⁰ OTTONI, 2002 [1858], p. 56

como alimento.²⁷¹ Reportou, também, o abuso e a violência dos soldados. Contou que conheceu um oficial das divisões do Rio Doce, considerado por ele excelente militar, mas que “não era mais homem quando se lhe falava em botocudos.” Esse oficial narrou a Ottoni que seus cães ao acharem o rastro de algum botocudo, “sentia ele as mesmas emoções que os outros caçadores quando os cães dão na batida do veado”.²⁷²

Teófilo Ottoni não desconsiderou a violência dos indígenas com colonos, soldados e nem os ataques a quartéis e fazendas. Entretanto, ele percebeu essa violência como uma resposta, uma consequência das arbitrariedades que esses povos sofriam no contato com o colonizador. Assim, esses ataques:

Eram as consequências do tratamento bárbaro que tinham recebido os selvagens desde o tempo da conquista. Eram as consequências dessa Carta Régia de triste recordação declarando guerra de extermínio aos botocudos. Eram especialmente as consequências do tráfico dos kurucas.²⁷³

Para nosso personagem, a assustadora violência entre cristãos e índios encontrava sua origem na tirania e na barbaridade dos conquistadores. Segundo Ottoni, o povoamento do Mucuri se iniciou através de homens empreendedores, alguns proprietários de escravos, como Antônio Gomes Leal do Alto dos Bois. Esses homens se meteram pela mata, apoiados pelo trabalho dos *selvagens*, que em troca recebiam alimentos e alguns presentes. Assim, iam desbravando a mata e estabelecendo habitações provisórias que, ou vendiam para se embrenhar mais pela mata, ou legavam à sua família. “E foi incontestavelmente desta maneira que se povoou de 20 anos a esta parte toda a mata ao sul e a leste do Alto dos Bois, contendo a Trindade, São João do Surubim, Arapuça, S. Félix, e Jacuri (...)”.²⁷⁴

Mesmo defendendo o direito de ocupação da terra por parte dos fazendeiros, Ottoni denunciou a ambição desses e os abusos cometidos com os indígenas. Segundo ele, os índios se submetiam a uma espécie de escravidão no intuito de matar sua fome. Portanto, ao escrever sobre o assunto ao Governo da Província de Minas em 1853, requisitou ao Presidente que se

²⁷¹ Idem, p. 42

²⁷² OTTONI, 2002 [1858], p.42

²⁷³ OTTONI, 2002[1858], p.45

²⁷⁴ Idem, p. 71

dedicasse a melhorar a situação desses povos na mesma medida em que se prontificava a garantir a propriedade aos inúmeros fazendeiros.²⁷⁵

Os indígenas, então, vinham se entregar ao trabalho das roças para assim matar sua fome. Ottoni denunciou que tal “é o poder da fome, e o terror com que subjuga os selvagens a lembrança das carnificinas, que os míseros se sujeitam ao chicote, à palmatória e até ao tronco, que são ainda hoje os instrumentos civilizadores de que se servem os moradores cristãos.”²⁷⁶

Assim, os indígenas, segundo Ottoni, vinham pedir proteção aos cristãos, e estava convicto de que esses povos não acharam a proteção desinteressada e nobre a qual tinham direito. Descrevendo a presença indígena na barra do rio Mucuri, verificou que todas as tribos eram de Nacnenucks, as mesmas que vagavam pelo Alto dos Bois, nas cabeceiras do Mucuri e em São Miguel do Jequitinhonha. Solicitava ao juiz de direito da comarca que enviasse “força para estes lugares, não tanto para defender os habitantes como para proteger os pobres Índios”²⁷⁷ e que eram pouco numerosos os indígenas não inspirando receio e, por isso, não havia desculpa se algum novo atentado se fizesse a eles. Em favor dos Nacnenucks, invocou a proteção do governo imperial.

Em seu relato, Ottoni apontou que os indígenas mais fracos saíam das matas e se dirigiam às fazendas para pedir farinha e proteção contra seus próprios irmãos. Assim foram aldeadas as primeiras tribos. É dessa maneira que Teófilo Ottoni narrou a história dos Macuni e Malali em Alto dos Bois. Segundo ele, “os macunis para resistir aos botocudos fizeram confederação com outras tribos, e nem assim podendo resistir aos invasores tiveram de recorrer à proteção dos cristãos”²⁷⁸.

Os Malali em 1787, perseguidos pelos Nacknenuks apresentaram-se no Alto dos Bois aldeando-se junto ao quartel das divisões. Os Malali, voluntários ou recrutados, atuaram nas divisões sendo que alguns comandantes mostraram predileção pelos soldados indígenas por serem mais conhecedores das matas e que, por não saberem exprimir-se e por não conhecerem o valor do dinheiro, se tornavam menos exigentes nas contas dos soldados. Ottoni relatou que alguns índios Malali desertaram e, por esse motivo, não somente eles, mas pessoas de suas

²⁷⁵ Idem, p.72

²⁷⁶ OTTONI, 2002 [1858], p.73

²⁷⁷ OTTONI, 2007 [1847], p. 40.

²⁷⁸ OTTONI, 2002 [1858], p.43

famílias que os abrigaram, sofreram castigos severos. Assim, “a proteção dos cristãos, assim exercida, começou a parecer-lhes mais intolerável do que a guerra com seus irmãos das florestas”.²⁷⁹

Os Malali abandonaram a aldeia para voltar à floresta, mas “eram muito fracos para medir-se contra os terríveis botocudos.” Dizimados, acolheram-se novamente sob a proteção dos cristãos, sendo recebidos por Antônio Gomes Leal cuja numerosa descendência viveu sempre em paz com os indígenas e tiraram “bom partido da sua amizade”. Continuaram na aldeia sob a proteção de Casimiro Gomes Leal, filho de Antônio Leal, uma vintena de Malalis “dados ao trabalho e ao negócio, inteligentes e desconfiados.”²⁸⁰

A narrativa de Teófilo Ottoni sobre Alto dos Bois vai de encontro com as descrições, anteriormente apresentadas, dos viajantes Auguste de Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pohl, Johan Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius. Novamente foi relatado o uso dos Macuni e Malali como soldados em Alto dos Bois. Mais uma vez, deve-se aventar a ideia de ver o aldeamento como estratégia dos povos falantes do Maxacali. Como já apontado, a procura pelo aldeamento deve ser vista como uma tática em se aliar aos colonos frente a situações desfavoráveis, a fim de manter sua forma social, suas práticas culturais e ancestrais.

Otoni relatou, também, o abuso cometido pelos soldados com os Malali e Macuni. As práticas descritas de abuso por parte das autoridades era, para ele, o oposto do que deveria ser o real avanço civilizador. Como vimos, a questão da animalidade ou humanidade dos indígenas era discutida ao longo do XIX. A fereza e animalidade dos índios era comumente expressa, sendo a domesticação por meio de aldeamentos a maneira para civiliza-los e incluí-los na sociedade.²⁸¹ Se por um lado os relatos, documentos e imaginários da época atestavam a bestialidade desses povos, o discurso de Ottoni inverteu a lógica.

Segundo Teófilo Ottoni, os agentes responsáveis pela civilização, até então, é que deviam ser vistos como *selvagens*. Corroboramos, portanto, com a perspectiva de Regina Horta Duarte. Segundo a autora, Ottoni, ao destacar que a grande selvageria vinha justamente dos cristãos e civilizados, elaborava uma crítica tanto a sociedade colonial quanto a

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ OTTONI, 2002 [1858], p.43

²⁸¹ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. da. “Política Indigenista no século XIX”. In: *História dos Índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha (Org.) Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

monarquia do Império considerando-a “obscura, arbitrária, violenta, sem leis e, principalmente, bárbara”.²⁸²

Ao narrar sua primeira viagem de reconhecimento ao Mucuri no ano de 1847, Ottoni afirmou que já havia adquirido convicção de que as agressões dos selvagens eram uma resposta à provocação e violência dos cristãos. Defendia, então, como forma de captar a amizade do gentio, um sistema de brandura, moderação e generosidade. Ressaltou a dificuldade em chamar a convivência os filhos da selva e na dificuldade de convencê-los que havia “um novo processo de catequese que não empregava a pólvora e bala, nem tinha por fim roubar-lhes os filhos”.²⁸³

Ainda sobre essa expedição, narrou que saiu do Rio de Janeiro a bordo do vapor *Princesa Imperial* no dia quatro de setembro e encontrou seus companheiros de viagem, considerados por ele “gente da melhor de Minas Novas, que a tudo se prestava para mostrar-me o entusiasmo com que minha empresa era ali acolhida”.²⁸⁴ Dessa viagem, ressaltou o fato de ter ganhado como presente um *kuruca*. Relatou que não consentiu que nenhum outro *kuruca* fosse recebido pelos seus companheiros e que quis devolver aquela criança que havia recebido. Mas, como o *kuruca* “estava tão afeiçoado à vista da generosidade com que eu presenteava a sua gente”, não conseguiram separá-lo de Teófilo Ottoni. Frente a esse fato, Ottoni levou-o para o Rio de Janeiro com o intuito de prover-lhe educação e assim transformá-lo em um “instrumento da civilização dos seus patrícios e parentes.”²⁸⁵ Lamentou, porém, o falecimento da criança indígena pouco tempo depois.

Ottoni, então, havia recusado a estratégia da dizimação para angariar, para uso da Companhia, as terras habitadas pelos povos indígenas. Ele recomendou a seus companheiros de viagem que mobilizassem todos os meios para “captar a amizade desta infeliz gente” e que por estarem movidos por “sentimentos de humanidade” os diretores da expedição haviam combinado entre si de não fazer fogo aos indígenas, mesmo sendo por eles agredidos.²⁸⁶ A estratégia era obter favores dos próprios índios na conquista de suas terras, e assim, optava-se pela não violência.

²⁸² DUARTE, 2009, p.19

²⁸³ OTTONI, 2002 [1858], p. 51

²⁸⁴ Idem, p. 52.

²⁸⁵ Idem, p.54.

²⁸⁶ OTTONI, Teófilo B. OTTONI, Honório B. *Op cit.* p 41

Para conquistar a amizade desses povos, e alegando ter fé no “programa humanitário de moderação e generosidade”, Teófilo Ottoni apostava na utilização de presentes e, assim, “logo que descobria uma batida de selvagens, mandava dependurar nas árvores, em lugar bem visível para quem passasse, diversos presentes, ora uma foice, ora um machado.”²⁸⁷ Acreditava na disposição pacífica dos indígenas que, em sua concepção, sempre ficavam satisfeitos com roupas, brindes e ferramentas que recebiam.²⁸⁸ Logo:

Tenho confiança de que com este sistema de não interrompida obsequiosidade, há de a Companhia do Mucuri captar a benevolência e amizade dos selvagens, e que se os não civilizar, como espero, ao menos os não terá como inimigos. Tratar com bondade aos selvagens é o meio infalível de conquistar-lhes a amizade.²⁸⁹

A tática preconizada por Teófilo Ottoni para civilização da população autóctone ia de encontro com as ações defendidas por estadistas e políticos, dentre eles o citado José Bonifácio de Andrada e Silva. Segundo o estadista, como já apontado, os meios para captar e orientar os indígenas para a civilização deveriam se pautar na brandura. Por isso, justificava a violência indígena: “e havemos desculpá-los; porque com o pretexto de os fazermos cristãos, lhe temos feito e fazemos muitas injustiças e crueldades”.²⁹⁰ Basílio de Magalhães²⁹¹ relatou a aproximação do projeto defendido por José Bonifácio com a atuação de Teófilo Ottoni no Mucuri. Em sua percepção, o trato de Ottoni com os autóctones foi essencial para a civilização desses e, conseqüentemente, para sua integração à pátria.

Ao defender os aldeamentos como forma de civilizar e integrar as populações indígenas ao país coube a Augusto Ottoni, irmão do nosso personagem, a direção do aldeamento indígena do Mucuri, criado pela administração pública para reunir e civilizar a população indígena que vivia dispersa pelo vale. A empresa foi atuante na situação, sendo que no relatório de 1857, Teófilo Ottoni descreveu que a Companhia tinha carregado até então a despesa da catequese, que havia pesado também sobre o diretor dos índios Augusto Ottoni. Naquele mesmo ano, o governo geral e o governo provincial de Minas auxiliaram enviando

²⁸⁷ OTTONI, 2002 [1858], p.61

²⁸⁸ Idem, p.09

²⁸⁹ OTTONI, 2002, [1858], p. 57

²⁹⁰ ANDRADA E SILVA, 2000 [1823], p.50

²⁹¹ MAGALHÃES, Basílio. “A Circular de Theophilo Ottoni”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro, 1916.

ferramentas e roupas para os indígenas reunidos no aldeamento.²⁹² No relatório apresentado à Assembleia Provincial de 1857, o então presidente da Província Herculano Penna afirmou que havia cerca de cinco anos que os agentes da Companhia do Mucuri, além do importante serviço em chamar os índios à sociedade por meios brandos, proviam a eles ferramentas sem despesa alguma aos cofres públicos.²⁹³

No ano de 1869, o então Diretor Geral dos índios da Província de Minas Gerais, Antônio Luiz de Magalhães Musqueira, relatou que a indústria do café, prometendo grandes lucros, havia dado novos impulsos aos aventureiros. Entretanto, mesmo com a construção de grandes estabelecimentos “presentemente as tribos selvagens ainda ocupão d’esde o Rio Pardo, Jequitinhonha e seus confluente, Mucury, S. Matheus, e ambas as margens do Rio Doce.”²⁹⁴ Ou seja, apesar dos esforços em civilizar e integrar esses povos à sociedade, muitas populações autóctones permaneceram em seu modo de vida.

Sobre os trabalhos da Companhia do Mucuri, o mesmo diretor relatou em 1872:

Todos sabem que os dois uberrimos valles regados pelos rios Mucury ao norte e S. Matheus ao sul, jazião até bem poucos annos em poder de tribus selvagens. = A Companhia dirigida pelo fallecido Senador T.B. Ottoni, creando a Colonia allemã de Philadelphia e abrindo uma entrada d’ali até Santa Clara e outra passando pelo Alto dos Bois até a Cidade de Minas Novas, devia produzir verdadeira revolução economica na agricultura e commercio dos Municipios do interior que podião utilizar-se d’esta facil e curta comunicação com o littoral para importação e exportação de suas mercadorias. Não é meu proposito mencionar as grandes dificuldades com que essa empresa lutou ate que fosse emcampada, mas sómente lembrar a sua politica para os selvagens cujos domínios ella invadira. = Foi e ainda é digna de louvôr a humanidade e caridade com que os empregados d’aquella companhia procuravão ganhar a amizade e confiança dos indigenas.²⁹⁵

Apresenta-se, aqui, a dimensão referente à construção das vias terrestres. Em 1852 já haviam sido iniciadas as primeiras picadas em direção ao Serro e a Minas Novas. Para elaboração e construção dessas estradas, os engenheiros da Companhia do Mucuri se utilizaram de rotas indígenas criadas há tempos pelas populações autóctones, além das picadas

²⁹² OTTONI, 2007 [1857], p. 12

²⁹³ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1857 o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1857, p. 34. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Center for Research Libraries. Global Resources Network.

²⁹⁴ Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Luiz de M. Musqueira, 23 de outubro de 1869. SG-06, fl. 4v. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

²⁹⁵ Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Luiz de M. Musqueira, 30 de novembro de 1872. SG-06, fl. 157. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

já abertas devido a expedições anteriores.²⁹⁶ Cabia a Augusto Ottoni o planejamento das picadas que seriam abertas em direção a Alto dos Bois-Minas Novas e Calhau; e em direção a Trindade-Serro e Diamantina. Competia a ele, também, a responsabilidade pela construção de armazéns centrais e a criação de pastagens e de roças de milho no terreno em que se formaria a povoação da Filadélfia.²⁹⁷

Já no ano de 1853, com a fundação de Filadélfia, planejada pelo engenheiro alemão Robert Schlobach, deu-se início a construção de duas estradas: a de Alto dos Bois, responsável por ligar Filadélfia a Minas Novas, e a estrada Filadélfia/Santa Clara, construída para ligar o armazém da Companhia (localizado em Filadélfia) ao porto de Santa Clara. A estrada que saía de Filadélfia para Santa Clara, deveria se tornar, para Ottoni, a principal via de escoamento da produção. Como aponta Weder Ferreira da Silva (2009), a experiência colonizadora iniciada em 1847 utilizava a terra como mercadoria para atrair tropeiros, fazendeiros e colonos nacionais e estrangeiros. Nesse modelo de empreendimento, cabia a Companhia do Mucuri a responsabilidade de criar núcleos urbanos no interior da mata, como ocorreu com Filadélfia e Santa Clara.²⁹⁸

No relatório anual de 1857, Teófilo Ottoni afirmou que “para que Philadelphia possa tirar partido da sua feliz situação é de mister facilitar-lhe as comunicações com as numerosas povoações que a contornão.” Entretanto, ressaltou que o único caminho que tinham para esse fim era o do Alto dos Bois, aberto na extensão de 14 léguas, com custo de 100 contos de réis e que “exige consideráveis melhoramentos para bem servir.”²⁹⁹ Por esse motivo, atestou a inexistência da indústria de tropas no norte de Minas. Como solução, sugeriu: “para crea-la e attrahir tropeiros para Philadelphia se deve não só melhorar a estrada do Alto dos Bois, como ainda abrir duas, uma ao norte, e outra ao sul della.”³⁰⁰ Ottoni então propôs a decretação dos fundos necessários para o aperfeiçoamento da estrada de Santa Clara e Alto dos Bois, para a aquisição de mais um vapor e para abertura de estradas ramais. Esses

²⁹⁶ SILVA, 2009, p.115

²⁹⁷ Idem, p. 124

²⁹⁸ Ver: SILVA, Weder F. da. *Colonização, Política e Negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)*. Dissertação de Mestrado. UFOP. Mariana. 2009

²⁹⁹ OTTONI, 2007 [1857], p. 18.

³⁰⁰ Idem, p.19

fundos deveriam ser obtidos através de uma nova emissão de ações ou empréstimo garantido pelo governo, assim como vinham conseguindo outras companhias.³⁰¹

A família Gomes Leal conhecida por seu vínculo e atuação com os indígenas em Alto dos Bois, ampliou seus negócios com a incorporação da empresa. Os irmãos Casimiro Gomes Leal e João Gomes Leal se dedicaram a abertura de fazendas e ao comércio de tropas. Teófilo Ottoni relatou ainda no ano de 1857 que “os Srs. Gomes Leal, estão fazendo casas em Philadelphia, onde tencionão abrir negocio para supprirem de mercadorias estrangeiras os seus vizinhos da Trindade”.³⁰²

Em consonância com as vias de transporte, era preciso que ao longo das estradas se instalassem povoadores para, assim, garantir o trânsito das tropas, dos viajantes e de carga. A princípio a intenção da Companhia para o povoamento da região era atrair trabalhadores livres da região do Termo de Minas Novas. Entretanto, Teófilo Ottoni e Honório Ottoni não conseguiram atrair o fluxo necessário de pessoas, possivelmente pelo receio do desbravamento da mata e pelo temor dos povos indígenas.

Frente a situação de falta de mão-de-obra, Teófilo Ottoni, conhecidamente contrário à escravidão, comprou, com recursos da Companhia, escravos para garantir a construção de fazendas e estradas.³⁰³ Com a Lei Eusébio de Queiroz extinguindo o tráfico internacional de escravos, o assunto da imigração estrangeira assumiu a cena. Segundo Alencastro e Renaux (1997), para os funcionários imperiais, o fim do tráfico abria a oportunidade de *civilizar* o universo rural e o conjunto da sociedade. Assim, viam na imigração um instrumento de civilização, já que:

num país fagocitado pelas oligarquias e desorganizado pela violência social e a heterogeneidade cultural que resultavam das formas de trabalho compulsório dominantes na economia a “civilização” da sociedade aparecia como um dos objetivos essenciais do Estado.³⁰⁴

Para o projeto de ocupação dos sertões mineiros, Ottoni optou a princípio, pela denominada *imigração espontânea*. Essa forma de imigração previa a vinda de imigrantes com capital próprio (pagando o custeio da viagem, por exemplo), aptos a se tornarem

³⁰¹ Idem.

³⁰² Idem.

³⁰³ SILVA, 2009, p. 137.

³⁰⁴ ALENCASTRO & RENAUX 1997, p. 305

proprietários e a desenvolver a agricultura moderna. Por essa perspectiva, “os proletários e desclassificados europeus, e obviamente os asiáticos, seriam excluídos das viagens rumo ao Império”.³⁰⁵ Assim, no caso da Companhia do Mucuri, o imigrante deveria possuir algum pecúlio para poder comprar as terras da empresa distribuídas ao longo das estradas pelo mesmo valor que a empresa havia adquirido junto à Repartição Geral das Terras Públicas. Atraía-se, então, “boas e honestas famílias, que seduzidas pelas fabulosas vantagens promettidas, vinhão *comprar contractos*, dando-se por felizes de poder trocar os poucos francos de sua magra carteira pelo titulo de um pedaço de terra”.³⁰⁶ Ao relatar, em 1859, sobre a colonização espontânea, Ottoni afirmou:

o systema adoptado de só attrahir para o Mucury colonos que contribuissem de sua algibeira com uma quota ao menos das despesas de sua passagem e estabelecimento não era utopia como geralmente se crê, e que ao contrário os ensaios da companhia do Mucury promettião trazer a colonisação verdadeira a colonisação expontanea.³⁰⁷

A Companhia ingressou no negócio de imigração estrangeira efetivamente no ano de 1855, firmando com o governo central, regras que geriram a colonização estrangeira no Mucuri. Na prática, a condição financeira dos imigrantes impossibilitou a consolidação da *colonização espontânea*. Através de sucessivos contratos com o governo, a empresa subsidiou todo o processo de contratação de imigrantes estrangeiros para a região. A Companhia do Mucuri assumiu todos os gastos, desde a saída da Europa até a instalação dos imigrantes nas terras cedidas pela empresa.

O empreendimento atraiu, então, para a colonização da região, imigrantes alemães, austríacos, belgas, holandeses, franceses, portugueses e chineses. Além da população livre e cativa oriunda da Comarca do Serro Frio e do Jequitinhonha, e da população indígena. No relatório de 1860, Teófilo Ottoni relatou que a Companhia do Mucuri havia atraído para as matas adjacentes de Filadélfia uma população considerável. “A Capellinha da Graça em 1852 era um curato da freguezia de Minas-Novas, com cerca de 3,000 habitantes, e o anno passado foi elevada a freguezia, com 12,000 habitantes”. Sua matriz estava a 22 léguas a oeste de Filadélfia, já nas campinas da cordilheira do Alto dos Bois sendo que os últimos moradores

³⁰⁵ Idem, p. 306.

³⁰⁶ OTTONI, 2007 [1859], p.15

³⁰⁷ OTTONI, 2007 [1859], p. 16

do distrito da Capelinha estavam a 5 ou 6 léguas ao sul de Filadélfia. Ottoni acreditava, então, que havia atraído, através das estradas e do comércio que a Companhia propiciou àquelas paragens, cerca de 20.000 pessoas.³⁰⁸

A partir do ano de 1857, segundo Teófilo Ottoni, a região passou a receber imigrantes “onerosos e suspeitos”. Além disso, a empresa começou a sofrer diversos embaraços relacionados com a imigração estrangeira. A Associação Central de Colonização para o Brasil (ACC), com sede em Paris, e financiada com recursos do governo central, tinha como objetivo recrutar imigrantes para o Brasil e se tornou concorrência ao empreendimento de Teófilo Ottoni.

A Companhia passou, então, a enfrentar dificuldades de encontrar imigrantes estrangeiros dispostos a vir para o Brasil, segundo Ottoni “mal entrarão em operações os Agentes da Associação Central na Europa, os correspondentes da Companhia do Mucury avisarão que não poderíamos obter colonos, senão fazendo sacrifícios maiores”.³⁰⁹ A Companhia também recebia, por parte do governo central, menos apoio financeiro. Por isso, a empresa passou a ter dificuldades em honrar os contratos com os imigrantes.

Ottoni relatou que em 25 de maio de 1858 se dirigiu ao Senador Marquês de Olinda, então Ministro do Império, comunicando que a Companhia do Mucuri não poderia cumprir a obrigação de introduzir mil colonos durante o ano, “em razão da concorrência ruinosa que aos seus correspondentes faziam os agentes da Associação Central”.³¹⁰ No intuito de aumentar o fluxo de imigrantes ao Mucuri, para não perder as concessões feitas pelo governo central, Teófilo Ottoni permitiu aos seus comissários anteciparem integralmente o valor das passagens para os imigrantes interessados em colonizar o Mucuri.³¹¹ Com essa mudança, as finanças da empresa ficariam seriamente comprometidas.

Além disso, a viagem do médico alemão Robert Avé-Lallemant em 1859, e o consequente relato da expedição³¹², trouxeram graves consequências para a Ottoni e a Companhia. O médico se mostrou um ferrenho opositor ao projeto encabeçado por Teófilo Ottoni, tecendo duras críticas. Após visitar todas colônias do Mucuri, Lallemant concluiu que

³⁰⁸ Idem, p.31.

³⁰⁹ OTTONI, 2007 [1859], p. 18

³¹⁰ Idem.

³¹¹ SILVA, 2009, p. 144.

³¹² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte, Itatiaia; 1980 [1859].

a região não servia para a imigração estrangeira. Ele denunciou as condições trágicas enfrentadas pelos imigrantes no Mucuri, com severas acusações a Ottoni. Sugeriu, aos imigrantes, abandono das terras da empresa e evacuação da região.

Segundo Regina Horta Duarte (2002), o relato repercutiu negativamente. Na Europa, devido a divulgação por parte da imprensa, os escritos de Lallemand causaram desconfiança em relação ao Brasil. No âmbito local, o Governo providenciou um comissário e um vapor de guerra ao Mucuri para transportar os imigrantes que quisessem abandonar o local.

Além da questão da imigração, a empresa enfrentava problemas com a construção das estradas. No relatório de 1860, Ottoni afirmou que os gastos gerais da Companhia incluíam os saldos de contas da navegação a vapor, a limpeza do rio, as explorações para alinhamento das estradas, sendo que os principais gastos nesse quesito eram gastos “com a construção das estradas de Santa Clara a Philadelphia, de Philadelphia ao Alto dos Bois, e os ramaes de Santa Clara para a Leopoldina, do Ribeirão da Pedra para S. Matheus e do Poté para a Trindade.”³¹³ Se, por um lado, a estrada que ligava Filadélfia a Santa Clara tinha avanços significativos para o transporte, a comunicação entre Filadélfia e Minas Novas carecia de infraestrutura semelhante.

Em 1860, Herculano V. Ferreira Penna, político, tendo sido presidente da Província de Minas, enviou a Teófilo Ottoni, por ocasião do pedido feito por esse, uma carta descrevendo as impressões da viagem realizada ao Mucuri. Sobre a estrada de Filadélfia para Alto dos Bois afirmou que, no estado atual em que se encontrava, prestava-se ao trânsito dos viajantes e das tropas de bestas, empregadas como meio de transporte de Filadélfia para cima. Entretanto, declarou “com toda franqueza” que o traçado desta estrada não era, para ele, o mais conveniente. Por isso, deveria ser considerada como uma via provisória, e não estrada definitiva, de comunicação entre Filadélfia e o interior de Minas. Sobre as condições da estrada, Penna descreveu:

Os declives são em geral fortes e nunca admitirão o emprego de carros como meio de transporte. O solo, em geral de natureza argilosa, presta-se com a maior facilidade á formação de atoleiros nas estações chuvosas, o que torna mais difícil e dispendiosa a conservação da estrada, principalmente nos logares baixos.³¹⁴

³¹³ OTTONI, 2007 [1860], p.38

³¹⁴ PENNA *apud* OTTONI 2007 [1860], p.91.

Ao longo da década de 1850, com o aumento das atividades comerciais e financeiras no Brasil, Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri se beneficiaram com a aprovação de diversos acordos com o governo provincial e geral podendo, assim, viabilizar a ideia da empresa e os ideais de colonização e civilização do nordeste mineiro. Entretanto, a crise financeira de 1857/58 na bolsa de Nova York, fruto da desvalorização de *commodities* agrícolas, o aumento de produção de cereais na Rússia e o fim da estabilidade política do período, vão trazer duras consequências à Companhia.³¹⁵

Após a morte de Honório Hermeto Carneiro Leão³¹⁶ em 1856, os gabinetes que o sucederam tentaram manter a unidade e estabilidade política, mas não obtiveram sucesso. A criação do novo gabinete, em 1859, marcou o fim da chamada política de Conciliação que havia marcado o período. Visando controlar a inflação, o novo gabinete promoveu um forte ajuste no sistema bancário e na organização das sociedades anônimas. Ao restringir a política de créditos, modificaram a lei que concedia empréstimos a Companhia do Mucuri.³¹⁷

Além disso, em 31 de janeiro de 1860, o vapor Mucuri, principal veículo da Companhia, naufragou em meio a uma tempestade. Segundo Silva (2009), a empresa, a partir desse contexto, não possuía mais meios operacionais para continuar funcionando e cumprir seus contratos. Em março de 1861, o Governo a encampou. Defendendo o empreendimento junto aos acionistas da empresa, em seu relatório à Assembleia Geral da Companhia, Ottoni disse:

Minas ganha, além do seu capital que reembolsa:

Mais de 50 léguas de estradas regulares, sendo cêrca de 30 de rodagem e, na opinião de um viajante ilustre, a melhor estrada do Brasil, à exceção da União e indústria.

Ganha a posse de uma linha de navegação a vapor que liga o Rio de Janeiro às comarcas do norte, e de que não haverá govêrno algum que a priva d'ora em diante.

Recebe em troca de brenhas inóspitas três importantes freguesias: Filadélfia, Capelinha e Jacuri, filhas genuínas da Companhia do Mucuri, e que já contam mais de 25.000 almas.

Recebe catequisados e inofensivos milhares de selvagens que eram o terror dos habitantes do Leste de Minas Novas.

Recebe diversos núcleos de colonização, que importaram indústrias e capitais, e que estão ligados ao sólo da província.

³¹⁵ SILVA, 2009, p. 164.

³¹⁶ Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, ao assumir como presidente do Conselho de Ministros e do ministério da Fazenda adotou postura de incentivar os melhoramentos necessários para o desenvolvimento do país. Marcou, assim, a década de 50 com a ampliação das atividades comerciais e financeiras no Brasil.

³¹⁷ SILVA, 2009, p. 144.

Não posso, pois, considerar perdido o tempo que consagrei ao Mucuri, nem lembrar-me de um miserável balanço de caixa, quando a generosa província de Minas tira tão assinaladas vantagens dos meus sacrifícios.³¹⁸

Encerrada a trajetória da Companhia do Mucuri, Ottoni retornou ao cenário político nacional em 1860 como deputado, e em 1863 como senador, agrupando novamente as hostes liberais dispersas no período político anterior. Redigiu sua famosa *Circular* relatando sua vida pessoal e trajetória política. Segundo Valdei Lopes de Araújo:

A Circular trazia de volta o clima de confronto entre os partidos, e colocava na ordem do dia antigas reivindicações que tinham sido esquecidas durante a febre de empreendimentos particulares que caracterizou a década de 1850. De fato a Circular se tornaria um alcorão para os liberais nos primeiros anos da década de 1860.³¹⁹

Teófilo Ottoni faleceu em outubro de 1869. A Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri havia sido liquidada em 1863. Entretanto, o debate sobre as posses concedidas no vale do Mucuri permaneceu até 1898 quando ocorreu a última assembleia dos antigos sócios da empresa. Discutia-se sobre as terras destinadas ao maior acionista da empresa, o estado de Minas Gerais.³²⁰ Questão resolvida em janeiro de 1971 com a regulamentação da lei que criou o Fundo de Desenvolvimento Rural, administrado pela Fundação Rural Mineira. Ficara definido que Minas Gerais receberia, decorrente do processo de liquidação da Companhia do Mucuri, 44.661 hectares, 465 ares e 100 centiares de terra.³²¹

Da trajetória da Companhia do Mucuri e de Teófilo Ottoni podemos destacar a importância do empreendimento para a região nordeste de Minas Gerais e para efetivação de interesses do governo central e provincial. O caminho percorrido pela Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri refletiu o intento das pessoas e governos envolvidos em transformar uma região pelo pensamento civilizado e industrioso.

No que tange às populações indígenas, Teófilo Ottoni acreditou ser instrumento de uma pretensa civilização, através de sua estratégia de brandura e amizade. Brandura que visava, também, angariar favores dos próprios indígenas na conquista de suas terras. Assim,

³¹⁸ OTTONI *apud* MELO, 1958, p.46.

³¹⁹ ARAÚJO, 1999, p.178-179.

³²⁰ SILVA, 2009, p.177

³²¹ CHAGAS *apud* SILVA, 2009, p. 177

as populações autóctones era *questão* a ser resolvida. Apesar de uma postura mais humanista, e de condenar as práticas abusivas contra as populações indígenas, Ottoni não viu esses povos em suas dinâmicas, nem a partir de si mesmos, negando, então, sua alteridade.

Além disso, ao tentar reunir povos tão distintos - como as populações indígenas, negros, imigrantes e povos livres em seus intentos de fundar e colonizar a região - Teófilo Ottoni reproduziu o discurso civilizador da época, ou seja, o discurso hegemônico da sociedade imperial que visava a formação de um povo brasileiro. Concordamos com Duarte ao afirmar que “a insensibilidade às diferenças entre as pessoas que para ali se encaminharam e à diversidade de suas necessidades e intentos surgiu como obstáculo decisivo no desfecho do empreendimento”.³²²

Nas descrições de Teófilo Ottoni, Alto dos Bois foi visto como importante para o empreendimento do Mucuri. Além da atuação da família Gomes Leal no trato com os falantes do Maxacali, destacou-se sua atuação na abertura de fazendas e no comércio de tropas, interesses que convergiam com os da Companhia. Foram, portanto, figuras importantes na trajetória da empresa. Alto dos Bois foi, ainda, essencial para criação da indústria de tropas na região e para a ligação das diversas povoações com o centro urbano de Filadélfia, sendo que os gastos com a estrada de Alto dos Bois foram intensamente expressos nos relatórios anuais de atividades da Companhia. Os problemas com a infraestrutura da estrada Filadélfia-Minas Novas, também, foram um dos motivos que lavaram a decadência do empreendimento.

Ao longo do capítulo, portanto, mostramos como a experiência pessoal e política de Teófilo Ottoni balizaram suas concepções e ações ao longo da trajetória da Companhia do Mucuri, enfatizando sua postura com os povos indígenas da região. Ressaltamos também a importância de Alto dos Bois, e dos diversos indivíduos envolvidos com a localidade – principalmente família Gomes Leal, Macuni, Malali, Nacknenucks – para consolidação dos interesses do empreendimento. Ressaltamos, também, a visibilidade dos povos indígenas não somente no que tange a resistência física, mas, principalmente, em suas estratégias para manutenção de sua forma social – como a opção pelos aldeamentos – uma forma, também, de resistência. Isso demonstrou a importância das diversas etnias indígenas para a constituição sociocultural da região em que a Companhia do Mucuri empreendeu suas ações.

³²² DUARTE, 2002, p. 35

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho visamos reconstruir, partindo de três narrativas, as relações entre índios e não-índios na região do Mucuri, Jequitinhonha e adjacências, enfocando a localidade de Alto dos Bois.

Foi possível acompanharmos a história de Alto dos Bois ao longo do século XIX. Primeiramente, visualizamos o aldeamento sob a administração particular de Antônio Gomes Leal e sua família, logo no início do século. Com o desenrolar da conjuntura histórica e política, a partir de 1808, a localidade recebeu destacamento militar para combate aos indígenas chamados Botocudos, que eram considerados entrave à colonização e civilização da região. Englobado às Divisões Militares, sob comando de Guido Marlière, pertenceu a Quinta Divisão, que possuía sede no Quartel General de Peçanha. Com o Regulamento das Missões em 1845, localizamos Alto dos Bois no aldeamento do Surubi, confluindo ao seu entorno diversas etnias indígenas, entre elas os Macuni, Malali e os Nacknenucks. A partir de 1871, a localidade passou a pertencer à 4ª circunscrição da Diretoria Geral dos Índios da Província, onde, sob direção de Cassimiro Gomes Leal, encontramos as aldeias de Nacknenucks com 16 a 20 famílias e os Macuni, com 20 famílias.

Traçar o histórico de Alto dos Bois, através da documentação, foi essencial para compreender o contexto histórico em que esteve envolvido o aldeamento e, também, identificar e apreender os demais atores envolvidos com a localidade. Ao longo deste trabalho ficou notória a importância da família Gomes Leal, tanto para o desenvolvimento da região – desde abertura de fazendas no início do século até a participação ativa em negócios de tropa e da Companhia do Mucuri – quanto para consolidar os interesses dos governos central e provincial no que tange às populações indígenas. A atuação da família seria essencial para instruir as etnias indígenas sob sua administração, ensiná-los, doutriná-los e inseri-los no rumo do progresso e da civilização, como nos apresentou os viajantes Saint-Hilaire, Spix e Martius e Johann Pohl. Na mesma medida a mestiçagem e interação cultural entre eles e os povos indígenas, verificados na documentação, estava em consonância ao defendido pelos intelectuais do Império que viam na mestiçagem a maneira de incluir essas populações no bojo de um projeto de nação homogênea.

As três narrativas, sendo elas a dos viajantes ilustrados, do indigenismo e da Companhia do Mucuri possuem um fio condutor: o da civilização e do progresso. Em um primeiro momento, averiguar o *grau de civilização* desses povos era essencial para que os viajantes estrangeiros ilustrados cumprissem sua missão civilizatória, em nome da ciência, auxiliando os povos *primitivos* dos trópicos a entrarem no curso do progresso que culminaria na civilização da qual a sociedade europeia acreditava ser portadora. Com as mudanças políticas ao longo do Oitocentos, civilizar se transformou em formar um corpo civil, uma sociedade. Para isso, era necessário habilitar os povos indígenas, através da educação, catequese, brandura, mestiçagem e interação cultural para serem passíveis de pertencerem a sociedade, a civilização que resultaria, por fim, na nação brasileira e em uma identidade nacional.

Além disso, a busca pela unidade homogênea perpassava, também, pela articulação das vastas regiões do Império e, por isso, a atuação da Companhia do Mucuri na Província de Minas se fez essencial. Ao integrar e transformar a região, o empreendimento repercutiu os anseios do governo central, provincial e da população local. Mais do que isso, a atuação de Teófilo Ottoni com os povos indígenas refletia os intentos do Império no que tange às maneiras para catequizá-los e chamá-los à sociedade.

Obviamente, todas essas medidas não reconheceram esses povos em sua alteridade. Não reconheciam as organizações indígenas pré-existentes e, muito menos, que os preceitos valorizados de civilização e progresso não eram partilhados por eles. Também, apesar do discurso oficial defender a brandura (não todos, como por exemplo, Varnhagen), a violência, mesmo de forma velada, continuou sendo empregada contra esses povos, seja de forma física, cultural, seja sobre suas terras, espaços essenciais para manutenção de sua dinâmica social.

Entretanto, a análise das narrativas que compõem este trabalho permitiu visualizar, mesmo que sutilmente, estratégias indígenas para sobrevivência em Alto dos Bois e região. Frente às adversidades causadas pela expansão da colonização em suas áreas de habitação tradicional, que resultaram no extermínio de diversas populações indígenas, a opção pelo aldeamento era, no mínimo, forma de garantir sua sobrevivência. Assim, a tática recorrente de povos falantes do Maxacali em suas alianças preferenciais com colonos, foi vista como forma

de garantir sua coesão social frente às adversidades, além de garantir acesso à terra que é essencial para a dinâmica social e cultural dessas populações.

Inseridos no cotidiano de Alto dos Bois, em muitas situações, puderam manter suas práticas ancestrais, como observamos através das descrições dos viajantes. Vimos como a mestiçagem, incentivada nos aldeamentos, tomada por uma definição de elaboração de novos sentidos, de fronteira e de construção, foi uma resposta a uma situação nova e imprevisível. A resistência, portanto, como afirmou John Monteiro (2001), não se mostrou somente no apego ferrenho às tradições pré-coloniais, mas ganhou força e sentido com a abertura para a inovação.

Portanto, assumia-se símbolos e discursos dos não-índios quando se tornava conveniente. Aceitar a religião cristã, aprender a ler, a contar e a realizar trabalhos era aceito como forma de se inserir na cotidianidade do aldeamento e em um quadro de sociedade que se tornava cada vez mais envolvente. Por outro lado, como as estátuas de murta que nos mostrou Viveiros de Castro (2002), não hesitavam em abandonar os preceitos e valores do colonizador e, assim, vivenciar seus costumes. Nesse sentido, a cultura, as práticas e os costumes dos povos falantes do Maxacali não se *perdiam* devido à convivência com o colonizador, ou com a mestiçagem. Não se perdia, pois não é passível de ser. Eles são construção. Se transformaram, se adequaram visando encontrar um espaço próprio nesse mundo que se esboçava. Da mesma forma, foi sua identidade. Se a sociedade oitocentista visou cada vez mais inserir esses povos na construção de um Brasil e de uma identidade nacional, em contrapartida, a população indígena se utilizou de uma definição exterior imposta, a de índios aldeados, e forjou novas identidades coletivas, em um processo de etnogênese, ou seja, formas de organização interna almejando maior visibilidade neste novo contexto. A identidade e cultura, portanto, foram vistas, como construções relacionais, fluidas e cambiáveis, se atualizando na relação com o Outro, sem a conotação de perda, mas sim de reelaborações.

Assim, procurar um aldeamento era, também, uma forma de resistência. Além disso, a dedicação do governo em resolver a *questão* indígena, e com as discussões sobre a *civilização* ou não desses povos, demonstrou a percepção de que as populações indígenas existiam e não poderiam ser ignoradas.

Evidentemente, reconstruir a história das etnias aqui trabalhadas, especialmente Macuni e Malali, se tornou um árduo trabalho. Perceber sua visão de mundo e seus interesses

a partir de fontes etnocêntricas continua sendo um desafio à historiografia. Entretanto, é notável como a narrativa do despovoamento e da destruição para explicar a trajetória indígena não pode ser mais aceitável. Dessa forma, ao analisar os demais atores envolvidos no processo de colonização e civilização da região, e suas relações com os indígenas – seja nos círculos letrados, seja na prática – permitiu dar visibilidade a esses povos como sujeitos históricos.

FONTES

1. FONTES MANUSCRITAS

Ofício do diretor dos índios José Januário de Cerqueira ao presidente da Província, Manoel do Nascimento Machado Portella. 09 de dezembro de 1885. SG-22. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

Relatório do diretor geral dos índios, Manoel Joaquim de Lemos, 20 de agosto de 1866. SG-04. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Luiz de M. Musqueira, 23 de outubro de 1869. SG-06. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Luiz de M. Musqueira 17 de abril de 1871. SG-06. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Luiz de M. Musqueira, 22 de julho de 1872. SG-06. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Luiz de M. Musqueira, 30 de novembro de 1872. SG-06. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

Relatório do diretor geral interino dos índios, Severino Barbosa de Oliveira. 15 de Janeiro de 1881. SG-22. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

SG-14: Quadro de Matrícula dos Empregados da Catequese. Secretaria de Governo da Capitania. Arquivo Público Mineiro.

2. FONTES IMPRESSAS

ANDRADA E SILVA, José B. de. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Brasil*. In: ANDRADA E SILVA, José. B. *Projetos para o Brasil*. Textos reunidos e comentados por Miriam Dolhnikoff. Companhia das Letras, São Paulo. 2000. [1823]

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte, Itatiaia; 1980 [1859].

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado. 1988

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Despacho nº 17, de 07 de outubro de 1992. Assunto: Processo FUNAI/BSB/1899/88. Referência: Área Indígena MAXAKALI. Interessado: Grupo Indígena MAXAKALI. EMENTA: Aprova o relatório de delimitação da Área Indígena a que se refere, com fulcro no Decreto n 2 22, de 04 de fevereiro de 1991. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 29 de outubro de 1992. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1325019/pg-13-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-29-10-1992/pdfView>.

Carta Régia expedida pelo príncipe regente D. João a Pedro Maria Xavier de Athayde e Mello, Governador e Capitão General da capitania de Minas. 13 de maio de 1808. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, IV.

Carta, 09 ago. 1822, Governo Provisório, remetente, Guido Tomás Marlière, destinatário. In: MARLIÈRE, Guido Thomaz. Guido Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 10, n. 2, p. 382-668, jul/dez. 1905.

Carta, 07 set. 1824, Guido Tomás Marlière, remetente, João José do Nascimento, ao Sargento Com.^{te} da 5ª Divisão. In: *Op. cit*

Carta, 19 set. 1822, Governo Provisório, remetente, Guido Tomás Marlière, destinatário. In: MARLIÈRE, Guido Thomaz. Guido Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 10, n. 2, p. 382-668, jul/dez. 1905.

Carta 18 de Fevereiro. Guido Thomaz Marlière remetente, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, destinatário. 18 de Fevereiro de 1825. In: *Op. Cit.*

Código commercial do Império do Brazil : anotado com toda a legislação do paíz que lhe é referente... Comentado por Salustiano Orlando de Araújo Costa. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Eduardo & Henrique Laemmert. 1878. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227340>.

Companhia do Mucuri. História da empresa. Importância de seus privilégios. Alcance de seus projetos. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1856. (Coleção de artigos publicados no Jornal do Comércio, reunidos e reeditados por Teófilo Benedito Ottoni. Arquivo Público Mineiro. Coleção Assuntos Mineiros.) In: ARAÚJO, Valdeí L. de. (Org.) *Op. cit.*

Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845. Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Indios. Art 6º. Disponível em: Legislação. Câmara dos Deputados. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>.

Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854 que manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. Capítulo VI. *Das terras reservadas.* Art. 75. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm

Documentos sobre História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Ano 1910, Nº XV. Belo Horizonte, 1910, p.181-390.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Center for Research Libraries. Global Resources Network.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1840, p. IV. Disponível em: *Op. cit.*

FERREIRA, Alexandre R. “Memória sobre o gentio Caripuna que habitava na margem ocidental do rio Jatapu”. “Memória sobre os gentios Uerequena que habitam os rios Içana e Xié, afluentes do Rio Negro”. In: *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá.* Memória antropologia. Conselho Federal de Cultura. 1974 [1787].

Karte der Brasiliann Provinz Minas Geraes, encarte de *A província brasileira de Minas Gerais*, de H. G Halfeld J.J von Tschudi, 1998 [1855] , p. 07.

Lei n. 332, 03 de abril de 1847. Autoriza o governo da Província a conceder a uma companhia de navegação e comércio, que os cidadãos Theophilo Benedicto Ottoni e Honório Benedicto Ottoni se propõem organizar sobre o Rio Mucuri, os privilégios e favores nela declarados. Leis mineiras. Ouro Preto: Typ. Imp. de B.S.P de Souza, 1847, p.63 a 65.

MARLIÈRE, Guido Thomaz. Guido Thomaz Marlière. Revista do Archivo Público Mineiro, ano 10, n. 2, p. 382-668, jul/dez. 1905.

OTTONI, Teófilo Benedito; OTTONI, Honório Benedito. *Condições para a incorporação de uma companhia de comércio e navegação do Rio Mucuri, precedidas de uma exposição das vantagens da empresa*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1847. (Arquivo Público Mineiro. Coleção Assuntos Mineiros). In: ARAÚJO, Valdei L. de. (Org.) Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível. Belo Horizonte. Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público Mineiro. 2007

OTTONI, Teófilo Benedito. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Ottoni em 15 de outubro de 1857*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. (Arquivo Público Mineiro. Coleção Assuntos Mineiros.) In: ARAÚJO, op. cit.

_____. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. In: Duarte, R. H (Org.) Editora UFMG, Belo Horizonte, MG. 2002 [1858].

_____. *A colonização do Mucuri. Memória justificativa, em que se explica o estado atual dos colonos estabelecidos no Mucuri e as causas dos recentes acontecimentos naquela colônia*. Pelo diretor da Companhia do Mucuri Teófilo Benedito Ottoni. Rio de Janeiro: Tipografia brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859. Arquivo Público Mineiro. Coleção Assuntos Mineiros. In: ARAÚJO, Op.cit.

_____. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 10 de maio de 1860 pelo diretor da companhia Teófilo Benedito Ottoni*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860. (APM. Coleção Assuntos Mineiros.). In: ARAÚJO, op.cit.

_____. *Circular dedicada aos srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais*. 2ª ed. Revista do IHGB. Tomo LXXVII (2ª Parte.) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 [1860], p.229.

POHL, Johann E. *Viagem no interior do Brasil*. Ed. Itatiaia, São Paulo, 1976 [1832].

Projecto de Constituição para o Império do Brazil (1823), Artigo 254. In: SILVA, João M. Pereira da. *História da Fundação do Império do Brazil*. Tomo VII. Rio de Janeiro: B.L Garnier, 1868, pag 372 - 409. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185576>.

Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853 o doutor Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1853. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Center for Research Libraries. Global Resources Network.

Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2.a sessão ordinaria da 10.a legislatura de 1855 o presidente da provincia, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855. Disponível em: *Op. cit.*

Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1857 o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1857. Disponível em: *Op. cit.*

Relatorio que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1862 o coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, terceiro vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1862. Disponível em: *Op. cit.*

Relatório de José Lopes da Silva Vianna, vice-presidente da Província de Minas, no ano 1852 a Luiz Antônio Barboza, presidente da Província de Minas. Disponível em: *Op. cit.*

RENAULT, Pedro Victor. *Exploração dos rios Mucury e Todos os Santos e seus afluentes*-feita por ordem do governo da Província pelo engenheiro Dr. Pedro V. Renault. Revista do Arquivo Público Mineiro, Bello Horizonte, Imprensa Official, ano VIII, n.3 e 4, p. 1049-1070, jul./dez. 1903. (Collecção e organização).

SAINT-HILAIRE, Auguste. de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Editora Itatiaia, São Paulo, SP. 2000 [1830].

SPIX, John B. von & MARTIUS, Carl F. P. von. *Viagem Pelo Brasil 1817-1820*. Volume II. 1ª Ed. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1938 [1828].

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Tomo 1. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Otávio. *Point de vie étrangers: A trajetória de vida de Guido Thomas Marlière no Brasil (1808-1836)*. 2003. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2003.

ALENCASTRO, Lúis Felipe de. “O fardo dos bacharéis”. *Novos Estudos*, nº 19 – Dezembro de 1987.

_____. & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes.” In: NOVAIS, Fernando A. (dir.) *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Maria Regina C de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, M. e SOIETH, R. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Casa da Palavra. 2003. pp. 27-37.

_____. Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX). *Memoria americana*. Nº 16-1. Ciudad Autónoma de Buenos Aires ene./jun. 2008.

_____. *Os índios na História do Brasil*. FGV Editora. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

_____. *Os índios no tempo da Corte*. REVISTA USP, São Paulo, n.79, p. 94-105, setembro/novembro 2008.

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro / UFRJ (Tese de doutorado), 2001.

ARAÚJO, Valdei. L. de. “Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil oitocentista”. In: PRADO, Maria E. (Org.) *O Estado como Vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

_____. Teófilo Benedito Ottoni. “A força histórica de uma experiência moderna”. In: *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: A modernidade possível*. Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 2007.

_____. *A experiência do tempo. Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. Editora Hucitec. Estudos Históricos. São Paulo. 2008

_____. SILVA, Weder F. da. “Fragmentos de um periódico perdido”: a Sentinella do Serro e o sentido da “republicanização” (1830-1832). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p. 75-95, jan/jun 2011.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, P. & STREIF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. UNESP, São Paulo, 1998, pp. 187-223.

BARTOLOMÉ, Miguel A. *As Etnogêneses: Velhos Atores e Novos Papéis no Cenário Cultural e Político*. Revista Mana, nº 12, 2006.

BELLUZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos Viajantes*. 2ª Edição. São Paulo/Rio de Janeiro, Metalivros/Objetiva, 1999.

_____. O viajante e a paisagem brasileira. *Revista Porto Arte*. Porto Alegre, V. 15. Nº 25. Novembro 2008.

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre filosofia da história*. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). Sociologia. São Paulo: Ática, 1985.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como escrever a história do Novo Mundo: Historiografias, epistemologias e identidades no mundo atlântico*. São Paulo: Edusp, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombra: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____. “Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento”. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 155-188.

CARVALHO, Marivaldo A de. “A Presença Indígena no Vale do Jequitinhonha: A Difícil Memória”. In: Souza, J. V. A de; Henriques, M. S. (Org.) *Vale do Jequitinhonha: Formação*

Histórica, Populações e Movimentos. UFMG/PROEX, Belo Horizonte, MG, 2010, pp. 165-187.

CLAVIJERO, Francisco. *J. Historia Antigua de México*. México: Editorial Porrúa – Disertaciones. 1780

CONTRERAS, Victor Raul O. Etnopolítica, territorialização e história entre os Mapuche no Chile e os Kaiowá-Guarani no Brasil: um estudo comparativo. *Dissertação* (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : [s. n.], 2008.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela . da (coord.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992

_____. “Política Indigenista no século XIX”. In: *História dos Índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha (Org.) Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

_____. “Etnicidade: da residual mas irreduzível”. In: *Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. “Etnicidade, indianidade e política.” In: Carneiro da Cunha, M. da. (Org.) *Cultura com aspas e outros ensaios*. Cosac Naify, São Paulo, SP, 2012. pp.223-274.

DIAS, Maria Odila L. S. “A interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos G. 1822: Dimensões. Editora Perspectiva. 1972.

DOLHNIKHOFF, Miriam. “Introdução”. In: ANDRADA E SILVA, José B. de. *Projetos para o Brasil*. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. Companhia das Letras. 2000

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

DUARTE, Regina H. “Conquista e civilização nas Minas oitocentista”. In: DUARTE, Regina H. (Org.) *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Editora UFMG, Belo Horizonte, MG. 2002

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1994.

FAGUNDES, Marcelo. Arqueologia e paisagens das terras altas mineiras: Serra do Espinhaço Meridional. IN: BAETA, Alenice. *Morro do Pilar: carta arqueológica*. Belo Horizonte: 2015 (no prelo).

FERREIRA NETO, Maria C. N. *Memória, Política e Negócios: A trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni*. Tese de doutorado. UNICAMP. 2002

FILHO, Oswaldo M. “O liberalismo num outro ocidente: política colonial, ideias fisiocratas e reformismo mercantilista.” In: PEIXOTO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Antônio E. M. et al. (Org.) *O liberalismo no Brasil imperial: origem, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro, Revan: UERJ, 2001.

FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cix- Brasileira, 1998.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo*. História de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. Companhia das Letras. 2001

GUIMARÃES, Lucia M. P. “Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial. (1831-1837).” In: PEIXOTO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Antônio E. M. et al. (Org.) *O liberalismo no Brasil imperial: origem, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro, Revan: UERJ, 2001.

HOBBSBAWN, Erik J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: _____ (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1976, t. II, v. 1, p. 9-39.

_____. *Caminhos e fronteiras*. Companhia das Letras. 1994.

HORNER, Erik. *Em defesa da constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese de doutorado em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010

HUMBOLDT, Alexander von. *Personal narrative of travels to the equinoctial regions of the New Continent*. 1789-1804. Trad. Helen Maria Willians. London, Longman, 1822.

_____. *Quadros da natureza*. Prefácio de F. A. Raja Gabaglia, tradução de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1957 [1806]

ISNARDIS, Andrei. *Pedras na areia. As indústrias líticas e o contexto horticultor do Holoceno Superior na região de Diamantina, Minas Gerais*. Revista Espinhaço, v.2, n.2, pp. 54-67, 2013.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico: apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira.” In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 127-175.

KRENAK, Ailton. O Eterno Retorno do Encontro. In: Novaes, Adauto (org.), *A Outra Margem do Ocidente*, Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, ciência, saúde*. Vol. VIII. 2001

_____. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. *Intellectus Revista Eletrônica da UERJ*. Ano 2, n. 1. 2003

LINS, Ivan, *História do positivismo no Brasil*, S. Paulo, Ed. Nacional (Brasiliana, 322), 1964

MAGALHÃES, Basílio. “A Circular de Theophilo Ottoni”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro, 1916.

MARTINS, Roberto B. “Tschudi, Halfeld, Wagner e a geografia de Minas Gerais no século XIX”. In: HALFELD, H.G.F & J. J Von TSCHUDI. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myrian Ávila. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

MATTOS, Hebe. História e Movimentos Sociais. In: CARDOSO E VAINFAS. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 95-111.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*, EDUSC, ANPOCS, 2003.

_____. *A presença dos Aranãs nos registros históricos*. *Revista Habitus*. Goiânia, v. 3, n. 1, p. 41-79, jan./jun. 2005

_____. Formas e Fluxos Maxakali nas Fronteiras do Leste: a aldeia do Capitão Tomé (1750-1800). In: *25 a. Reunião Brasileira de Antropologia*, 2006, Goiânia. Saberes e práticas antropológicas: desafios para o século XXI, 2006.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. Editora Hucitec. São Paulo, 1987.

_____. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*, n. 01, maio/2005, p. 8-26. Revista eletrônica disponível pelo site www.almanack.usp.br.

MELO, Olbiano de. *A ação de Teófilo Benedito Otoni no cenário político e econômico do Império*. Edição do Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas. São Paulo. 1958

MONTEIRO, John M. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos da História Indígena e do Indigenismo. *Tese de livre docência*, UNICAMP. 2001

_____. “Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais.” In: MONTEIRO, John M. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos da História Indígena e do Indigenismo. *Tese de livre docência*, UNICAMP. 2001

NEVES, Lucia M.B P. “Liberalismo político no Brasil: Ideias, Representações e práticas (1820-1823).” In: PEIXOTO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Antônio E. M. et al. (Org.) *O liberalismo no Brasil imperial: origem, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro, Revan: UERJ, 2001.

OLIVEIRA, Laura N. *Os índios bravos e o Sr. Visconde: Os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e

Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. Dissertação de Mestrado. 2000

OLIVEIRA, Flávia. P de G. “L’ Amérique et les indigènes”: A visão do indígena americano na *Encyclopédie*. In: 9º Encontro Internacional da ANPHLAC. Universidade Federal de Goiás. 2010

OTTONI FILHO, Cristiano, B. *Árvore Genealógica da Família Ottoni*. Rio de Janeiro: Gráfica de Artes S. A., 1963. [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro].

OTTONI, Maurício B. *Theophilo Benedicto Ottoni: uma vida por um ideal*. São Paulo. 1957

OTTONI, José Eloi. Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais. 1908 [1798]. *Anais da Biblioteca Nacional*, nº 30, p. 301-316.

PALAZZOLO, Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce. Como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1952)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1973 [1954].

PAIVA, Adriano T. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Argvmentvm. Belo Horizonte, MG. 2010

PAIVA, Eduardo F.; ANASTASIA, Carla M. J. (org.) *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo. PPGH/UFMG. 2002.

PARAISO, Maria Hilda B. *Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni; povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão*. RMAE da USP, São Paulo, n. 4, p. 173 – 187. 1994.

_____. “Os botocudos e sua trajetória histórica”. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____. Maxakali. Histórico do Contato. In: *Povos Indígenas no Brasil*. 1999. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/maxakali/773>.

_____. Guido Pokrane, o Imperador do Rio Doce. In: *Anais do XVIII Simpósio Nacional de História*. Simpósio Nacional de História- ANPUH. Londrina, 2005. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/MHParaiso.pdf>.

PARAÍSO, Maria Hilda B. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.

PEIXOTO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Antônio E. M. et al. *O liberalismo no Brasil imperial: origem, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

PRATT, Mary L. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4. n.º8. p. 151-165. 1991

RIBEIRO, Núbia B. *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*. 2008.405p. Tese (Doutorado)- Departamento de História. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo7, 2008.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, UNICAMP, 2007. 536 p.

SANCHIS, Pierre. “A crise dos paradigmas em Antropologia”. In: DAYRELL, J. *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Editora UFMG, 1997.

SILVA, Weder F. da. *Colonização, Política e Negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)*. Dissertação de Mestrado. UFOP. Mariana. 2009

SILVA, Ana R. Clochet da. *De comunidade a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais*. Almanack Brasiliense nº 02. Novembro de 2005.

_____. Identidades Políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István. (org.) *Independência: História e Historiografia*. Editora Hucitec 2005.

_____. A História na “história” de José Bonifácio. Fundamentos de um projeto nacional. *Varia História*, nº 29. Janeiro, 2003.

SILVA, Tarcísio G. da; MOREIRA, Vânia M. Losada. *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce*. Revista Ágora, Vitória, n.4, 2006, p. 1-33.

SOUZA, Maria das G. de. *Ilustração e História. O pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

STERN, S. J, org. *Resistance, Rebellion and Consciousness in the Andean Peasant World*, Madison. Univ. Wisconsin Press.1987

TSCHUDI, Johann. J. Von. “A província Brasileira de Minas Gerais”. In: HALFELD, H.G.F & J. J Von TSCHUDI. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myrian Ávila. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. “Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”. *Tempo 08*. Agosto de 1999.

VENTURA, Roberto. Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina. *Estud. av.* [online]., vol.2, n.3, pp. 40-51.1988

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. In: *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 552 pp. 2002